



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
COMUNICAÇÃO SOCIAL

ANTÔNIO CÉSAR DA SILVA

**NÃO CONTAVAM COM NOSSA ASTÚCIA: APROPRIAÇÕES EM SITES DE
REDES SOCIAIS E SUAS RELAÇÕES COM A CIDADE, A AÇÃO
#BURACOSFORTELEZA NO TWITTER**

FORTALEZA – CE
2011

ANTÔNIO CÉSAR DA SILVA

**NÃO CONTAVAM COM NOSSA ASTÚCIA: APROPRIAÇÕES EM SITES DE
REDES SOCIAIS E SUAS RELAÇÕES COM A CIDADE, A AÇÃO
#BURACOSFORTALEZA NO TWITTER**

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação

Orientadora: Prof^a Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira

FORTALEZA – CE
2011

ANTÔNIO CÉSAR DA SILVA

**NÃO CONTAVAM COM NOSSA ASTÚCIA: APROPRIAÇÕES EM SITES DE
REDES SOCIAIS E SUAS RELAÇÕES COM A CIDADE, A AÇÃO
#BURACOSFORTELEZA NO TWITTER**

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação

Orientadora: Prof^a Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira

Aprovada em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dra. Liliane Dutra Brignol
Centro Universitário Franciscano - (UNIFRA)

Prof^a Dra. Deisimer Gorczewski
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha mãe e irmã, meu suporte, meu motivo.

AGRADECIMENTOS

É muito difícil saber por quem devo começar a agradecer, pois foram muitas as pessoas que fizeram parte dessa pesquisa e que, de forma direta ou indireta, estão presentes nessa construção. Assim inicio meus agradecimentos aos sete jovens realizadores da ação #BuracosFortaleza, pois sem eles essa investigação não seria possível.

Devo dizer que sou muito grato a todos os professores do programa. Em especial agradeço à minha orientadora, Catarina Tereza Farias de Oliveira, que com toda sua dedicação, cuidado, afeto, e, principalmente, paciência conduziu-me nesse processo. Agradeço também às professoras Deisimer *Gorczewski* e Liliane Dutra Brignol que mostraram-se sempre disponíveis para compor minha banca para avaliação final e contribuir com esse trabalho.

Todo o período do mestrado foi realmente muito especial, principalmente pela convivência que pude desfrutar com pessoas de tanto valor. Entre elas destaco as colegas de turma, em especial, Naiana Rodrigues e Moema Braga com quem pude trocar ideias, interagir e aprender.

Sou profundamente grato à minha família que me forneceu todo o suporte para concluir esse trabalho. Em particular agradeço à minha mãe, Maria Dalvina e à minha irmã, Nielly Mayre que sempre me cercaram de amor e carinho necessário para me impulsionar em busca dessa conquista.

Agradeço todo o apoio e compreensão dos meus amigos que me distanciei nesses tempos finais, mas que sempre estiveram presente de forma muito especial na minha vida. E aqui cabe um agradecimento a Grazy Costa (parceria de trabalho e de vida que me apoiou e acompanhou desde o início), a Eveline Cordeiro (a amiga, irmã que ganhei nesses últimos dois anos) e novamente à Naiana Rodrigues pela grande força nos minutos finais deste trabalho.

Sempre fui um homem cercado por mulheres na minha vida, na família, no trabalho, no mestrado e até na banca, não sei se isso me torna mais sensível, mas quero deixar claro meu agradecimento a todas elas.

Enfim, o resultado dessa dissertação dedico a todas as pessoas que fazem parte da minha vida e tornam os meus dias mais leves e felizes.

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo refletir sobre as apropriações em rede, especificamente, nos sites de redes sociais. Como objeto estudo a ação #BuracosFortaleza, mapeamento colaborativo realizado em 2009 por um grupo de sete jovens usuários da capital cearense que utilizaram a plataforma Twitter para gerar repercussão e viralizar a campanha entre os outros usuários do site. Na abordagem teórica, procuro um entrecruzamento entre as idéias de apropriação tendo como referência autores como J. Thompson, Michel De Certeau e Jesus Martín-Barbero, as noções de redes e sites de redes sociais de autores como Raquel Recuero e Manuel Castells e, por fim, as relações entre cidades e tecnologias e uma breve associação com as idéias de territorialidade e multiterritorialidade, neste momento recorrendo novamente ao pensamento de Martín-Barbero e trazendo as reflexões de Rogério Haesbaert. Para dar conta da abordagem do caso, aplico como estratégia metodológica entrevistas com os sete realizadores da ação e ao resgate de documentos, matérias e publicações sobre a ação publicadas na época da realização da campanha. Encontro, por fim, aproximações entre as idéias de “imprevisto” e “inusitado” empregadas por De Certeau e da lógica de redes facilitada pelo uso das redes sociais online, assim como observo que essas ações hoje, por estarem intimamente relacionadas com o lugar de onde partem revelam possíveis novas formas de viver a cidade.

Palavras-chave: Apropriações. Sites de Redes Sociais. Cidade.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the appropriations network specifically on social networking sites. As an object of study #Buracosfortaleza action, collaborative mapping conducted in 2009 by a group of seven young users of the capital of the state of Ceará which used the Twitter platform to generate impact and viralize the campaign among the site's users. In theoretical approach, looking for an intersection of ideas of ownership, I use referenced authors such as J. Thompson, Michel De Certeau and Jesus Martin-Barbero. The notions of networks and social networking sites of authors such as Raquel Recuero and Manuel Castells, and finally the relations between cities and technology, a brief association with the ideas of territoriality and “multiterritory”, this time using again the thought of Martin-Barbero and bringing the reflections of Rogério Haesbaet. Realizing the approach of the case, I apply as a methodological strategy interviews with seven directors of the action, the rescue of documents, the rescue of documents, materials and publications on the action at the time, of the conduct of the campaign. I still find similarities between the ideas of “unexpected” and “unprecedented”, employed by De Certeau, and the logic of networks facilitated by the use of online social networks and I observe that these actions today, because they are closely related to the place from they come, reveal possible new ways of living the city.

Keywords: Appropriation. Social Networking Sites. City.

Lista de Figuras

Figura 01: Perfil Emílio Moreno – Twitter.

Figura 02: Trajeto entrevista Emílio Moreno. Montese – São João do Tauape.

Figura 03: Perfil Natanael Pantoja – Twitter.

Figura 04: Trajeto entrevista Natanael Pantoja. Montese – UNIFOR.

Figura 05: Perfil Chritiano Milfont – Twitter.

Figura 06: Trajeto entrevista Christiano Milfont. Trecho 01: Montese – Luciano Cavalcante. Trecho 02: Luciano Cavalcante – Dionísio Torees.

Figura 07: Perfil Rafael Carneiro – Twitter.

Figura 08: Trajeto Entrevista Rafael Carneiro. Montese – Itaperi.

Figura 09: Perfil Rafael Galdino – Twitter.

Figura 10: Trajeto entrevista Rafael Galdino. Montese – Beira Mar.

Figura 11: Perfil Mário Aragão – Twitter.

Figura 12: Trajeto entrevista Mário Aragão. Montese – Cambeba.

Figura 13: Prefeita Luizianne Lins inaugurando a Operação Tapa-Buracos. Foto: Jornal O POVO – 22 de maio de 2009.

Figura 14: Logomarca Operação Tapa-Buracos.

Figura 15: Print atual do Mapa na ferramenta Google Maps – Imagem retirada em 15 de agosto de 2011.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	“SIGAM-ME OS BONS”: EU ME APROPRIO, OS NÓS TAMBÉM.....	15
2.1	Da dinâmica do <i>Twitter</i> e do <i>Google Maps</i>.....	17
2.2	Apropriações.....	20
2.2.1	<i>Apropriações: O conceito inicial.....</i>	<i>21</i>
2.2.2	<i>Apropriações e cibercultura.....</i>	<i>26</i>
2.2.3	<i>Apropriações tecnológicas e novas redes de sociabilidade.....</i>	<i>32</i>
2.3	Redes, redes sociais e <i>sites</i> de redes sociais.....	34
2.4	A Teoria Ator-Rede.....	42
3	“SAI DA RUA, MENINO!”: A CIDADE, A TECNOLOGIA E A MULTITERRITORIALIDADE.....	46
3.1	Fortaleza, a Bela: o processo de urbanização e metropolização da cidade.....	46
3.2	Fortaleza: as três fases da urbanização.....	51
3.3	Cidades: tecnologia, fluxos e redes.....	59
3.4	Reterritorialização e multiterritorialidade nos <i>sites</i> de redes sociais.....	64
4	UM PASSARINHO ME CONTOU: ITINERÁRIOS, PERCURSOS E REFLEXÕES.....	68
4.1	Itinerário do objeto: da observação à escolha.....	68
4.2	Itinerários metodológicos: da localização do objeto à definição do método (ou não-método).....	70
4.2.1	<i>Decidindo as estratégias metodológicas.....</i>	<i>86</i>
4.3	Itinerário das falas: o perfil dos <i>blogueiros</i>.....	91
4.4	Recontando a história.....	101
4.5	Reflexões sobre as falas dos <i>blogueiros</i>	107
4.6	Como termina a história... O fim do percurso?.....	122

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	128
	ANEXOS.....	131

1 INTRODUÇÃO

Meus primeiros contatos com o computador se deram, através dos chamados cursos profissionalizantes. Naquela época, aos 14 anos, a “informática” era vendida como o caminho quase que necessário para concorrer a um chamado lugar no mercado de trabalho e prestes a iniciar o ensino médio iniciei minha relação com essa máquina que hoje em outro contexto se torno direta e indiretamente em objeto de investigação dessa pesquisa. No mesmo período, as conhecidas aulas de informática passaram a fazer parte da grade curricular das escolas como parte exigente do “diploma do segundo grau”, hoje ensino médio. Assim, comecei meus usos.

A internet só começou a entrar na minha vida mesmo na universidade, onde através de um laboratório na graduação, tínhamos acessos limitados (por hora) à “rede mundial de computadores”. Depois, a máquina e o acesso à web passaram a fazer parte de vez do meu cotidiano através do meu próprio computador e do acesso doméstico à internet. Ligado a isso, a natureza do curso que escolhi – publicidade e propaganda – exigia usos e acessos diários à rede, era uma forma de desenvolver aquilo que o mercado exigiria como condição a exercer a função do publicitário: a criatividade.

O encanto com a web se deu, principalmente, porque era através dela que conhecia cada vez mais as nuances do mercado que pretendia atuar, praticava o uso de softwares e, o que julgava mais interessante, conhecia as mais variadas campanhas publicitárias espalhadas pelo mundo. O teor criativo dessas campanhas, os modos de convergir mídias, tudo isso despertava o meu interesse.

Ainda na universidade, meu primeiro estágio foi por uma rede de ONGs- Organizações Não Governamentais. Um desafio. Dois temas que não faziam parte da minha rotina passaram a adentrar na minha cotidianidade quase que de modo forçado. Termos como “clusters”, “sociedade em rede”, “sociedade da informação” aliados a outras noções como “Terceiro Setor”, “sociedade civil” eram novos e emblemáticos, para não dizer, difíceis de compreender.

Quase no término do curso, começavam a proliferar no meio publicitário as chamadas estratégias de guerrilhas aliadas às “mídias sociais”: ações publicitárias que interviam na cidade e no cotidiano e que faziam uso das plataformas na web. Outro encantamento se deu: campanhas inusitadas, que mexiam com o cidadão “comum”, que o retirava da rotina, que se misturava ao “caos” urbano e ao mesmo tempo contemplava

ferramentas digitais de uso diário (celulares, sites). Tudo isso me chamava a atenção e de algum modo, faziam com que eu me apaixonasse cada vez mais pelo “ofício” que tinha escolhido. Sem perceber, neste percurso, fui contemplado por “categorias” que mais tarde acenderiam o meu “despertar” como “pesquisador”: ações criativas, a cidade, a internet, as plataformas, as redes.

Assim cheguei até a esta pesquisa, embora, confesso, tenha demorado a descobrir até mesmo o seu objeto. Nesse intervalo, alguns outros pontos de reflexões foram sendo aguçados: se estávamos mesmo inseridos na tão falada “sociedade em rede”, e se sim, como isso afetava o ato de relacionar-se desses usuários com estas plataformas? Contudo, foram os modos inusitados, criativos e imprevisos que esses indivíduos empregavam ao utilizarem essas ferramentas e como elas desvendavam não só a relações deles com a técnica, mas também com os lugares que mexeram de vez com o meu olhar. É disto que se trata este trabalho. Dessas ações, desses imprevisos, das habilidades, das alterações de códigos, dos jogos, das apropriações.

Aqui, volto o estudo especificamente para uma apropriação ocorrida em Abril de 2009 por um grupo de usuários do site de rede social Twitter. Na ocasião, sete “tuiteiros”, que nunca estiverem todos juntos presencialmente, debateram sobre o problema que a cidade de Fortaleza enfrentava: estava cheia de buracos prejudicando a mobilidade de pedestres e motoristas e importunando moradores. Pensando em uma forma de manifestar sua indignação, o que antes era apenas um grupo virou uma rede, criaram na ferramenta Google Maps um mapa colaborativo onde era possível mapear os buracos encontrados nas ruas e para viralizar a ação repercutiram no Twitter a tag #BuracosFortaleza fazendo com que vários usuários tomassem conhecimento da mobilização e aderissem à campanha. A ação repercutiu, o que antes era um grupo virou uma grande rede, e as ferramentas que foram pensadas para geolocalização (Google Maps) e micromensagens cotidianas (Twitter) ganharam outro sentido nas mãos desses usuários.

Para refletir sobre a ação, divido este trabalho em três momentos.

No primeiro capítulo, abordo questões como apropriações utilizando autores como Martín-Barbero (2004), Thompson (1995) e Burke (2003), procuro refletir sobre as idéias de cibercultura e ciberespaço com André Lemos e Pierre Lévy (2010) e parto para a associação dessas idéias com as noções de redes (Castells, 1999) e os tão “aclamados” sites de redes sociais (Recuero, 2009).

No segundo capítulo é a vez de discutir a cidade, “palco” do problema e virtualmente representada através do mapa virtual, “palco” da ação. Para isso recorro à história da urbanização de Fortaleza com Muniz (2006) e Sousa (2009), discuto a relação das cidades com as chamadas novas tecnologias (Martín-Barbero, 2004) e incluo reflexões que esta relação traz como a questão das territorialidades e multiculturalismo utilizando autores como Haesbaert (2001) e Lemos (2006b).

Por fim, no terceiro capítulo, reservo espaço para apresentar os diversos itinerários que realizei neste projeto. Da observação à escolha do objeto, da decisão das estratégias metodológicas, dos percursos traçados pela cidade para o encontro com os realizadores da ação, até o refletir sobre a prática apropriativa.

Aqui, assumo até uma espécie de caráter ensaístico deste trabalho. Mais que conclusões, sinto que encontrei ainda mais perguntas, aberturas de caminhos que podem me levar a aprofundar os questionamentos que igualmente norteiam o meu olhar. Não há nada decidido, e no campo das apropriações na chamada lógica de redes, parece-me que há ainda muito o que ser perguntado. Mais que um trabalho pronto, apresento-lhes um trabalho honesto. “Sigam-me os bons”.

2 “SIGAM-ME OS BONS”: EU ME APROPRIO, OS NÓS TAMBÉM

No início de 2009, a cidade de Fortaleza enfrentava um período chuvoso intenso. Naquele ano, ainda em janeiro, a FUNCEME (Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos) previu para a chamada quadra chuvosa (fevereiro a maio) em todo o Estado do Ceará, estimativas de 40% para que as chuvas ocorressem dentro do padrão de normalidade.¹ Porém, nos três primeiros meses do ano já havia chovido 47,2% mais do que no mesmo período do ano anterior.² Para se ter uma idéia, em março daquele ano, a capital cearense enfrentaria o que viria a ser, até então, a maior chuva de 2009: foram 80 milímetros por 10 horas seguidas.³ Tantas chuvas não só causaram situações de riscos como desabamentos, quedas de energias como também prejudicou a malha viária de toda a cidade. As ruas de Fortaleza, que já estavam preenchidas por buracos ou ondulações, viram aumentar consideravelmente o número de buracos, uma verdadeira intervenção urbana colaborativa, obra da natureza em conjunto com pedestres e veículos sem alternativas e uma cidade estruturalmente despreparada.

Diante de uma Fortaleza esburacada, um grupo de sete *blogueiros* e *tuiteiros*⁴ da capital resolveu realizar uma espécie de mobilização via *web*. No mês de abril, após algumas conversas informais, estes *blogueiros* decidiram criar através da ferramenta *Google Maps*⁵, um mapa colaborativo. A ação consistia em mapear os buracos através da ferramenta no *site* da *Google*. Qualquer usuário que encontrasse um buraco pela cidade e que tivesse acesso à rede poderia ir ao endereço do mapa na *internet* e marcá-lo, sinalizando e localizando os vários buracos espalhados pela capital. Para difundir a ação e ganhar mais adeptos, os sete *blogueiros* utilizaram o *site*

¹ A declaração pode ser vista neste *link* (<http://www.youtube.com/watch?v=gBmzImOILu8>) em entrevista ao Jornal Diário do Nordeste na data 21/01/2009.

² A matéria com os dados pode ser vista neste *link* do Portal O Povo On Line (<http://www.opovo.com.br/www/opovo/fortaleza/875395.html>)

³ A notícia sobre as 10 horas seguidas de chuva chegou a ser notícia no portal nacional UOL. (<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/03/17/ult5772u3257.jhtm>).

⁴ Os *blogueiros* responsáveis pela ação foram: Rafael Carneiro (*blog*: <http://www.rafaelcarneiro.net/blog/> e perfil no *twitter*: @rcarneiro); Rodrigo Galba (*blog*: <http://rodrigogalba.com.br/> e perfil no *twitter*: @rodrigogalba); Rafael Galdino (*blog*: <http://www.rafaelgaldino.com/blog/> e perfil no *twitter*: @rafaelgaldino); Christiano Milfont (*blog*: <http://www.milfont.org/tech/> e perfil no *twitter*: @cmilfont); Natanael Pantoja (*blog*: <http://www.natanaelpantoja.com/tech/> e perfil no *twitter*: @natanaelpantoja); Mário Aragão (*blog*: <http://marioaragao.com.br/> e perfil no *twitter*: @marioaragao) e Emílio Moreno (*blog*: <http://liberdedigital.com.br/> e perfil no *twitter*: @emiliomoreno).

⁵ <http://maps.google.com.br>

de rede social *Twitter*⁶, onde além de comunicar aos seus seguidores o andamento do mapeamento, também criaram a *tag* #Buracosfortaleza para sinalizar os usuários do *site* sobre a ação⁷.

Como em uma espécie de contágio, os usuários que seguiam os *blogueiros* e que passaram a ter conhecimento sobre a ação também iniciaram uma espécie de ação viral e começaram a taguear no mapa *on-line* os buracos que “conheciam” nas ruas, assim como passaram também a indicar no *site Twitter*, quando tagueavam esses buracos. Junto a estas sinalizações/*tags*, eles também postavam reclamações pela situação da malha viária da cidade, tudo isso acompanhado da *hashtag* #BuracosFortaleza, que rapidamente se tornou popular entre os usuários do *Twitter* na capital cearense.

A ação levanta várias possibilidades de estudo e análise: agendamento das mídias, movimentos sociais na *web*, produção colaborativa. Mas, a questão que mais me chamou a atenção para o trabalho aqui proposto foi: como esses *blogueiros* enxergaram em ambas as ferramentas (*Twitter* e *Google Maps*) possibilidades que a eles inicialmente não foram dadas? Como não se prenderam meramente a razões técnicas e dadas e souberam extrair outras possibilidades dessas ferramentas? Como este caso de apropriação, re-significação das ferramentas contribui no “pensar” as apropriações no ambiente do ciberespaço? E, por fim, como esta ação apropriativa se relaciona com as questões do mundo *offline*, neste caso a cidade, as ruas, o espaço urbano?

Neste primeiro capítulo, destino espaço para inicialmente discutir as noções de apropriações e também dos agrupamentos sociais em rede no ambiente *web* e fora dele. A idéia é tentar entender como esses jogos simbólicos podem ser compreendidos através das recentes noções de redes sociais e agrupamentos sociais *online*. Antes, reservo espaço para trazer alguns conceitos, definições e regras de funcionamento das duas principais ferramentas que foram apropriadas para a ação: o *site* de rede social *Twitter* e a plataforma de geolocalização *Google Maps*.

⁶ <http://www.twitter.com>

⁷ Todo usuário que clicasse sobre a *tag* era direcionado ao resultado de uma busca que apresentava, em tempo real, todos os *posts* produzidos por usuários do *site* que continham a *tag*. Assim, era possível acompanhar as discussões sobre o tema, como também, ao utilizar a *tag* o usuário sinalizava que além de acompanhar a discussão estava também participando dela.

2.1 Da dinâmica do *Twitter* e *Google Maps*

Criado em outubro de 2006, o *Twitter* é conhecido por apresentar um serviço de *microblogging*⁸, onde o usuário pode postar pequenos textos com até no máximo 140 caracteres. O site é basicamente estruturado pela fórmula seguidores e seguidos. O usuário escolhe quem quer seguir, pode ser seguido por qualquer outro usuário da rede, já que não há confirmação, a menos que o seu perfil esteja na opção bloqueada: as mensagens podem ser vistas apenas por usuários aceitos por você.

A partir do momento em que o usuário passa a seguir outro perfil, todas as mensagens postadas por aquele perfil seguido serão mostradas na *timeline*/janela/página do usuário seguidor. É possível enviar mensagens diretas privadas (*Direct Messages* – DMs) desde que o usuário a quem você deseja enviar a DM siga seu perfil, assim como também é possível responder/citar outros usuários, bastando apenas citá-lo em seu *post*. Para citar o usuário a quem deseja enviar informações, basta apenas colocar o @ em frente ao *Nick* – nome do perfil – do usuário destinatário.

Nos primeiros anos, a principal pergunta que o *site* fazia aos usuários era: “o que você está fazendo?”. Assim, os inúmeros adeptos do serviço respondiam cotidianamente suas ações. Aos poucos, o *site* passou a ser usado de modos para além do pensado para a ferramenta. Usuários começaram a postar notícias, postar *links* para outras notícias, o que deu à ferramenta dois usos predominantes: informacional e conversacional. Isto é, a maioria dos usos dado ao *Twitter* fez dele um *site* com características informacionais no qual as pessoas postavam e liam notícias postadas por outros perfis, e conversacional no qual os usuários poderiam conversar entre si. (Recuero, 2009).

Em novembro de 2009, após alguns acontecimentos inclusive emblemáticos como a cobertura das chuvas em Santa Catarina em 2008, quando usuários usaram, entre outras ferramentas, o *Twitter* para informar a situação do caos no estado e até mesmo para serem encontrados e avisar que estavam bem; a cobertura da eleição do então candidato à presidência da república pelos Estados Unidos, Barack Obama, também em 2008 pelos usuários e a disseminação viral de vídeos e *tags* da campanha

⁸ Raquel Recuero (2009) opta por chamar a ferramenta de um serviço de micromensagens, por considerar que as apropriações feitas do serviço afastam-se da idéia de *blog*. O termo *microblog* é comumente usado em mídias, portais e até mesmo pelo próprio *site*.

através do *Twitter*; e talvez a ação mais simbólica de todas, a ação dos usuários do *Twitter* em apoio aos grupos violentados nos conflitos políticos do Irã em 2009; o *Twitter* resolveu mudar a sua pergunta, tarde demais convenhamos, afinal, os usuários há tempos já tinham mudado a resposta. Assim, o *site* no lugar de perguntar “o que você está fazendo”, passou a questionar a todos “o que está acontecendo”. Mais próximo com a proposta que os usuários foram dando ao *site* a partir de seu uso. Um caso claro de apropriação, de re-significação da ferramenta.

No Brasil, a plataforma ocupa lugar de destaque entre os usuários de *sites* de redes sociais. O país tem se mantido entre os cinco primeiros no mundo quando se trata do uso da ferramenta⁹ e é o terceiro na preferência dos brasileiros, ficando atrás apenas do *Orkut* e *Facebook*.¹⁰ Recuero e Zago (2009), porém, lembra que apesar de relativamente novo, o *Twitter* já surge como objeto de estudos de vários trabalhos (Lemos e Santaella, 2010; Recuero, 2009). O foco, em sua maioria, na análise de conversações e das apropriações realizadas da ferramenta, este último objeto desta pesquisa. Além disso, Lemos e Santaella (2010) ressaltam que os autores estudam a ferramenta por categorias diversas, elas próprias escolhem analisar a plataforma como catalisadora de novos processos de inteligência coletiva, mas lembram que Alex Primo (2008)¹¹ já analisou o *site* destacando o encadeamento midiático da ferramenta com outros tipos de mídia e que Raquel Recuero (2009) inclui o *Twitter* na categoria de *sites* de redes sociais assim como *Facebook* e *Orkut*, categoria esta que adoto neste trabalho por entender que as características das chamadas redes sociais *on-line* estão presentes na ferramenta e por priorizar o estudo das apropriações dentro da chamada lógica de redes, como mais a frente procuro refletir.

Já o *Google Maps*, ferramenta da empresa de buscas *on-line* *Google*, é um serviço de pesquisa e visualização de mapas via satélite de todo o planeta. O serviço é gratuito e nele é possível identificar lugares, países, cidades, ruas e bairros. É possível

⁹ Uma pesquisa realizada pelo Instituto Sysomos revelou, em janeiro de 2010, que o Brasil ocupava o segundo lugar no *ranking* de usuários do *Twitter*. Na época, o percentual era de 8,79%, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. A pesquisa pode ser acessada neste [link](http://www.sysomos.com/insidetwitter/geography/): <http://www.sysomos.com/insidetwitter/geography/>. Porém, em abril deste ano o instituto ComScore revelou dados mais atualizados e neles, o Brasil agora surge como o terceiro no *ranking* de usuários na ferramenta com a porcentagem de 23,7%. A pesquisa pode ser acessada neste [link](http://www.comscore.com/Press_Events/Press_Releases/2011/4/The_Netherlands_Ranks_number_one_Worldwide_in_Penetration_for_Twitter_and_LinkedIn) http://www.comscore.com/Press_Events/Press_Releases/2011/4/The_Netherlands_Ranks_number_one_Worldwide_in_Penetration_for_Twitter_and_LinkedIn

¹⁰ A matéria pode ser vista neste [link](http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI5301746-EI12884,00-Pesquisa+aponta+que+Orkut+e+a+rede+mais+acessada+no+Pais.html): <http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI5301746-EI12884,00-Pesquisa+aponta+que+Orkut+e+a+rede+mais+acessada+no+Pais.html>

¹¹ PRIMO, Alex. A cobertura e o debate público sobre os casos Madeleine e Isabella: encadeamento midiático de *blogs*, *Twitter* e mídia massiva. Galáxia, São Paulo, PUCSP, v. 16, p. 45-59, 2008.

também criar mapas temáticos e abertos onde usuários com uma conta *on-line* podem participar de mapeamentos de diversos tipos.

Foi o caso da ação #Buracosfortaleza (#BF). Um mapa temático foi criado e nele, os usuários que possuíam uma conta no *Google* poderiam marcar - através do marcador, símbolo que marca ruas e endereços nos mapas da ferramenta - o local exato onde encontraram e visualizaram buracos pela cidade. Por se tratar de um sistema aberto, no caso da ação #BF alguns questionamentos sempre serão levantados, como, por exemplo, se todos os buracos marcados de fato existiam (afinal, qualquer usuário de um partido político, por exemplo, contrário à administração vigente pode ter criado uma conta e etiquetado buracos aleatórios e inexistentes), outro questionamento também é, após a execução da Operação Tapa Buracos realizada pela prefeitura, alguns “buracos” começaram a ser *tagueados* de cores amarelas, o que simbolizava que o buraco havia sido “tapado”, a questão é como confirmar se de fatos esses buracos deixaram de existir, outro dado que não tem como ser comprovado pelo caráter aberto do sistema e também pelo não monitoramento convergente entre o mapa e a ação Tapa Buracos da Prefeitura, como mostro no terceiro capítulo desta pesquisa.

O fato é que, após uma semana de criação do mapa pelos *blogueiros* e *tuiteiros*, segundo dados postados por um dos realizadores,¹² centenas de buracos foram *tagueados* e o mapa chegou a ter mais de 42 mil visualizações, em uma época (2009) que o chamado “mapeamento colaborativo” ainda não era tão popular.

O uso do *Google Maps* e a própria ação #BF para este trabalho levanta questões como: especificamente neste caso de apropriação, que relação ele guarda com o espaço urbano do qual ele parte e foi pensado? Que questões relativas à cidade, à rua e a noções de espaço, lugar, tempo e territorialidades poderiam também ser trazidas para o debate aqui proposto? E como estas questões se encontram com as noções de apropriações e redes sociais que abordo neste primeiro capítulo. Abaixo dedico este primeiro espaço às discussões iniciais sobre apropriações e *sites* de redes sociais e como é possível ou não pensar as práticas apropriativas dentro do contexto da lógica de redes, do ciberespaço e das chamadas plataformas de redes.

¹² *Post* publicado por um dos realizadores, Emílio Moreno, em seu próprio *blog*, Liberdade Digital: <http://liberdadedigital.com.br/2009/04/29/colaboracao-blogueiros-mapeiam-trechos-com-buracos-em-fortaleza/>

2.2 Apropriações

Neste tópico procuro detalhar o conceito de apropriações e como esta idéia hoje pode unir e dinamizar ainda mais os agentes e suas atuações no ciberespaço. Para isso, recorro aqui como marco teórico às proposições de autores como Thompson (1995), Michel De Certeau (2008), Jesus Martín-Barbero (2004), Pierre Lévy (1999), André Lemos (1999) e Burke (2003).

Nas linhas a seguir, procuro realizar um entrecruzamento das idéias de apropriação e sua estreita relação com o lugar da qual parte (Thompson, 1995 e Martín-Barbero, 2004); como os atores que realizam estas apropriações reinventam diariamente o cotidiano através de táticas de resistência em que alteram objetos e códigos, re-apropriam-se do espaço e até mesmo do uso ao seu jeito (De Certeau, 2008) e como esses “atalhos”, “golpes” como cita De Certeau (2008: 83), realizados por estes usuários podem contribuir no entendimento do movimento das apropriações no ciberespaço (Lemos, 1999).

Aqui, antes, faz-se necessário um espaço para a explicação do uso do termo “usuário” que faço durante todo o trabalho. Como aponta Brignol (2010) a *internet*, como campo que permite múltiplas interações, também oferece diversas possibilidades de produção de sentido. Dentro dessa perspectiva, como pensar então uma denominação para o sujeito que hoje acessa *sites*, portais, endereços, posta comentários, imagens, possui um próprio *website*, diversos perfis em vários sites de relacionamentos, participa de ações colaborativas, enfim, produz sentido, conteúdo e o transmite? É possível denominá-lo receptor? Defini-lo como emissor? Mas, ao mesmo tempo, teriam sido encerrados estes pólos para não denominá-los nestes termos?

Inicialmente, é preciso entender que os próprios termos – receptor e emissor – vêm passando por modificações e reflexões. Brignol (2010) explica que essa necessidade de repensar as categorias surge também com a própria alteração dos pólos que revela a complexidade dos processos comunicacionais hoje, sem contar que estas categorias foram pensadas em outro contexto em que a demarcação de um e outro pareciam mais claras, o que não ocorre atualmente. “Não é possível separar emissores e receptores na comunicação através da *internet*, pois os papéis se alternam em uma lógica muito dinâmica” (Brignol, 2010, p. 51). E é essa dinamicidade dos papéis que dificulta a nomeação de um termo ideal para quem faz uso da *internet* e suas ferramentas. Brignol (2010) aponta algumas opções como a usada pelo autor Alex

Primo (2007)¹³ que recorre ao termo “interagente” para dar conta da relação entre sujeitos e tecnologias e sujeitos entre si ou a de internauta, categoria em desuso que durante um tempo definiu o ato de “navegar” realizado no ciberespaço. Por fim, Brignol (2010), na falta de um termo mais apropriado, opta pela categoria de “usuário”, “por associar o lugar de uso como distinto ao da produção – limite que chega a ser driblado com a referência a “usuário-produtor”.” (Brignol, 2010, p. 51). Recorro aqui também, durante grande parte do trabalho, a este termo, por compreender que as categorias de receptor e emissor, de fato, não contemplam a complexidade de quem faz uso da *internet* e suas plataformas e, principalmente, por perceber que até as práticas apropriativas com a *internet* podem assumir um lugar para além do aspecto comunicacional indicado por Thompson (1995), como abordo a partir do próximo tópico.

2.2.1 Apropriações: o conceito inicial

Apropriação é o processo de “tornar próprio algo que é novo, alheio, estranho”. Assim Thompson (1995, p. 409) define o termo em sua obra “Ideologia e Cultura Moderna”. O autor nos atenta, no momento da análise dos meios de comunicação, a importância de perceber ou de pelo menos lançar o olhar para o que ele chama de apropriação cotidiana dos produtos de comunicação de massa. Esse aspecto do processo comunicacional contempla os contextos sócio-históricos particulares em que os atores e grupos sociais recebem as mensagens, que significados dão a essas mensagens e o quanto dessa produção simbólica esses atores integram em sua cotidianidade.

Vale um espaço aqui para tentar compreender a própria origem do termo “apropriação”. Peter Burke (2003), em sua obra “Hibridismo Cultural”, nos lembra que no mundo acadêmico temos palavras demais para definirmos fenômenos que muitas vezes são iguais, e que isto ocorre porque especialistas de uma área não tomam ciência do que seus vizinhos andam elaborando. Como muito dos termos são metafóricos, eles se tornam ao mesmo tempo vívidos, porém também enganosos, o que inspira cuidados em seu manuseio. Por isso, a importância de se buscar as origens das terminologias e

¹³ PRIMO, Alex. Interação mediada por computador: Comunicação, cibercultura e cognição. Porto Alegre: Sulina, 2007.

“que é mais fácil fazer isso se virmos a linguagem da análise como sendo ela mesma parte da história da cultura”. (2003: 39)

No caso do termo apropriação, Burke (2003) recorre à História do Ocidente e de como nela a interação cultural vem sendo debatida desde a Antiguidade Clássica através da idéia de imitação. Para o autor, podemos encontrar tanto na história clássica como na da renascença, exemplos do que ele chama de imitação criativa, quando artistas (humanistas, por exemplo), inspiravam-se em obras de grande prestígio para compor as próprias. Como a prática encontrava também resistências e enfrentava algumas críticas, passou-se então a procurar uma alternativa à imitação, recorrendo-se então à idéia de apropriação. O contexto original, na verdade, eram as discussões travadas por teólogos da época sobre os costumes da cultura pagã que deveriam ser permitidos aos cristãos. Para eles, apenas deveriam ser “apropriados” costumes que coadunavam com a visão da igreja, o resto deveria ser mantido como “intocado”. Ainda assim, era uma abordagem envolvendo “trocas culturais” que foi revivida na Renascença e, para Peter Burke (2003: 42), tem sido revivida com afinco nesta época. Coincidentemente, ou não, os teóricos contemporâneos da apropriação, os franceses Michel De Certeau e Paul Ricoeur, seriam, afirma Burke (2003: 42), notadamente católicos e teriam, inclusive, inspirado-se na tradição cristã.

O lado negativo da idéia de apropriação estaria nas acusações de plágio que começaram, de acordo com Burke (2003: 43), antes mesmo das leis de direitos autorais entrarem em vigor. Era comum, por exemplo, escritores no início do século XVII e XVIII (período da Renascença) acusar-se mutuamente de roubo. Burke cita até outros termos técnicos já utilizados pela academia, para nos ajudar a compreender melhor alguns aspectos que norteiam o termo apropriação. O autor pega como exemplo a noção de “empréstimo cultural”, que muitas vezes foi um termo pejorativo, lembrando de casos como o de Euclides da Cunha, que denunciou a cultura brasileira como a cultura do empréstimo. Mas, Burke lembra que o termo empréstimo adquiriu uma conotação mais positiva na segunda metade do século XX. Estaria aí uma possível explicação para o uso do termo apropriação de forma positiva pelos teóricos contemporâneos, como o já citado Paul Ricoeur. (Burke, 2003: 43 e 44).

O fato é que o termo parece ter sido sempre associado a uma idéia de acúmulo, de transferência, muito mais de negociação do que de originalidade. Poderíamos arriscar

dizer que nas apropriações o original é os ‘diálogos’, a capacidade dos atores de assimilar, codificar e transformar as várias referências transmitidas. É um pouco sobre esta ótica que Thompson (1995) desenvolve suas considerações sobre o termo, mas no caso do autor, ele foca seu olhar sobre o consumo dos produtos culturais, mais especificamente, sobre os meios de comunicação de massa, chegando a aceitar a apropriação como um aspecto, um importante elemento no processo de comunicação.

Para o estudo desse aspecto comunicacional, Thompson (1995, p. 403) aponta características gerais da apropriação cotidiana dos produtos massivos que podem contribuir na análise destes meios em relação às circunstâncias em que esses produtos são recebidos e praticados. Os modos típicos de apropriação é uma delas. No texto, o autor defende que o movimento de apropriação cotidiana está ligado à essência dos meios técnicos de transmissão, à presença de competências e recursos capazes de decodificar as mensagens transmitidas, e “às regras, convenções e exigências práticas ligadas a tal decodificação” (Thompson, 1995, p. 403). Esclarecer as formas mais usuais de apropriação é identificar maneiras, características de como esses produtos estão sendo utilizados pelo coletivo, conseqüentemente, essa identificação pode informar como os usuários se comportam em relação à essência desses meios, um comportamento de conformação, ou resistência, por exemplo; e contribui também no reconhecimento das habilidades desses usuários e como eles estão lidando com as exigências para o uso desses produtos.

Outra característica citada por Thompson (1995, p. 405) dá conta da apropriação como uma prática situada. Isto é, ela ocorre “em contextos sócio-históricos específicos, em determinados tempos e lugares, isoladamente ou em companhia de outros e, assim por diante.” É como se ela estivesse, de algum modo, imbricada com o lugar do qual ela parte. Mas, entende também que a apropriação é um movimento contínuo que pode envolver outras pessoas, outros contextos, outras práticas interligadas com as inicialmente observadas. E aqui reside outra característica geral das práticas apropriativas: nas formas de interação e quase interação estabelecidas através da apropriação. O autor relata que o “tornar próprio” deve ser percebido em relação a pessoas específicas que, em sua cotidianidade, recebem e praticam mensagens, dialogam sobre elas e as integram em seu dia a dia. Um processo potencialmente ativo e crítico, “em que pessoas estão constantemente envolvidas, num esforço para compreender, um esforço de dar sentido às mensagens que recebem, de avaliá-las,

relacionar-se com elas e partilhá-las com outros” (Thompson, 1995, p.408 e 409). Nesse sentido, apropriar-se é um processo de interpretação e incorporação cotidiano que estabelece o que Thompson (1995, p. 408) descreve como “uma virtual comunidade de ouvintes” e que na época da escrita do texto, poderiam vir, ou não interagir mutuamente, mas que partilhavam o fato de “receberem” as mesmas mensagens, logo faziam parte deste coletivo que se estendia pelo espaço e pelo tempo.

Outro autor que elabora uma pesquisa minuciosa considerando a importância do lugar de onde parte as práticas apropriativas é Jesus Martín-Barbero (1997). Em “Dos meios às mediações”, Martín-Barbero (1997) considera os sujeitos como fundamentais para o entendimento dos produtos culturais, enfatiza as inter-relações que os usuários (o autor usa a terminologia “receptores”) tecem com os fatores (mediações) que intervêm nessa relação (sujeitos-produtos), na relação de apropriação e resignificação desses bens culturais. O autor, entre outras, cita como mediações a cotidianidade, a temporalidade social e a competência cultural, dimensões ao seu modo contempladas também na discussão realizada por Thompson (1995). A cotidianidade contempla a experiência dos indivíduos dia-a-dia no seio das instituições e até das relações não institucionalizadas às quais os sujeitos são submetidos. A competência cultural não está apenas para a educação formal, aquela aprendida nas escolas, trata-se de toda a vivência do sujeito, o aprendizado dos grupos, da rua, da cidade, aquele adquirido na tessitura do cotidiano. A temporalidade social é a especificidade do tempo desta cotidianidade, inversa ao tempo produtivo, é o cotidiano dessas culturas, desses contextos sócio-históricos particulares (Martín-Barbero, 1997).

Os dois autores trabalharam dentro de uma atmosfera onde o contexto comunicacional em que os atores sociais estavam inseridos ainda era bem distante do que vivemos hoje. A obra “Dos meios às mediações” (1997), por exemplo, investiga com ênfase como o rádio e o cinema contribuíram para propor às sociedades latino-americanas uma idéia moderna de nação. Mais tarde, Martín-Barbero (2004) em um texto produzido ainda em 1997, nos traz uma importante discussão sobre os usos das tecnologias na região latino-americana, onde os produtos tecnológicos são consumidos em um espaço social e cultural que não acompanha os desafios da contemporaneidade, onde uma nova configuração cultural vem sendo produzida a partir de uma racionalidade técnica que se apresenta como um novo projeto de sociedade carregado de discursos compostos por chavões como “modernidade”, “avanço” e “desenvolvimento”.

O texto, publicado na obra “Ofícios do Cartógrafo” (2004), também atenta para essa ligação da apropriação dos produtos “tecnológicos” e sua estreita relação com o lugar onde são apropriados.

Martín-Barbero (2004), inicialmente, ressalta que para pensar as novas tecnologias de comunicação na América Latina não se pode deixar de lado dois caminhos: o primeiro se trata de não incorrer no erro de considerar o “sim”, ou o “não” à tecnologia como o “sim”, ou o “não” ao desenvolvimento. O autor entende que tecnologia não pode ser resumida a novas máquinas e aparelhos, remete na verdade a novos modos de linguagens, percepção, novas sensibilidades, novas escritas. O segundo caminho se trata de “efetuar um deslocamento que nos leve das tecnologias em si próprias aos seus modos de acesso, de aquisição, de uso”, isto é, das apropriações (Martín-Barbero, 2004, p. 178). Mas para isso há que se considerar os efeitos das chamadas “novas tecnologias” no contexto latino-americano. Para o autor, elas introduzem na região uma contemporaneidade através do tempo de produção e de consumo desses aparatos: “pela primeira vez as máquinas não nos chegam de segunda mão. Porém essa contemporaneidade está ocultando a não-contemporaneidade entre tecnologias e usos, entre objetos e práticas” (Martín-Barbero, 2004, p. 179). Essa não-contemporaneidade seria também a do lugar a partir do qual esses produtos são lidos, consumidos; do espaço social, que com seus problemas, de urbanidade, crescimento, políticos e sociais, não consegue acompanhar a rápida produção e consumo dessas máquinas. Essa revolução tecnológica induz a uma trama comunicativa que introduz nesses contextos, nessa sociedade novas formas de se relacionar com os bens simbólicos, com o cultural que agora também passa por uma reconfiguração.

Ambos os autores trazem importantes contribuições para este trabalho no refletir sobre esse contexto mais acelerado de difusão das informações. A reconfiguração cultural a que Martín-Barbero (2004) se referia chegou e hoje ela tem nome: cibercultura. Pierre Lévy (1999, p. 16), já nos anos 1990, a definiu como “um conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.” Ciberespaço que, ainda Lévy (1999), não se refere apenas à infra-estrutura material necessária para a conexão mundial de computadores, trata-se do universo de informações que essa estrutura abriga, assim como os usuários que dela fazem uso, alimentam esse espaço.

2.2.2 Apropriações e cibercultura

Baseado no conceito de socialidade de Michel Maffesoli¹⁴, André Lemos (2008), lembra que a cibercultura se constitui como uma cibernsocialidade, isto é,

uma estética social alimentada pelo que poderíamos chamar de tecnologias do ciberespaço (redes de informática, realidade virtual, multimídia). A cibercultura forma-se, precisamente, da convergência entre o social e o tecnológico, sendo através da inclusão da socialidade na prática diária da tecnologia que ela adquire seus contornos mais nítidos. Não se trata, obviamente, de nenhum determinismo social ou tecnológico, e sim de um processo simbiótico, onde nenhuma das partes determina impiedosamente a outra. (LEMOS, 2008, p. 88 e 89)

O autor revela que a cibercultura, essa convergência entre o social e o tecnológico, proporciona um mundo mais operante onde as possibilidades comunicativas são potencializadas, onde as agregações sociais são fomentadas e, por isso, é capaz de mostrar como as novas tecnologias estão sendo de fato utilizadas como instrumentos dessa efervescência social, dessa reconfiguração cultural. Até porque, como destaca André Lemos, diferente do que se possa pensar “a cibercultura não é o resultado linear e determinista de uma programação técnica do social. Ela parece ser, ao contrário, o resultado da apropriação simbólica e social da tecnologia” (LEMOS, 2008, p. 89 e 90).

Mais tarde, Pierre Lévy e André Lemos (2010) se unem em uma mesma obra e ampliam a noção de cibercultura. Para os autores, se esse conjunto de tecnologias e processos sociais começava a modificar hábitos, o consumo cultural, as redes de informação e comunicação, a cibercultura hoje “dita o ritmo das transformações sociais, culturais e políticas nesse início de século XX. As mudanças são enormes e aconteceram em muito pouco tempo.” (Lemos e Lévy, 2010, p. 22).

A nova potência de emissão, da conexão e da reconfiguração, os três princípios maiores da cibercultura, estão fazendo com que possamos pensar de maneira mais colaborativa, plural e aberta. Sempre que podemos emitir livremente e nos conectar a outros, cria-se uma potência política, social e cultural: a potência da reconfiguração e da transformação. (LEMOS E LÉVY, 2010, p. 27).

¹⁴ De acordo com Lemos (2008), Michel Maffesoli defende a socialidade como um conjunto de práticas do cotidiano que foge do controle social. É a multiplicidade de manifestações coletivas baseada na experiência do dia-a-dia e que assim, formaria o substrato não só da sociedade contemporânea, mas de toda forma de vida em sociedade.

Aqui cabe um espaço para avaliar certo tom apologético presente nas falas de Lemos e Lévy (2010), principalmente quando incluem as transformações sociais no conjunto de mudanças que atribuem às tecnologias. Se as próprias transformações culturais assumem dimensões plurais a partir dos contextos sócio-históricos, como lembra Thompson (1995), afirmar que as tecnologias “ditam” hoje o ritmo dessas transformações me parece atribuir a essas tecnologias poderes demasiados. Refletir que as tecnologias potencializam as ações dos sujeitos e que há uma mudança na reconfiguração dos sentidos de espaço e tempo, por exemplo, é certamente possível. Mas creio que também seja preciso considerar que ainda o contexto latino-americano apresenta condições de acessos desiguais, de controle político e econômico da produção simbólica. É notório perceber que o desenvolvimento das tecnologias diretamente ligadas ao campo da comunicação afetou os processos comunicativos e as sociabilidades, a ponto de requerer, inclusive, novos termos para nomear relações como receptor e produtor de sentido. Por isso, aqui recorro, desde o início do trabalho, à noção de usuário (Brignol e Cogo, 2010).

Ainda segundo Lemos e Lévy (2010) essa reconfiguração cultural e política ocorre pelo uso sem amarras das ferramentas de comunicação, pela produção livre dos controles da emissão, independente. Esses usos também contribuem na reconfiguração da cultura política contemporânea, já que quanto mais livremente uma sociedade produz e compartilha informação, mais politicamente consciente ela deve ficar. O resultado é a apropriação dessas ferramentas não só por sujeitos, indivíduos, mas também por grupos que enxergam no potencial dessas ferramentas novas formas de reivindicação, mobilização social. O que passa a estar em jogo não é somente acesso, produção é igualmente o alcance global para questões locais. “O ciberespaço já fez da cultura um lugar de produção de conteúdo, de conexão livre entre pessoas e grupos de reconfiguração da vida social, política e cultural” (Lemos e Lévy, 2010, p. 29).

É a partir dessa trama complexa e histórica que desenvolvo este trabalho. O que os sujeitos e os grupos fazem com estas ferramentas e com esse espaço, mesmo na ordem do cultural e do político, pode ser caracterizados como inesperado. É nesse sentido que reflito se a cibercultura é resultado da apropriação social da tecnologia, e se a produção livre, as reivindicações político-ativistas, as novas formas de sociabilidade podem ser resultados da apropriação social do ciberespaço. André Lemos (2008) afirma que sim e, nesse sentido, concordo com o autor, quando ele lembra que essa cultura tem

base na atitude *cyberpunk* dos anos 1980, representante máximo da cibercultura, ao juntar a tecnologia às formas de sociabilidade.

Herdeira da *New Age* dos anos 1960, reflexo dos anos 1980, o imaginário *cyberpunk* vai marcar toda a cibercultura. Um misto de esoterismo, ficção científica, pirataria, a cultura *cyberpunk* recusa a utopia tecnológica e joga com as regras do sistema tecnocrático. Com isso, discutem o poder tecnológico moderno e procuram divulgar a idéia de que computadores são instrumentos acessíveis a todos, não apenas restritos a grupos científicos ou militares. (Lemos, 2008)

O termo tem suas origens no movimento homônimo de ficção-científica que associa tecnologias digitais, psicodelismo, tecno-marginais, ciberespaço, cyborgs e poder mediático, político e econômico dos grandes conglomerados multinacionais. Além da ficção, todo o imaginário da cibercultura vai ser alimentado pela ação dos *cyberpunks* reais, o underground da informática. (LE MOS, 2008, p. 185)

Embora o imaginário e a atitude *cyberpunk* sejam parte fundamental da cibercultura, o termo se populariza através dos “mass media”, jornais e revistas da época especializadas que tentavam, principalmente, convencer os leitores da ascendência de uma revolução cultural que unia a jovem cultura urbana com as tecnologias digitais. Para os críticos, o estilo *cyberpunk* encarnava o mito dos antigos aventureiros no qual o ciberespaço era um mundo a ser conquistado, “não significando aqui dominação ou o controle de um território físico, mas exploração de novos territórios simbólicos: a colonização do ciberespaço” (Lemos, 2008, p. 189).

Reflexo da cultura pós-moderna, ainda segundo André Lemos (2008), os autores e ativistas *cyberpunks*, artistas eletrônicos, compõem a primeira geração de usuários na qual computadores e redes de computadores passam a ser incorporados no seu cotidiano. E não só isso; vistos como visionários do sistema tecnológico, eles passam a obter uma atitude de apropriação vitalista, um comportamento irreverente e criativo frente às novas tecnologias digitais. Uma atitude de não-conformação e de desconfiança diante dos sistemas tecnocráticos que passa a utilizar as tecnologias como armas de sobrevivência na sociedade contemporânea.

É essa atitude que não só marca a cibercultura como vai também contribuir para a compreensão da relação que os usuários passam a estabelecer com as novas tecnologias. Assim como os produtos culturais e midiáticos antes produzidos, os novos

aparatos tecnológicos, computadores, as redes de computadores, telefones móveis passam a fazer parte do dia a dia desses usuários, que de formas distintas incorporam essas ferramentas no seu cotidiano e não só as utilizam, mas também as re-significam. O que passa a ser “revolucionário” aqui é que estas ferramentas permitem a atuação crítica e criativa do usuário que não reduz a sua função apenas àquilo que lhe é dado e o que antes era entendido como apropriação social no campo do simbólico, hoje vai para além da produção de sentido, atinge e age sobre a própria ferramenta. Nessa perspectiva, o ciberespaço parece colocar a discussão sobre apropriação, na medida em que o usuário redesenha a configuração da ferramenta para que ela possa fazer sentido na tessitura do seu cotidiano, porém o resultado dessa apropriação é “sentido” também pela própria ferramenta. Sem o seu uso direto, a apropriação sequer é realizada, e a ferramenta de alguma maneira passa a se adaptar a esses novos usos, a essas novas apropriações.

Retornando a André Lemos (2009), quando destaca que a cibercultura já nasce da apropriação tecnológica, é possível entender que ela permite outras maneiras de apropriação social dos objetos tecnológicos, e são no cotidiano que se desenvolvem essas formas, novas e inusitadas, de relação do homem com a tecnologia.

O autor se utiliza da sociologia dos usos com destaque para a análise da lógica dos usos, desenvolvida por Jacques Perriault, para refletir que as aplicações dos objetos tecnológicos não podem ser tributadas somente “as estratégias de empreendimentos de acordo com a objetividade da função do objeto” ou em consonância à chamada racionalidade técnica presente nos modos de usar, manusear esses elementos. Para Perriault, destaca Lemos, os usuários possuem, inclusive, uma estratégia própria de utilização desses componentes comunicacionais. (Lemos, 2009, p. 49)

Nesse sentido, Lemos (2009) é menos enfático que Perriault e prefere falar em “astúcia dos usos”, já que este termo se aproxima mais da idéia de imprevisto, escapando da noção de lógica. Para isso, o autor faz claras referências a Michel de Certeau (2008).

É a partir de De Certeau (2008) que se captam aqui as noções de “astúcia” e de “imprevisto” para a discussão. Para ele, a utilização desses produtos culturais é astuciosa, dispersa, silenciosa e quase invisível, já que não se faz notar apenas pela presença e circulação dessas representações, mas na maneira como os sujeitos

empregam esses produtos. O autor parte de “Vigiar e punir” de Michel Foucault para refletir sobre como os procedimentos técnicos, atuando com detalhes, reorganizaram o espaço para transformá-lo no “operador de uma nova vigilância generalizada”. De Certeau (2008) entende que, se a rede de “vigilância” é extensa e necessária, mais urgente é compreender como que uma sociedade inteira não se reduz a ela. Isto é, que ações cotidianas dos usuários dialogam e negociam o tempo todo com a “disciplina” e não se conforma com ela a não ser para alterá-la. (De Certeau 2008, p. 41). Para o autor, essas ações se constituem maneiras, caminhos diversos nos quais os usuários peregrinam cotidianamente e se reapropriam do espaço antes imposto pela produção dessas técnicas. O que ele denomina como “maneiras de fazer” é também o ato de “conseguir” alterar o funcionamento de estruturas tecnocráticas através de táticas articuladas sobre os detalhes do cotidiana: essa astúcia dos usuários constitui para De Certeau (2008) uma verdadeira “rede de uma antidisdisciplina”.

Ainda para De Certeau (2008), essa relação – usuário, procedimentos tecnocráticos e cotidianidade – é envolvida por tensões na qual a cultura é o elemento articulador que fornece equilíbrios simbólicos que por vezes legitima, desloca ou controla a razão do mais forte. Mas as manobras dos usuários, a engenhosidade do fraco para tirar desse “mais forte”, é que politiza essas práticas cotidianas.

Para compreender essas práticas, De Certeau (2008) recorre a três linhas definidoras: trajetória, tática e estratégia. O conceito de trajetória, ele mesmo assume haver uma deficiência. Apesar de evocar a dimensão de movimento, trata-se apenas da representação gráfica de uma sucessão de pontos percorridos, não consegue dar conta do que esses pontos significam. Enquanto a trajetória se desenha e lá se encerra, o tempo e o próprio movimento não se reduzem a uma simples projeção sobre um plano, logo essa representação se torna insuficiente. Estratégia é entendida como um cálculo das relações, o lugar onde o usuário consegue distinguir a fronteira que separa o outro como totalidade visível, o lugar onde consegue gerir suas relações com a exterioridade. “A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico” (De Certeau, 2008, p. 45). O contrário seria a tática, que só tem por lugar o do outro e, por isso, precisa constantemente jogar com os acontecimentos para transformá-los em ocasiões. Depende do tempo, já que por não possuir o lugar fica à espera das possibilidades de ganho. Aqui, o fraco incessantemente procura tirar partido de forças que não lhe são familiares. “Ele o consegue em momentos oportunos onde

combina elementos heterogêneos, mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ocasião” (De Certeau, 2008, p. 47).

Muitas práticas cotidianas são do tipo tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das “maneiras de fazer”: vitórias do fraco sobre o mais forte, pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de caçadores, mobilidades da mão-de-obra, simulações polimorfos, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos. (DE CERTEAU, 2008, p. 47)

As práticas do tipo tática têm se multiplicado e a corrosão das estabilidades locais, a falência das redes de sociabilidade tradicionais tem deixado espaços para essa multiplicação e para que elas possam se tornar “errantes”, desviacionistas. “Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula” (De Certeau, 2008, p. 49). E embora dependam das possibilidades e circunstâncias, as táticas não se submetem à lei do lugar, são tão localizáveis quanto as estratégias tecnocráticas, mas ao passo que estas, sob cálculos, criam lugares e produzem os tipos de operações a serem realizadas nesses espaços, as táticas utilizam, manipulam e alteram essas operações no lugar do outro.

O pensamento de De Certeau (2008) aponta um caminho para pensar as apropriações tecnológicas no ciberespaço. O autor, quando lembra que a razão técnica procura e acredita que consegue organizar a seu modo pessoas e coisas, a cada um atribuindo um lugar, uma função e produtos a consumir, também lembra que o homem contemporâneo escapa silenciosamente a essa condição. Unindo seu pensamento ao de Jesus Martín-Barbero (2004), a forma desses escapes estaria também nas próprias ferramentas que possuem espaços não intencionados e também não previstos utilizados pelos usuários e na própria carga simbólica desenvolvida pelos usuários em seus cotidianos antes mesmo do surgimento e da utilização (estratégia e/ou tática) destes aparatos. Unem-se nesse processo, então, as habilidades de resignificação do sujeito e as potências técnicas das ferramentas.

Prosseguindo nessas reflexões sobre estratégias e táticas, entendo, então que ao primeiro termo, isto é, aos escapes Martín-Barbero (2004) nomeia de brechas, espaços abertos pelos usuários praticando resistências e sinalizando suas diferenças. Ao segundo, a carga simbólica, entendo como as subjetividades, a competência cultural adquirida na tessitura diária, cotidiana. (Martín-Barbero, 1997). Vale lembrar que essa

competência cultural não está diretamente ou exclusivamente ligada à classe social ou formação educacional, embora essa última seja - em muitos casos, e em particular no trânsito das normas e exigências do espaço virtual - fundamental.

Nessa perspectiva, André Lemos (2009, p. 49), ainda em referência a Michel de Certeau e ainda contestando o pensamento de Jaques Perriault, destaca que não há uma lógica, mas uma espécie de relação dialógica bastante complexa, inclusive, entre esses objetos, os usos que os atores fazem deles e as funções destes mesmos objetos.

A apropriação tem sempre uma dimensão técnica (o treinamento técnico, a destreza na utilização do objeto) e uma outra simbólica (uma descarga subjetiva, o imaginário). A apropriação é, assim, ao mesmo tempo forma de utilização, aprendizagem e domínio técnico, mas também forma de desvio (deviance) em relação às instruções de uso, um espaço completado pelo usuário na lacuna não programada pelo produtor/inventor, ou mesmo pelas finalidades previstas inicialmente pelas instituições. (LEMOS, 2009, p. 49).

Assim, para Lemos (2006), ao estudar os usuários das tecnologias se deve superar a idéia de uso correto ou não das máquinas de comunicação e passar a buscar compreender, sob a ótica do usuário como agente, o que vem reforçando ainda mais a apropriação social destas máquinas. Um dos caminhos apontados pelo autor é que a cibercultura proporciona a este mesmo usuário uma espécie de sentimento de deslocamento do aqui agora, do espaço e do tempo, dessa forma, a cultura do ciberespaço estaria marcada pelas tecnologias da simulação. Simulação esta que se converte em desejo, já que esta ilusão de desvios permite ao usuário experimentar novas formas de uso dessas máquinas, desse espaço e descobrir que esses usos podem levá-lo a outros caminhos como, por exemplo, a criação de novas redes de sociabilidade.

2.2.3 Apropriações tecnológicas e novas redes de sociabilidade

Raquel Recuero (2009) estudando sobre a apropriação dessas novas tecnologias, especialmente dos *softwares* que contribuem para a formação de agrupamentos no ciberespaço, também compartilha com Lemos sobre o termo apropriação. Para a autora, apropriação é “a re-significação através da qual uma ferramenta passa ao ser incorporada ao dia a dia de um grupo de pessoas. A ferramenta assim, passa a fazer sentido para aquele grupo e passa a ser utilizada”. Essa apropriação é dependente também dos valores que podem ser depreendidos da ferramenta, ou seja, dos valores que as pessoas enxergam no uso. O que remete novamente a Thompson

(1995), quando fala que um dos aspectos para se compreender o movimento de apropriação social desses produtos é estudá-los a partir do modo típico que um grupo utiliza e se apropria dessas ferramentas.

Portanto, até aqui, pode-se depreender que: as novas tecnologias, a cibercultura, o ciberespaço parece apresentar uma maneira particular de se apropriar dos produtos culturais, diferente daquela conhecida pelo *mass media*. Agora o usuário não só tem a possibilidade de produzir sentido e possivelmente fazer críticas e articular essa produção simbólica no seu cotidiano, ele também interfere diretamente nas ferramentas através das brechas por elas deixadas, redesenha não só a sua função, mas a própria configuração dessas tecnologias que, à medida que os usuários delas se apropriam, parecem adaptar-se ao seu uso.

A difusão e o uso dessas novas tecnologias apontam, possivelmente, essa nova reconfiguração cultural a que Martín- Barbero (2004) se referiu. É Manuel Castells em sua obra “A sociedade em rede” (1999) que vai desdobrar como toda essa reconfiguração acontece. O autor analisa a nova configuração da sociedade a partir da difusão dessas novas tecnologias que permitiram o crescimento dos fluxos, não só de informação, mas também financeiros, afetando outros campos como a política e a economia. Para Castells (1999), essa reconfiguração é a responsável por outro fenômeno: as tecnologias forneceram e fornecem base para a penetração em toda a estrutura social de uma “lógica de conexões”, isto é, à medida que os usuários foram se apropriando dessas tecnologias, eles também fizeram difundir, na verdade, impregnar uma lógica que já vinha acontecendo em todo o construto social, mas sem um elo (o ciberespaço) que os conectasse; a emergência de uma sociedade em rede, de uma dinâmica de interações caracterizadas pelo fluxo, por processos e instituições não-hierarquizados. Vale lembrar, que para Castells (1999), apesar da lógica de redes ter assumido uma dimensão global, o processo de transformação motivado por essa lógica emergente é muito mais adaptativo que imediato, isto é, acontece e acontecerá aos poucos. No caso do autor, sua visão parte de pontos de vista econômico, social e cultural, o que dá à sua análise uma transversalidade e estende essa idéia da adaptação desse processo também para o contexto sócio-cultural. Sobre este ponto, trago aqui o pensamento de Silverstone (1999) que entende que a maioria dos debates atuais vem se baseando na questão da velocidade dessas mudanças, mas lembra que a velocidade das transformações tecnológicas, das mercadorias não pode ser confundida com a

velocidade das mudanças sociais e culturais, estas tendem a obedecer outro ritmo, mesmo que tenham sua velocidade ampliada com a chegada da *internet* e expansão das conexões através do ciberespaço.

Sobre a emergência desta sociedade, a ampliação das conexões, os agrupamentos que delas surgem e como esta sociedade vem utilizando estas tecnologias para fortalecer essa lógica, principalmente, através dos agrupamentos formados no ambiente do ciberespaço, trata o próximo tópico.

2.3 Redes, redes sociais e sites de redes sociais

“Redes estão por toda parte”, assim afirma Barabási (2009: 07). “... em todo o lugar” (Martinho, 2003: 08). Há cerca de vinte, ou trinta anos, como defendem Lemos e Santaella (2010: 27), o termo “rede” parecia causar mais impacto quando usado como ferramenta crítica contra noções como “instituição”, “organizações” e “Estado”. Hoje, com a *internet*, com o surgimento das redes de relacionamento da *web 2.0*, o termo parece ter sido um pouco banalizado. “Todo mundo acredita que sabe o que são redes”. (Santaella e Lemos, 2010: 37).

Mas, afinal, o que são redes? “Redes são metáforas estruturais” (Recuero, 2009: 56) e, recentemente, os estudos sobre redes ganharam ainda mais visibilidade e interesse após a publicação de trabalhos de autores como Barabási (2009) e Duncan Watts (2009), principalmente no final da década de 1990 e início dos anos 2000, como lembra Recuero (2009: 21), já que nos anos 1980, “eram poucos os que falavam em redes” (Santaella e Lemos, 2010: 27).

No Brasil, o “fenômeno” das redes se inicia na década de 1960 através dos movimentos sociais. O país vivia em regime militar e havia uma necessidade de articulação e mobilização dos atores políticos para lutar contra a ditadura e pela democratização. Mas, é nos anos 1980 e início dos anos 1990 que esta articulação passa a ganhar uma maior dimensão. Com o início da popularização da *internet*, a formação em rede desses movimentos ganha uma função primordial na conquista e manutenção dos direitos sociais no país (Martinho e Costa, 2003).

Martinho e Costa (2003) chegam a traçar um breve panorama do que foi o histórico da atuação em rede desses movimentos nos anos 1990. Eles destacam a Associação Brasileira de ONGs, a ABONG, que contribui no fortalecimento de redes de vários setores da sociedade civil e a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, que nasce da articulação de 40 organizações feministas de todo o Brasil (1991); o episódio do *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo tendo grande atuação, entre outros, do Movimento pela Ética na Política (1992); Em 1996 houve a liberação do uso doméstico e comercial da *internet* no Brasil, um marco na luta desses movimentos, já que favoreceu a criação de comunidades virtuais, fóruns de discussão e, em 1998, a criação da ONG Rede de Informações para o Terceiro Setor, esta com importante atuação nacional voltada para o fomento, o incentivo da atuação em rede das organizações sociais e o uso de ferramentas a distâncias nos trabalhos colaborativos e articulações políticas. Para os autores, hoje, o que se presencia, nesse sentido, é um grande caleidoscópio.

Não se conhece um levantamento sobre a quantidade e as características de funcionamento dessas redes, mas podemos estimar em centenas as redes da sociedade civil em ação no Brasil. Isso sem mencionar as redes de informação que atuam também fora dela; e outros sistemas organizacionais similares às redes, como consórcios, comitês e fóruns de desenvolvimento local, pactos e demais movimentos coletivos caráter científico-tecnológico, comuns no âmbito das universidades e comunidades de cientistas; as listas de discussão, ciberfóruns e outros tipos de ambientes virtuais de troca, no âmbito da Internet, que muitas vezes originam grupos de afinidade operativos que informais de ação descentralizada, como campanhas e mobilizações sociais. (Martinho e Costa, 2003, p. 12).

Martinho e Costa (2003) ainda trazem para este conjunto entidades de caráter associativo, como as federações, confederações e demais organizações do terceiro setor que, mesmo não sendo consideradas redes, atuam com características similares de participação e colaboração dessas outras instituições. Mas, os autores também chamam atenção para o fato de que nem todas as estruturas organizacionais que hoje levam o nome de rede de fato o são. É que houve, como já foi dito, uma banalização do termo, uma espécie de uso indiscriminado que faz, inclusive, que algumas instituições “pensem” atuar em rede, enquanto não o fazem.

De fato são vários os tipos de redes, desde as técnicas, de fios, de engrenagens, desde as organizacionais. Aqui, as que importam para este trabalho são aquelas

formadas por humanos ou que pelo menos sejam integradas por eles. Por isso, inicialmente recorro aqui à noção de redes sociais.

Uma rede social pode ser definida como um conjunto de dois elementos: atores (os chamados nós da rede, atores, grupos sociais, organizações) e suas conexões (os laços sociais que nelas e através delas se formam). Portanto, a rede pode ser entendida como uma metáfora para analisar as diversas formas de conexões que determinados grupos sociais realizam, a partir das conexões que esses atores estabelecem entre si (Recuero, 2009).

Para autores como Recuero (2009), os atores em uma rede social são o seu primeiro elemento, os nós, as pessoas envolvidas na rede em que se estuda. São partes do sistema e trabalham de modo a estabelecer as estruturas sociais por meio das interações e dos laços sociais formados. No caso das relações mediadas por computadores (especificamente nos os *sites* de redes sociais que veremos mais à frente), devido ao distanciamento inicial, os atores não podem ser imediatamente discerníveis, reconhecíveis. Assim, no ciberespaço, trabalha-se também com as chamadas representações dos atores sociais, onde um ator pode ser representado por um perfil no *Orkut*, por um *weblog* ou por uma conta em *sites* como *Twitter* e *Facebook*. Logo, inicialmente, os atores em *sites* de redes sociais não são de fato atores, são espaços de representação, de construção identitária, lugares de fala. Este é um processo em permanente movimento: “funcionam como uma presença do “eu” no ciberespaço, um espaço privado e, ao mesmo tempo, público.” (Recuero, 2009: p. 26 e 27). Mais à frente abordo, ao tratar da Teoria Ator-Rede, que a função deste ator na rede (social, ou não) pode ser estendida devido à ampliação da própria noção de ator.

Assim como os atores (os nós) são elementos fundamentais nas chamadas redes sociais, as conexões também representam um espaço de “poder” dentro dessas relações. Sobre o entendimento deste aspecto, a obra “O Poder das Conexões” se revela elementar. Lançada em 2010 pelos pesquisadores Nicholas Christakis e James Fowler, o texto atribui às conexões importantes papéis que podem ser desempenhado nas estruturas sociais.

Primeiro, os autores recorrem à diferenciação entre grupos sociais e redes sociais para fazerem compreensível a importância das conexões:

Em primeiro lugar, devemos esclarecer o que temos em mente por um grupo de pessoas. Um grupo pode ser definido por um atributo (por exemplo, mulheres, democratas, advogados, corretores de

longa distância) ou como uma coleção específica de indivíduos para os quais podemos, literalmente, apontar ("aquelas pessoas lá adiante, esperando para entrar no concerto"). Uma rede social é completamente diferente. Embora uma rede, como um grupo, seja uma coleção de pessoas, esta inclui algo mais: um conjunto específico de conexões entre as pessoas no grupo. Esses laços, e o padrão específico desses laços, são frequentemente mais importantes do que os próprios indivíduos. Eles permitem aos grupos fazer coisas que uma coleção desconectada de pessoas não pode (CHRISTAKIS e FOWLER, 2010: 06).

Sobre as conexões, os autores ainda afirmam que sempre há um padrão específico nesses laços que conectam os atores nas redes sociais. Mas, que os laços, mesmo guiados por padrões, são complicados. Podem ser efêmeros, ou durar a vida toda; podem ser casuais, ou intensos; pessoais, ou até anônimos. Ainda para Christakis e Fowler, além das conexões, outro importante aspecto a ser considerado nas redes sociais é também o contágio. E o contágio "diz respeito ao que flui ao longo dos laços" (Ibidem, 2010: 12).

Buscando compreender ainda mais as conexões e o contágio, ambos os autores recorrem às regras que guiam esses dois aspectos das redes sociais. Reconhecer e entender essas regras não só contribui na melhor compreensão desses aspectos, mas também no entendimento de por que as redes sociais existem e como elas funcionam. De acordo com os autores, são esses princípios que nos explicam a célebre frase "o todo é maior que a soma de todas as partes".

Assim, Christakis e Fowler (2010) recorrem a seis regras. Regra 01: "Modelamos nossa rede". Os autores afirmam que os seres humanos criam e recriam suas redes sociais o tempo todo e que escolhem a estrutura de suas redes de três modos importantes: primeiro decidem com quantas pessoas estão de fato conectados; segundo influenciam na intensidade da interconexão de amigos e família, por exemplo, e terceiro controlam quem está no centro das atenções, isto é, no centro da rede social. Será a diversidade dessas escolhas que produzirá uma intensa variedade de estruturas para toda a rede e que localizará de forma única o espaço do ator em sua própria rede social. Regra 02: assim como modelamos nossa rede, nossa rede também nos modela. "Nosso lugar na rede, por sua vez, nos afeta. A transitividade pode afetar tudo. E dependendo do lugar em que você se encontra na rede, pode ser determinante para sua atuação." Regra 03: os amigos também nos afetam. Para os autores, o que flui, o que circula durante as conexões também é crucial. Uma variável relevante deste fluxo é a tendência de influência dos seres humanos. Influenciamos e somos influenciados. Como temos

vários laços diretos com uma ampla diversidade de atores, cada laço deste vai explicitar uma oportunidade de influência de ambos os laços. Segundo estudo realizado, Christakis e Fowler mostram que a disseminação da influência nas redes sociais obedece aquilo que chamam de Regra dos Três Graus de Influência. Todas as nossas ações tendem a ganhar capilaridade por toda a nossa rede, “exercendo um impacto sobre nossos amigos (um grau), os amigos de nossos amigos (dois graus) e mesmo os amigos dos amigos de nossos amigos (três graus)”. Os autores explicam que há três razões para nossa influência chegar “apenas” a três graus. Primeiro, o telefone sem fio, isto é, a corrosão das informações à medida que elas são transmitidas de modo que a mensagem como tal pode não mais ser entendida e chegar no “alvo” como inicialmente dita/feita/pensada - academicamente os autores chamam isso de “explicação do decaimento explícito”; a segunda razão para nossa influência ser limitada estaria na evolução inevitável da rede que faz com que os laços não durem para sempre (amigos morrem, deixam de ser amigos e outros) - a isso Christakis e Fowler (2010) nomearam de “explicação da instabilidade da rede”; por fim, a terceira e última razão da limitação do nosso “poder” de influência reside na biologia evolutiva. “Talvez não sejamos capazes de influenciar pessoas a quatro graus de distância de nós porque, em nosso passado hominídeo, não havia ninguém que estivesse quatro graus distantes de nós.” Aqui, os autores nomearam este aspecto de explicação do objetivo evolutivo. Apesar de levantar inúmeras questões, inclusive sobre sua solidez, a regra de Três Graus, afirmam Christakis e Fowler (2010), parece mesmo importante na forma como as redes sociais evoluem, e talvez o mais importante a ser considerado seja que esta regra pode nos explicar porque, mesmo com tanto acesso a tecnologias, ainda nos sentimos restritos quanto à nossa capacidade de CONEXÃO. Regra 04: os amigos dos amigos dos nossos amigos nos afetam. Se nossos amigos e família podem nos influenciar, a família e os amigos deles, por consequência, também podem exercer poder de influência sobre nossas decisões. É “a tendência de os efeitos se disseminarem de uma pessoa para outra e outra, para além dos laços sociais diretos de um indivíduo”. Por fim, a regra 05: “a rede tem vida própria”. Essa é uma fala interessante porque é confirmada por vários autores que abordam redes sociais em seus estudos (Barabasi, 2009; Watts, 2009; Franco; 2008). As redes sociais podem apresentar variáveis, propriedades e funções que estão fora do controle de quem está dentro dela. Essas propriedades só serão entendidas quando a rede inteira for estudada, não apenas um indivíduo, e até mesmo uma amostra

dessa rede. Nesse sentido, os autores afirmam que as redes sociais têm as chamadas propriedades emergentes, que seriam um novo atributo formado a partir do todo, resultado da interação e das CONEXÕES de todas as partes¹⁵ (CHRISTAKIS e FOWLER, 2010: 12 – 20).

Por fim, Christakis e Fowler (2010) enfatizam alguns pontos que devem ser considerados na hora de entendermos porque as conexões são parte importante na compreensão das redes sociais.

“Em uma espécie de reação social em cadeia, podemos ser profundamente afetados por eventos que não testemunhamos que acontecem para pessoas que não conhecemos” (Christakis e Fowler: 2010, p.24). Isso, por exemplo, pode explicar a mobilização em *sites* como *Twitter* para conflitos internacionais, onde milhares de usuários do mundo inteiro através das chamadas *hashtags* demonstram apoio a diversas causas. E considerando o objeto aqui estudado, o caso #BuracosFortaleza, ajuda-nos também a compreender porque, mesmo distante, a ação, por exemplo, chamou a atenção de estudiosos do país e recebeu apoio de usuários de outros estados. “Tinha gente do Rio de Janeiro, de São Paulo enviando mensagens de apoio, o Professor André Lemos da UFBA entrou em contato com a gente...” – Entrevista com o *blogueiro* Emílio Moreno, 2011.

Redes sociais são criativas, tendem a ampliar tudo com que são inseminadas. Portanto, como parte de uma rede social, os atores acabam se transformando em parte de algo muito maior. Isso é resultado também das conexões (Christakis e Fowler: 2010, p. 24). Por fim, conectar-se é também se fundir com o outro e o resultado disso na rede é a transformação do indivíduo no todo.

A formação de redes é uma prática antiga da sociedade, mas que vem ganhando ainda mais força com a difusão e troca intensa de informações propiciadas através da *internet*. E é a mesma *web* que hoje proporciona com que a velocidade dessas CONEXÕES não possa ser vistas a olhos nus. O ciberespaço, uma vez que contribui na rápida difusão e troca de informações, também proporciona o agrupamento desses atores em rede sem necessariamente estarem presentes na mesma dimensão territorial.

Da mesma forma que ele permite novas formações de redes e em redes, ele torna esses agrupamentos publicamente disponíveis. Aqui, partimos mais profundamente para o entendimento das redes sociais no ambiente da cibercultura. Recuero (2009) nos lembra que um dos aspectos mais importantes para a análise e estudos desse tipo de agrupamento é exatamente os *sites* de redes sociais. A autora defende que esses *sites* não são necessariamente um novo componente nas redes sociais antes existentes, “mas uma consequência da apropriação das ferramentas de comunicação mediada pelo computador pelos atores sociais” (Recuero, 2009, p. 102). Portanto, os chamados *sites* de redes sociais, hoje, por mais que contribuam na manutenção e constituição de agrupamentos, são apenas sistemas, plataformas e não, por si, redes sociais. Isto é, esses *sites* tornam visíveis redes sociais já existentes ou a formação de outras e novas redes.

Assim, os sites de redes sociais como *Orkut*¹⁶, *Facebook*¹⁷ e, mais recentemente, o *Twitter*¹⁸ podem fornecer, através de análises, como os atores vêm se agrupando, como essas redes estão se formando, como essas conexões estão se estabelecendo.

Recuero (2009) com base em Boyd & Ellison¹⁹ define *sites* de redes sociais como sistemas que apresentam três características: a construção de um perfil através de uma página pessoal; a interação entre esses perfis via comentários; e a exibição pública do perfil e da rede social de cada ator. Nesta noção dois elementos são trabalhados: a estrutura e a apropriação. A estrutura apresenta um duplo aspecto, a rede social visível, aquela que está exposta a todos os outros atores e a rede social ativa, isto é, aquela com a qual o ator mantém, de fato, diálogos.

Aqui está nossa primeira premissa para o estudo das redes em sites de redes sociais: Há uma diferença fundamental entre as redes que são publicamente disponibilizadas pela ferramenta (chamaremos aqui de **redes de filiação**) e as redes que estão realmente “vivas”, emergentes através das conversações no sistema (chamaremos aqui de **redes emergentes**). Embora ambas representem redes sociais anexas, representam redes sociais diferentes. Enquanto as redes sociais decorrentes das conexões estruturais de um sistema podem representar uma rede estática, as redes sociais emergentes são aquelas que mostram efetivamente, com quem ele interage e como

¹⁶ <http://www.orkut.com>

¹⁷ <http://www.facebook.com>

¹⁸ <http://www.twitter.com>

¹⁹ BOYD, d. m., & ELLISON, N. B. **Social network sites: Definition, history, and scholarship**. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(1), article 11. Disponível em <<http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>>, 2007.

essas interações estão influenciando sua rede estruturada pelo sistema. (RECUERO, 2009).

As redes sociais do tipo emergente são aquelas constantemente construídas e reconstruídas através das trocas que nelas ocorrem, aquelas “expressas a partir das interações entre os atores sociais”. Tendem a ser mais conectadas e menores porque demandam esforços dos atores como tempo, comprometimento e investimento na criação de perfis. As redes de filiação são mais estáveis, não pressupõe troca mútua e não são alteradas pelo aumento, ou diminuição das trocas exercidas pelos atores. Tendem a ser grandes porque não há investimento desperdiçado nelas e enquanto as conexões forem mantidas – os *sites* de redes sociais, por exemplo – ali permanecem. É preciso compreender que as diferenças entre essas redes são sutis e que a maior diferenciação está em suas dinâmicas; as primeiras são bastante “mutantes” e apresentam rastros de agregação e ruptura frequentemente, já as segundas mudam raramente e por isso tendem a crescer mais e a acrescentar mais nós, atores ou grupos. Contudo, o mais importante é perceber que um mesmo objeto, e se aqui atenta para os *sites* de redes sociais, pode conter tanto redes de filiação quanto redes emergentes (Recuero, 2009, p. 94-101).

Nos *sites* de redes sociais, ainda segundo Recuero (2008), o foco de atenção não está na formação de novas redes - embora é possível prever que elas irão acontecer - mas sim “nos modos como permitem a visibilidade e a articulação das redes sociais, a manutenção dos laços sociais estabelecidos no espaço off-line”. Portanto, uma primeira reflexão que podemos fazer é que uma das motivações para a apropriação dos *sites* de redes sociais reside na manutenção de agrupamentos pré-existentes e se pensarmos que a ativação dessas redes no espaço *on-line* demanda investimentos como: interação, tempo, trocas sociais, podemos também considerar que é através das redes emergentes que essa manutenção, pelo menos inicialmente, ocorre.

Assim, Raquel Recuero (2009), baseada nos elementos trabalhados por Boyd e Ellison, seguindo reflexões por ela desenvolvidas e acima citadas, divide os *sites* de redes sociais em dois tipos: os apropriados e os estruturados. Chamando-os, enfim, de *sites* de redes sociais propriamente ditos e *sites* de redes sociais apropriados. Os primeiros são aqueles com foco em publicizar, ampliar e complexificar as redes dos atores nelas presentes. “O uso do site está voltado para esses elementos, e o surgimento dessas redes é consequência direta desse uso” (2009, p. 104). Exemplos desses *sites* são

o *Orkut* e o *Facebook*. Os *sites* de redes sociais apropriados são sistemas que inicialmente não nasceram com essa intenção, isto é, de tornar pública as redes sociais dos seus atores, mas com o passar do tempo, através do uso delas, acabam sendo apropriadas com esse fim. Caso, por exemplo, dos *fotologs* e do *Twitter*, plataforma aqui estudada.

Outro fato importante levantado pela autora está na idéia de que os diferentes *sites* de redes sociais não podem ser entendidos necessariamente como redes independentes entre si. Na prática, isso significa que “muitos atores utilizam sites de redes sociais diferentes para redes sociais diferentes e para construir valores diferentes” (Recureo, 2009, p. 105). Essa observação nos leva a refletir que, mesmo reconhecendo que um dos motivos para a apropriação de *sites* de redes sociais possa, inicialmente, residir no agrupamento *on-line* de redes pré-existentes, muitos outros fatores, de naturezas diversas, podem levar os atores a se apropriarem desses sistemas.

... poderíamos discutir que a apropriação de diferentes ferramentas de comunicação mediada pelo computador, a partir de suas limitações e forças, poderia servir a diferentes propósitos para um mesmo ator. (RECUERO, 2009, p. 106).

Assim é possível pensar que os *sites* de redes sociais atuam em estratégias de sociabilidades múltiplas e isso permite que o ator possa se apropriar de diversos sistemas que atendam aos seus mais variados propósitos. Portanto, falar de apropriação em *sites* de redes sociais é ter, inicialmente, ciência de que ela pode ser motivada por inúmeros intuitos. E que a observância desse movimento possa solicitar diversas angulações de análise, que podem se estabelecer aqui até mesmo como um problema de pesquisa. Logo abaixo, desenvolve-se um rápido texto sobre a chamada Teoria Ator-Rede. É ela quem vai ampliar de modo definitivo as questões, variáveis e elementos que aqui foram abordados e que, de algum modo, conduz-nos a repensar ou adotar mais um lugar das apropriações nas chamadas redes sociais, nos *sites* de agrupamentos *on-line* e no objeto de estudo aqui praticado, a ação #Buracosfortaleza.

2.4 A Teoria Ator Rede

Era início dos anos 1980, quando Bruno Latour na École Nationale Supérieure des Mines de Paris, ao lado de outros pesquisadores como Michel Callon e John Law, criou a metáfora do ator-rede, que os próprios autores preferem indicar como

"actante-rede". Pioneiro, Latour vem se preocupando também em suas publicações em deixar clara a diferenciação do seu entendimento da noção de redes, diferente das conhecidas redes técnicas (ferroviária, metrô, telefone) e até mesmo a noção mais contemporânea e comumente usada, as das tecnologias. Para Latour, o conceito de redes é uma versão empírica do conceito de rizoma. São fluxos, circulações, alianças. Nelas, os nós têm tanta importância quanto as conexões. E nos livram de "tirantias" como o próximo vs. distante (independente da distância que os separa, elementos podem ficar remotos se suas conexões forem alteradas); outra tirania, escalas micro ou macro (uma rede não é maior, ou menor que outra rede); assim como também, em Latour, nas redes as relações não são ordenadas, o que exclui o pensamento de sociedades de cima para baixo e de baixo para cima. Por fim, as redes nos livram de uma terceira tirania espacial (perto/longe; grande/pequeno; dentro/fora); redes são só bordas, com isso não há espaços a serem preenchidos, mesmo sendo sistemas abertos, os espaços na rede já são ocupados pelos nós, pelas conexões (Santaella e Lemos, 2010).

Da mesma forma que Latour, procura se diferenciar de alguns conceitos usuais de rede, o autor busca afastar a chamada Teoria Ator-Rede (TAR) de uma possível restrição ao conceito de redes sociais. Para Latour, o conceito de redes sociais surge igualmente para fazer frente a conceitos vagos e neste ponto compartilha com a TAR. Mas, ao passo que as redes sociais tratam especificamente das relações sociais dos atores humanos, a TAR vai além e amplia a noção de atores (*actantes*) para além do domínio humano. Aqui, o *actante* pode ser qualquer humano, ou não envolvido na rede. O que para alguns autores de áreas como a sociologia e a própria comunicação pode soar um pouco desconcertante. Para Latour, uma rede de atores não deve ser reduzida a apenas um ator e nem a uma rede. É composta assim de uma série de elementos diversos humanos, ou não. Como conceito de ator ganhou peso através da sociologia ao defini-lo como uma fonte de ação atribuída ao homem, indivíduo humano dotado de intencionalidades, coube aos autores da TAR encontrar uma terminologia que melhor contribuísse com a proposta da Teoria. Assim, recorreram à idéia de *actante*, retirada da semiótica de A. J. Greimas, embora não o utilize dentro de um conceito narrativo. O que ator na prática realiza, é isentar o conceito de *actante* de qualquer modo dualista sujeito-objeto e amplia radicalmente seu sentido para qualquer coisa, qualquer espécie. "Trata-se de qualquer coisa desde que lhe seja atribuída a função de fonte de uma ação. Isso

não implica qualquer espécie de motivação de atores individuais ou gerais humanos" (ibidem, 2010, p. 32 a 35).

Considerando então a ação #Buracosfortaleza, objeto aqui de estudo, alguns questionamentos e constatações podem ser retirados após uma abordagem através da TAR. Sabemos que a Teoria Ator-Rede é feita de atores e redes. E que atores aqui assumem uma definição onde contempla objetos humanos e não-humanos: (inscrições, artefatos técnicos, organizações, até mesmo conceitos). As atividades dos *actantes* consistem em estabelecer conexões com outros e novos elementos da rede, podendo assim redefini-la e até mesmo transformá-la. Diante disso e de tudo que até aqui foi considerado, podemos considerar que os elementos presentes na ação #BF podem ser definidos como *actantes* da rede que através dela se formulou. Assim, ruas, os próprios buracos, instituições, atores, as redes sociais ali presentes, as plataformas (*Twitter*, *Googe Maps*), os *Tablets* (celulares, máquinas digitais, *smartphones*) e outros atuaram como elementos (*actantes*) importantes da ação. Mas, e se penso na ordem do subjetivo, da produção de sentido, daquilo que mesmo sendo competência humana, é também da ordem do "não-concreto". As brechas, as astúcias, os resignificados seriam parte da rede e assim *actantes*? Bom, se não há espaços na rede, não há vazios, ela é totalmente preenchida, até mesmo a brecha, o que não estava previsto, mas era esperado, irá estabelecer uma conexão com algum outro elemento, algum outro *actante* dessa rede ou então trazer para a cena um novo *actante* e assim formar novas conexões.

Continuando nesta linha de pensamento, é possível problematizar um pouco mais a idéia de apropriação. Neste sentido, da prática apropriativa como *actante*, as apropriações além de uma etapa fundamental do processo comunicacional, podem ser entendida como parte elementar e tão importante como qualquer outra da REDE. Aqui, não se banaliza as definições cunhadas pelos autores já tratados (Martín-Barbero, Thompson, Lemos, De Certeau) entendendo-as como reducionistas, pelo contrário, levanta-se a possibilidade de na TAR as apropriações serem compreendidas como relevantes e elementares, *actantes* mesmo, pelo menos no caso aqui estudado.

Por fim, o que se levanta aqui é que as apropriações no contexto da "lógica de redes", da formação de redes sociais, destes agrupamentos na *web* (os *sites* de redes sociais) são parte fundamental da lógica que irá reger a realização destas práticas. Isto é,

o ato de se apropriar aqui também pode ser percebido - além das contribuições de Thompson (1995) e Martín-Barbero (2004), para quem o 'tornar próprio' é um aspecto comunicacional, plural e diverso - como parte dessas redes, até como *actante*, elemento tão fundamental como os atores (Raquel Recuero, 2009) desses *sites*, que mais uma vez aqui entendo como usuários.

3 “SAI DA RUA MENINO!”:

A CIDADE, A TECNOLOGIA E A MULTITERRITORIALIDADE

O capítulo que segue trata das questões relativas à cidade, de como as novas tecnologias passaram a imprimir uma mudança no olhar, entender e viver as metrópoles. Dos processos que podem ser esmiuçados e que, para este trabalho, ajudam a compreender também as apropriações em rede e como elas podem apresentar uma relação estreita com o lugar da qual partem.

Começo falando um pouco da urbanização e do processo de metropolização de Fortaleza, para isso recorro à autores como Muniz (2006) e Dantas (2009). Após, procuro refletir sobre a cidade e a relação com as novas tecnologias, como essas tecnologias transformaram nossa percepção de tempo/espço no viver a cidade, como vivemos hoje a experiência do habitar urbano; para isso, alguns conceitos também serão abordados como as noções de lugar, de espaço e até mesmo de rua, esta última, ganha ênfase no trabalho por ser um ponto em comum verificado nas entrevistas realizadas com os blogueiros, como abordarei mais a frente. Para isto, utilizo de conceitos antes já trabalhados por autores como Martín-Barbero (2004), Milton Santos (2008) e De Certeau (2008). Depois, uma breve, mas necessária discussão sobre os processos desterritorializantes que de acordo com autores como Martín-barbero (2004) e Canclini (1998) são marcas da modernidade e como explicita André Lemos (2006) vão marcar também a experiência no ciberespaço e, por fim, recorro ao conceito de multiterritorialidade (2009) traçado por Rogério Haesbaert como alternativa à discussão dos processos reterritorializantes que marcam o viver e o saber na modernidade e por que não dizer também na era da lógica das redes e das tecnologias.

3.1 Fortaleza, a Bela: o processo de urbanização e metropolização da cidade

No Ceará, o fenômeno da urbanização teve como principal motor, a natureza. Aliás, do século XIX até a primeira metade do século XX, as atividades rurais marcaram o modo de vida no espaço urbano no estado, que fez com que a fronteira

urbano e rural sempre fossem muito próximas. Devido às grandes estiagens, que até hoje caracterizam o semi-árido nordestino, o espaço rural cearense viu-se desestruturado levando às migrações para a capital. A questão é que estas migrações não eram sazonais, temporárias, parte delas tornou-se fixas e como consequência, interferiu no modo de vida do então chamado espaço urbano. Vale lembrar que esta é a característica que vai marcar a urbanização não apenas no Ceará, mas em toda a região Nordeste. As estiagens, a estrutura fundiária na época bastante concentradora, a degradação da vida rural, a infra-estrutura da cidade, serviços e possibilidade de emprego formavam o conjunto que contribuía para a expulsão do homem do campo. As cidades, despreparadas para receber a grande massa de trabalhadores rurais e suas famílias, aos poucos começaram a se apresentar superlotadas e a enfrentar problemas como déficit populacional, saneamento básico, fome, miséria e violência. No caso de Fortaleza, os migrantes se concentravam sob árvores, praças, ruas e terrenos vagos enquanto a administração pública tentava impor o mínimo de ordem à situação que se alastrava oferecendo abrigos através de barracas, assistência médica, alimentos em troca da prestação de serviços públicos.²⁰ O ambiente aos quais esses migrantes foram submetidos favorecia o surgimento de mazelas, doenças, era marcado pela falta de higiene e surgimento de epidemias, iniciando aí um processo de segregação espaço-social e dualista onde pobres e os lugares onde estavam instalados (o Passeio Público, por exemplo) eram frequentemente associados a insalubridade e miséria. (Costa, 2008).

No século XX, com algumas crises espalhadas pelo Brasil como a crise da borracha na região amazônica, inicia-se então a ampliação de atividades de cunho terciário (comércio e serviços). Em Fortaleza, esta ampliação aliada à instalação de indústrias de beneficiamento de produtos primários passou a atrair ainda mais novos moradores para a cidade. Com isso, a capital presenciou um acentuado crescimento populacional e viu a sua malha urbana expandir-se com o desenvolvimento de bairros no entorno das linhas de bonde elétrico. Como afirma Maria Clélia Costa (2008), a concentração populacional em um mesmo espaço é um elemento importante nas implicações mentais sobre os indivíduos. E aqui cabe uma diferenciação entre os conceitos de crescimento urbano e de urbanização, como mostra a autora com base nas afirmações do geógrafo americano David Clark. Enquanto o primeiro refere-se a um

²⁰ Aqui entende-se migração como um fenômeno social que se refere ao movimento de pessoas através de fronteiras para fixar residência durante determinado intervalo de tempo. Os migrantes são os indivíduos que se submeteram a esse processo por vontade própria ou não. (ARAÚJO e CARLEIAL, 2001)

processo espacial e demográfico referente ao crescimento das cidades como local de concentração populacional; o segundo está para o processo social e não espacial, referente às mudanças comportamentais em decorrência desta concentração. Portanto, cabe afirmar que a urbanização fortalezense é um fenômeno decorrente tanto das estiagens e secas que provocaram essa concentração na cidade como também das mudanças de comportamento que essa densidade conseguiu provocar nos migrantes e conseqüentemente na capital.

De fato, Costa (2008) mostra que ao chegar em Fortaleza a população de migrantes tentava manter o modo rural de vida reproduzindo em seus quintais e casas parte do cotidiano ruralista plantando hortas, criando animais como galinhas, porcos e até vacas. Porém, o poder público através de sua legislação urbana que tinha forte influência da Corte imperial, tentava regulamentar esse comportamento através de uma série de normas, leis e códigos de posturas que incluía modos de vestir em feiras e ruas, proibição de banhos e nudez em lugares públicos, racionamento de água e outros, além de um plano de ordenamento do espaço, tudo no intuito de organizar, urbanizar e não tornar “feia” a cidade. É certo que os “matutos”, como eram chamados, sofriam uma série de violências e deste modo, diante de regras e visando a sobrevivência este mesmo homem rural se viu obrigado a submeter-se às normas e padrões que regiam a sobrevivência na cidade. Esse disciplinamento urbano também irá caracterizar a urbanização fortalezense, assim como a tentativa de civilizar a capital. No século XIX, o mundo civilizado para os brasileiros era o europeu e foi com base nele, através da vinda de artistas, missões científicas trazidas pela corte que se tentava aplicar a idéia de civilização que para aquele momento traduzia-se em se apropriar do modo de vida “estrangeiro”: a aristocracia cearense vestia-se com tecidos vindos de terras européias; lojas passaram a adquirir e utilizar móveis com padrão europeu, mas sem dúvida, a principal referência desta apropriação se dá na arquitetura da cidade que através de suas casas com uso de platibandas (recurso arquitetônico para impedir que as chuvas caíssem sobre as frentes das casas) e obras públicas como a importação das estruturas de metais do Teatro José de Alencar, tentavam replicar o modo de “fazer” civilização da Europa. Ora, com a vinda destes missionários e importação deste estilo de vida, agora outro choque cultural passava a habitar a experiência urbana de Fortaleza: de um lado, o enfrentamento de costumes entre a população local e rural e de outro a adequação de modos de consumo e lazer “orientados” pelos membros vindos da corte. A população

rural buscando adequar-se aos modos do fortalezense e os fortalezenses buscando viver os modos europeus (visitando teatros, participando de sarais e outros). (COSTA, 2008).

Portanto, falar inicialmente do processo de urbanização em Fortaleza é ter a ciência de que ele foi resultado do encontro de três processos: a migração como resultado das longas estiagens que determinou uma concentração populacional na capital; o ordenamento/disciplinamento destas populações rurais através das normas e condutas que modificou o seu comportamento à base de um choque cultural, além do reordenamento do espaço urbano e, por fim, a busca de “civilização” da população por meio da adequação de comportamentos tendo como referencial os hábitos europeus.²¹

Alguns anos depois, ainda presenciando as migrações, também no século XX, é que Fortaleza irá presenciar o seu processo de metropolização²². Nos anos 1970, o crescimento da cidade tornou-se ainda mais visível em termos de malha urbana e de verticalização dos seus solos. Em relação às outras cidades do estado, Fortaleza surgia em primazia absoluta e isto se deveu a dois fatores: o avançado processo de ampliação urbana e a própria concentração demográfica. Assim, em 1973 é oficialmente constituída a Região Metropolitana de Fortaleza²³ (RMF), embora, frente a outros grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo existissem distanciamentos, econômicos por exemplo, o que levava a questionar, inclusive, o seu caráter de metrópole. (ARAÚJO e CARLEIAL, 2001). De fato, como afirmam as autoras, na literatura local é possível encontrar alguns questionamentos sobre a criação da RMF, a alegação é que à época tal região não estava plenamente constituída como metrópole o que não justificaria tal decreto, porém, essa mesma literatura compreende e entende que houve uma aglomeração crescente no entorno da capital, nesses municípios que compõe a RMF, determinada principalmente e ainda pela migração das populações rurais e até

²¹ É importante ressaltar que há dois focos de análise no que corresponde às iniciais ocupações do território cearense. O primeiro, defende as primeiras ocupações no sentido sertão para o litoral. Quando a atenção se volta no sentido da defesa do território, e neste momento os aldeamentos indígenas ganham destaque, a explicação se dá no sentido litoral-sertão. Aqui não se busca aprofundar essa questão. Em determinado momento histórico, os migrantes (índios, negros, colonizados) também enfrentam os problemas de estiagem e passam a fazer parte da população que migra para a capital. Ver mais em ARAÚJO e CARLEIAL, 2001.

²² Para as autoras, uma metrópole “uma metrópole pode ser considerada uma grande cidade resultante da modernização, desde que se constitua centro de produção e difusão de inovações, além de ser uma aglomeração”, a metropolização seria um processo que transcende a metrópoles, é o dinamismo das atividades, o volume das riquezas. Quanto à região metropolitana, ela definem como um espaço que inclui mais de uma cidade e possui um núcleo principal. (ARAÚJO e CARELIAL, 2001)

²³ A criação formal da RMF foi instituída por Lei Complementar n.º14/73, compreendendo os municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz.

litorâneas. Além disso, as relações mantidas por Fortaleza interna e externamente ao seu território, eram, ambas, caracterizadas pela subordinação: tanto pela capital em relação aos grandes centros nacionais, como pelos municípios do estado em relação à Fortaleza. Assim, a inter-relação que seria uma das principais características de uma metrópole era exatamente um elemento que a capital cearense ainda não apresentava no início dos anos 1970, como exemplo, é possível citar os conjuntos habitacionais entre Caucaia e Fortaleza e Fortaleza- Maracanaú onde houve uma aproximação populacional, mas sempre com grandes vazios em cada caso, basicamente uma invasão e não uma inter-relação. Por fim, as autoras também citam outros pontos que questionavam a legitimidade do título de metrópole dado à capital naquele momento: não havia o que destacar em termos de produção de inovações, já que a capital importava esses modelos de centros do Sul do país e cidades como Aracati, Sobral e Icó apresentavam produções e inovações intelectuais até mais relevantes; os municípios do entorno e que compõe a RMF, à época, não figuravam historicamente como cidades ou centros urbanizados, com exceção dos casos já citados (Caucaia e Maracanaú). (ARAÚJO e CARLEIAL, 2001).

Portanto, Araújo e Carleial (2001), entendem que no momento da institucionalização da RMF, em 1973, Fortaleza ainda não estava plenamente constituída como metrópole e nem poderia ser considerada também uma área metropolitana no sentido mais geral do conceito. O ideal, para as autoras, naquele momento era considerar que Fortaleza estava em pleno processo de constituição de metrópole.

A partir da década de 1990, surge com força em todo o Brasil os chamados Orçamentos Participativos e Planos Diretores Participativos. Em Fortaleza, a primeira experiência relatada dá-se a partir de 2002. (Muniz, 2006). Aqui, faz-se necessário um recuo no tempo para que se possa entender o próprio histórico de planos propositivos urbanos para a capital cearense. Em meio a esses processos de urbanização e metropolização, esses planos foram propostos e executados contribuindo decisivamente para a tessitura urbana da cidade. Resgatar brevemente esse histórico é uma tentativa de traçar uma linha que contribua no entendimento de como a partir destes planos Fortaleza foi constituindo seu cenário urbano atual e de como os problemas hoje apresentados podem apresentar ou não relação com este histórico.

A história do planejamento urbano de Fortaleza obedece, segundo Muniz (2006) a três fases: a das propostas iniciais de plantas e soluções urbanas que datam ainda dos anos 1800; a dos planos propositivos a partir dos anos 1930 e, por fim, a mais recente, fase que tem como marca a transição dos planos tecnocráticos para os conhecidos planos participativos.

3.2 Fortaleza: as três fases da urbanização

A construção do relato abaixo foi possível através das informações coletadas das obras de dois autores, Muniz (2006) e Dantas (2009). Principalmente, o momento em que tento recontar as implantações dos mais variados planos de urbanização e participação popular; este trecho é retirado do extenso trabalho de Muniz (2006) e, que aqui, faço um breve resumo para que possamos compreender melhor esse processo em Fortaleza, todo esse contexto histórico é devidamente creditado aos autores ao longo das próximas páginas, já que, praticamente, parte apenas das duas obras os relatos a seguir. Os primeiros traçados de planejamento urbano em fortaleza datam de 1818 quando o governo contrata o engenheiro Silva Paulet para traçar uma planta da então Vila. Entre seus feitos, Paulet propôs um arruamento em traçado xadrez e elaborou uma cartografia, propondo um plano de ordenamento físico. Fortaleza só ganharia, então, o status de cidade a partir de 1823 quando o Imperador D. Pedro I decreta que todas as vilas passassem a apresentar esta condição. Mais tarde, em 1857, o engenheiro Adolpho Herbster é contratado como Engenheiro da Província e, por fim, arquiteto da Câmara. A partir daquele momento, inicia-se de fato a primeira fase do planejamento urbano de Fortaleza. Estradas de Ferro foram inauguradas como a de Baturité em 1873, ativando ainda mais o comércio da região; iluminação a gás foi implantada, ruas foram alargadas; as primeiras praças públicas foram construídas (como a dos Leões – Voluntários e Passeio Público – Mártires) e as primeiras edificações foram levantadas como a cadeia pública e Assembléia Provincial. Todas essas construções contribuíram ainda mais para o aumento populacional da cidade. Vale lembrar que a gestão ordenada por Herbster é lembrada por ter feito a cidade, naquele momento, crescer de forma planejada e controlada. É ali também que a preocupação com a beleza e embelezamento de Fortaleza começa a ganhar corpo. Projetos de novas praças, plantio de árvores marcam igualmente o trabalho de Adolpho. Portanto, é no início do século XIX que Fortaleza ganha seus primeiros traços de gestão e planejamento urbanos, marcados pelas gestões de engenheiros como Paulet e Herbster, com elaboração de plantas urbanística e

parâmetros construtivos, o que vai figurar e destacar Fortaleza das demais cidades do Estado. Cabia, à época, à Câmara Municipal a responsabilidade pela aprovação e fiscalização do planejamento e igualmente da gestão política, econômica, social, administrativa e físico-territorial. (Dantas, 2009).

Assim, nas primeiras décadas do século XX, Fortaleza já se destacava como uma cidade de médio porte, sendo a sétima capital brasileira em população. Com a expansão, problemas como a concentração populacional em áreas periféricas distante de serviços públicos que se concentravam na área central da cidade começaram a surgir. Foi neste momento que o Poder Público considerou que a solução seria ações civilizatórias através de medidas de regeneração da cidade principalmente pela higienização de ruas e logradouros. Este período é marcado pelo governo de Antônio Pinto Nogueira Accioly que chegou a presidir o Estado por 20 anos (1896 – 1912), naquela que ficaria conhecida como Oligarquia Accioly. É através deste governo que Guilherme Rocha é nomeado intendente de Fortaleza e passa a ser considerado uma espécie de Haussman da cidade, por querer fazer dela uma Paris (a ação civilizatória nos moldes europeus como aqui já foi citado). Mas, vale ressaltar que importantes obras como a remodelação de praças e construção de sistemas de abastecimento de água e esgoto foram realizadas na época. (Dantas, 2009)

Com o descontentamento da gestão Accioly marcada também por casos de fraudes, corrupção e nepotismo, seu governo é deposto e em seu lugar assume Franco Rabelo que nomeia Ildefonso Albano como intendente da capital, o ano é 1912. Rabelo e Albano também continuam com estratégias de embelezamento e higienização da cidade. Dois anos depois, através de uma intervenção do Governo Federal, seu governo é deposto, ano em que a nomenclatura de intendente da capital passa enfim a ser chamada de prefeito, ainda que indicada pelo presidente do Estado. Fortaleza então passa a ser administrada por prefeitos que continuam priorizando ações de embelezamento e higienização da cidade e deixando de lado planos mais globais e estratégicos para a formação urbana da capital, mesmo com o aumento no número de meios de transportes e a chegada do automóvel (1910), ônibus e caminhões. Depois de 1930, a população de mais alto padrão de vida que antes se concentrava em áreas como Jacarecanga que passou a apresentar um forte complexo industrial, começou a transferir-se para áreas mais próximas do litoral como Praia de Iracema e Aldeota, fugindo da poluição e da proximidade das favelas. Como afirma Dantas (2009),

Fortaleza começa nitidamente a assumir uma representação espacial marcada pela segregação social, isto é, a distribuição da população no espaço urbano determinada pela renda. Neste período, Fortaleza conta com mais de 100 mil habitantes e sofre com problemas típicos das grandes cidades como a falta de saneamento básico, transporte, iluminação pública, além de serviços como educação e saúde.

Vieram então as administrações de Tibúrcio Cavalcante (1931/1932) que levanta uma nova planta da cidade que já apresentava os problemas urbanos da época e a de Raimundo Girão (1932-1934) que elabora um Plano de Remodelação, recomeçando assim o planejamento urbano da cidade de forma antecipada e tentando reparar os danos de mais de trinta anos de descaso. Começa aqui, a chamada segunda fase do processo de urbanização de Fortaleza caracterizada pela remodelação e extensão da cidade.

Com a gestão de Raimundo Girão veio a preocupação de elaborar um plano diretor em que os problemas de ordens estruturais que a cidade enfrentava fossem pensados. Para isso, Girão contratou o arquiteto e urbanista Nestor de Figueiredo. O plano contemplava questões como zoneamento, considerava a existência de automóveis e a necessidade de traçados viários para áreas como a periferia. Mas, o plano não chegou a ser concluído já que a gestão de Girão foi interrompida em 1934. A partir de então, o histórico de descontinuidade em relação ao traçado urbano planejado em Fortaleza ganha corpo novamente e o poder público continua administrando a cidade através apenas de iniciativas pontuais. Faltava planejamento. Em 1936, novas eleições ocorrem e Raimundo Alencar Araripe passa a assumir o cargo de prefeito da cidade. Araripe restaura a comissão do plano da cidade em 1939, formada anteriormente por Raimundo Girão, e até tenta retomar em 1943 a elaboração do planejamento pensado por Nestor Figueiredo, mas era tarde demais, a cidade estava modificada. (Dantas, 2009).

Em 1945, após o período conhecido como Estado Novo, a população volta a ter o direito de escolher seus próprios dirigentes, mas até que o país e suas capitais se reestruturassem, o instável cenário político fez com que em apenas três anos, seis prefeitos passassem pela cidade. E a marca de suas gestões era justamente descontinuar a gestão passada. A ausência de uma gestão que apoiasse o planejamento não impediu a expansão da cidade, que continuava a crescer no esquema xadrez, mas seguindo um

ordenamento quase que próprio, natural. A cidade crescia no entorno de vias como a Avenida Bezerra de Menezes e Santos Dumont, muito também calcadas pelos negócios e comércios de cada região. Com isso, bairros como Aldeota transversado pela Avenida Santos Dumont crescem ainda mais em termos populacionais. Espaços públicos caem no esquecimento e em vista disso, um novo plano de remodelação e extensão da cidade passa a ser necessário. (Dantas, 2009)

Em 1947, tem início então o Plano de Remodulação e Extensão da cidade de Fortaleza na gestão do prefeito Clóvis Matos. O plano, elaborado pelo arquiteto Sabóia Ribeiro, atravessa esta gestão, a de José Leite Maranhão e é finalizado na administração de Acrísio Moreira da Rocha. O Plano, entre outros, previa a hierarquização do sistema viário da cidade, a implantação de avenidas-canais para o escoamento das águas pluviais, a preservação e implantação de áreas verdes em todos os bairros que deveria corresponder pelo menos a 10% da área de cada bairro, a reconstrução do centro a partir do alargamento das ruas e a elaboração de um código urbano. Além de contar com uma estratégia de implantação de suas proposições. Apesar de aprovado e elogiado, o plano de Sabóia Ribeiro não resistiu aos interesses privados, foi desvirtuado e não cumprido. Após uma série de acontecimentos como uma reforma administrativa com a criação de secretarias municipais como a de saúde e da fazenda, o não cumprimento do código urbano pensado por Sabóia Ribeiro, o avanço nos problemas de ordens habitacionais; entre os anos de 1959 e 1963, na prefeitura do General Cordeiro Neto, um novo plano diretor é elaborado, desta vez pelo urbanista Hélio Modesto. Modesto desenvolve o plano diretor junto a sociólogos, engenheiros e com a participação de grupos locais de diversos segmentos. O plano é entregue em 1962 e decretado pela lei municipal de N° 2.128 de 20 de março de 1963. Fortaleza, de acordo com o censo do IBGE realizado em 1960 já contava com uma população aproximada de 515 mil habitantes. O plano de Hélio Modesto contemplava e fazia interagir aspectos econômicos, sociais, territoriais e administrativos, um dos pontos de destaque do plano de Hélio diz respeito às ações integradoras com os municípios vizinhos, já visualizando a formação de uma região metropolitana. Mas, mais uma vez, questões como o planejamento físico do plano não chegaram a ser realizadas no governo de Cordeiro Neto, nem tampouco na gestão seguinte, do prefeito Murilo Borges (1963-1967) onde a cidade passa a ser norteada pelo Código Urbano de Sabóia Ribeiro. Diretrizes do plano de Hélio Modesto só seriam implantadas, e no que diz

respeito ao sistema viário, nas gestões seguintes: José Walter Cavalcante (1986/1971) e de Amauri de Castro e Silva (1971/1975). (Dantas, 2009).

É neste último período, mais precisamente a partir de 1972 que se inicia a terceira fase da evolução do planejamento urbano em Fortaleza. Esta vai ser marcada principalmente pelos planos tecnocráticos pautados pela idéia de integração urbana envolvendo não apenas a dimensão territorial. Fazem parte desta fase o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza – PLANDIRF (1972); o Plano Diretor Físico (1975), incluindo sua revisão em 1979, e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza – PDDU – FOR (1992). (Muniz, 2006).

Elaborado por um consórcio de empresas, o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza, o PLANDIRF, ficou pronto no final da gestão do prefeito José Walter Cavalcante e veio servir de instrumento na gestão do prefeito Vicente Fialho. A base do plano, inspirado no modelo de planejamento regional francês, era pensar a cidade de forma integrada contemplando não apenas problemas urbanísticos, mas aspectos econômicos, físicos e sociais. É do PLANDIRF que parte a idéia e a execução da institucionalização da Região Metropolitana de Fortaleza em 1973. Após a análise que definiu os municípios que iriam compor a região metropolitana, foi também realizado um estudo sobre a cidade de Fortaleza elaborando projeções populacionais e resgatando dados cartográficos. O objetivo do PLANDIRF era principalmente o da integração regional, a idéia era solucionar as diferenças entre a capital e os municípios que integrariam a RMF reforçando o caráter metropolitano nesses municípios; além disso, o plano objetivava também impedir os fluxos migratórios entre os municípios periféricos e a metrópole, permitir que a metrópole exercesse a função junto às outras capitais do nordeste e implantar um sistema administrativo de caráter regional que atendesse a implementação do planejamento urbano. Mas, o histórico de equívocos no fazer acontecer os planos urbanos para Fortaleza também atingiu o PLANDIRF que para alguns era complexo demais e exigia condições e estruturas que nem os municípios futuros da RMF apresentavam, e assim, houve resistências por parte dos prefeitos desses municípios. Além disso, faltava também qualificação técnica nos próprios órgãos da prefeitura municipal de Fortaleza para dar andamento a todas às exigências do plano. Recomendações e importantes obras deixaram de ser realizadas como as que previam o ‘desafogar’ da região do centro com a remoção do comércio atacadista do local, a

correta construção da avenida Beira-Mar e da Avenida José Bastos, esta última teria a função de ligar a zona central a zona sul da cidade, a continuidade dos anéis de ligação no sentido leste-oeste (este ponto hoje é perceptível nos difíceis acessos de trajetos como centro para outros que também ganharam grande força comercial como a Aldeota, Bezerra de Menezes, Messejana, Montese). Mas, vale ressaltar, que parte do PLANDIRF chegou a ser realizada como a abertura de algumas avenidas, implantação de vias exclusivas para pedestres, além do conceito de corredores de atividades que acabou se consolidando, mesmo de forma que não atendesse às recomendações do plano. O PLANDIRF, assim, pode ser compreendido como o plano que, mesmo com parte de suas orientações não assistidas, conseguiu de algum modo consolidar a estrutura urbana da cidade. (Muniz, 2006)

Em 1975, Evandro Ayres de Moura é nomeado prefeito de Fortaleza e com ele é instituída a lei de 23 de março de 1975 (Nº 4.486), que anos mais tarde, no mesmo dia do ano de 1979, é revisada (Nº 5.122A). A lei, conhecida como Plano Diretor Físico de Fortaleza, nada mais é uma revisão do PLANDIRF atendendo às necessidades da época como o surgimento de novas universidades e shopping centers. (Muniz, 2006)

Ainda em 1979, Lúcio Alcântara passa a gerir a cidade e com ele uma nova lei é instituída (Nº 5.142), 11 de abril de 1979. Além de criar a Superintendência do Planejamento do Município de Fortaleza, a SUPLAM, a Lei Nº5.122A/79 tornou-se o principal instrumento do poder público municipal de Fortaleza no sentido do controle do seu desenvolvimento físico-territorial, dispendo sobre usos e ocupação dos solos. Assim, o Plano Diretor Físico de Fortaleza, de 1979, propunha diretrizes como a revitalização da zona central, o incentivo à habitação coletiva, proibição de atividades que produzissem grandes volumes em áreas residenciais, a criação de subcentros. Enfim, medidas que pretendiam desafogar e ordenar um pouco áreas de concentração populacional já que Fortaleza já contava com uma população aproximada de 1.300.000 habitantes. A lei Nº 5.122ª/79 vigora até 1992. Nesse intervalo, Fortaleza conheceu prefeitos como César Cals Neto (1983-1985); José Maria de Barros Pinho (1985); até que em 1986, Maria Luíza Fontenele é eleita prefeita de Fortaleza por eleição direta. Sua gestão foi pautada pela participação popular, através dos conselhos populares, mas também marcada por pela falta de um programa de metas a serem desenvolvidas, além de sérios problemas financeiros pela falta de repasse de recursos do Governo Federal, resultando em atrasos nos pagamentos do funcionalismo público, greves e problemas de

infra-estrutura. Em 1986, Tasso Jereissati é eleito governador do Ceará com o seu Governo das Mudanças. Fazia parte de sua gestão o governo que viria assumir a prefeitura de Fortaleza entre 1990 e 1991 na figura de Ciro Gomes, que depois deixaria o cargo para assumir o Governo do Estado. A gestão de Ciro Gomes já se inicia com a nova Constituição Federal (1988 - pós-redemocratização), assim com mais autonomia municipal tanto para planejar como para captar recursos financeiros. Porém, como Ciro assume como Governador do Estado, seu vice, Juraci Magalhães assume a pasta da prefeitura e rompe com a política do Governo Estadual. (Muniz, 2006).

Em 1991, Fortaleza contava com mais de 1.758.000 habitantes (Muniz, 2001). A cidade crescia menos em população, em compensação aumentavam problemas como a degradação ao meio ambiente, a falta de moradia e segurança pública, a necessidade de implantação de mais escolas, postos de saúde. Com isso, em 1992, surge a elaboração de mais um Plano Diretor: o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Fortaleza – PDDU-FOR. (Muniz, 2006).

O PDDU-FOR tem início através de uma análise realizada por técnicos da prefeitura das mais diversas áreas que convidaram a população a participar da elaboração através de seminários realizados juntos a diversos setores da sociedade. Apesar de ter sido um ponto de inovação na constituição do plano, a participação da população foi considerada ínfima. Outro ponto de destaque, é que ao contrário dos outros planos que sempre contaram com a atuação de profissionais vindo de outros Estados, este contou exclusivamente com funcionários da própria prefeitura. (Muniz, 2006).

O plano contemplava questões relacionadas a diversas dimensões: territorial (ordenamento do uso do solo, regulamentação e organização do sistema viário, implantação de programas de preservação do meio-ambiente); econômica, através da melhoria da distribuição das atividades econômicas que predominavam na capital; social (com a melhoria de serviços públicos e infra-estrutura); política (com o processo de elaboração do plano com participação popular); institucional (o plano deveria ter vigência durante dez anos). Como em todos os casos anteriores, o PDDU-FOR também sofreu com atrasos e com o não cumprimento de algumas diretrizes: a Lei de Uso e Ocupação de Solos, por exemplo – no plano foi previsto sua elaboração e regulamentação 120 dias depois instituída a lei de 1992, mas só foi implantada em

1996, já o Código de Obras e Posturas de Fortaleza, este previsto para ser elaborado e regulamentado até 120 dias depois da lei de Uso e Ocupação de Solos, sequer chegou a ser feito. Houve momentos marcantes, como a famosa divisão do município em seis unidades regionais administrativas que visava descentralizar a administração municipal (Lei de N° 8.000 de 29 de janeiro de 1997), mas no geral o que se observou foi a falta de organização interna e desarticulação da própria administração municipal que acabou desembocando no descumprimento das metas, prazos e projetos previstos na Lei de 1992. (Muniz, 2006).

Dez anos então passaram e foi chegado o momento de rever o Plano Diretor da cidade. É neste ponto que há de fato a fase transitória entre os chamados planos propositores para os planos marcados pela participação popular. Era dezembro de 2002 quando Juraci Magalhães, no final de sua gestão, envia à Câmara Municipal o Projeto de Lei do PDDUA-FOR (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Fortaleza) este desenvolvido em conjunto por técnicos da prefeitura, consultores e acadêmicos. (Muniz, 2006).

Em 2005, já sob a gestão da prefeita Luizianne Lins, o projeto de Lei enviado por Juraci é retirado para que fosse revisado. A alegação dada era a de que a metodologia utilizada na elaboração do plano não cumpria as exigências do Estatuto das Cidades (2001) que apontava para a participação popular no pensar o planejamento. Mas, seguindo a linha de descontinuidade que marcou a história dos planos propositores de urbanização em Fortaleza, a gestão no lugar de revisar decide por implantar outro Projeto, o agora Plano Diretor Participativo (que em nada, pelo título, lembra a proposição de diretrizes voltadas especificamente para a cidade e suas questões estruturais). Uma empresa externa é mais uma vez contratada para administrar os trabalhos de elaboração do novo Plano diretor, desta vez o Instituto Pólis em São Paulo. (Muniz, 2006).

Muniz (2006) afirma que neste processo três agentes fundamentais podem ser identificados nas intervenções do PDDFor: o poder público (onde o engajamento não se deu de forma coesa já que existia resistências de grupos e funcionários da antiga gestão com colaboradores da gestão atual); os empresários liderados pelo Sindicato da Construção Civil (Sinduscon) e o campo popular formado por entidades e movimentos como associações, conselhos populares, federações, comunidades e outros.

O PDDFor foi aprovado somente no dia 18 de dezembro de 2008. Durante esse tempo, houve a conferência de cidades onde o texto foi aprovado, o tempo de 06 meses para ser enviado à Câmara, 28 audiências públicas para se coletar novas contribuições e, claro, espaço suficiente para os acordos de bastidores.

Entre os pontos principais que podem ser verificados no texto final²⁴, além das já conhecidas proposições sobre usos e ocupações do solo, preservação ambiental e políticas habitacionais, está a disputa sobre a ocupação da faixa litorânea pelas conhecidas barracas de praia e o reconhecimento de Zonas Especiais de Interesse Social. Ao que interessa a esta pesquisa, o Capítulo VI que trata da mobilidade urbana prevê a priorização do espaço viário de circulação de pedestres, plano de pavimentação viária, plano diretor de mobilidade urbana, plano de transporte urbano de Fortaleza, entre outros. Ainda é cedo para avaliar os resultados do PDPFor já que de sua implantação até esta data passaram-se apenas dois anos e meio, tempo insuficiente não apenas para implementação, como também de avaliação efetiva do plano.

Fortaleza hoje segue como a capital de maior densidade demográfica do Brasil, a mais populosa do Ceará e a quinta do país com mais de 2.200.000 habitantes segundo dados do IBGE. Seus problemas urbanos hoje são da ordem de qualquer grande metrópole, passa por questões de saneamento, segurança, deficiência nos serviços como saúde, educação e transporte público e vem sofrendo constantemente com o seu trânsito, este último uma questão quase urgente dadas as campanhas online que surgem com este tema como objeto.

No tópico seguinte, procura-se aqui discutir e refletir um pouco sobre o conceito de cidade, como suas construções e desenvolvimento foram também afetando o modo de se relacionar do cidadão com ela e como a chegada a de novas tecnologias também contribuíram decisivamente na relação do cidadão-cidades.

3.3 Cidades: tecnologias, fluxos e redes

Martín-Barbero (2004) explica que poucos temas ocuparam um lugar tão decisivo no debate cultural do fim do século passado como o da cidade. “Como se na cidade se encontrassem as mutações mais de fundo, e fosse daí que nos fosse dado

²⁴ <http://www.fortaleza.ce.gov.br/images/pdpfor/leipdpfor.pdf>

compreender o(s) sentido(s) das transformações que atravessam a sociedade e o próprio homem”. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 275).

De fato, como nos revela Magnani (1996), basta uma caminhada pelos grandes centros urbanos e é possível entrar em contato com uma diversidade de personagens, hábitos, situações, sensibilidades, mas principalmente, experiências humanas. Dimensão próxima da citada por De Certeau (2008, p. 169 a 172), quando em suas “caminhadas pela cidade” é possível concebê-la como uma “irrupção humana”, onde vivem “caminhantes e pedestres, praticantes ordinários”, onde vivem “práticas estranhas”. “A cidade já não é só um espaço ocupado ou construído, mas também um espaço comunicacional que conecta entre si seus diversos territórios e os conecta com o mundo”. (Martín_barbero, 2008, P. 293)

Martín-Barbero (2004) entende que em especial nas cidades latino-americanas, que ele chama de incompletas, amontoam-se os muito diversos tempos da sensibilidade, onde elementos (inclusive de estratificação social) contrastam diariamente.

É enquanto narrativa que a cidade nos dá o que pensar. Desde as narrativas judeu-cristãs da origem, descobrindo que a primeira cidade foi fundada pela rebeldia, à qual respondeu uma maldição que ameaçava a cidade com ruína e destruição progressivas, como se o crescimento mesmo da cidade estivesse carregado de culpa. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 276).

Mas, como o próprio autor também nos lembra, o crescimento do espaço urbano não significa tanto a expansão de ruas asfaltadas, mas o crescimento de uma experiência temporal urbana sem culpa, sem utopia mesmo. Por isso, De Certeau (2008) lembra que a rua que é definida por um urbanismo, é transformada em espaço por um pedestre; trazendo, aqui, a sua diferenciação entre espaço e lugar, onde o lugar é o local onde impera a lei do próprio, onde um se acha ao lado do outro, o local da estabilidade e o espaço é o lugar praticado, é o local do sentido dado, produzido. (De Certeau, 2008, p. 202).

Martín-Barbero (2004) lembra que as cidades hoje sofrem processos que transformam diariamente a sua configuração:

a explosão espacial que apaga suas fronteiras com municípios vizinhos, formando conturbações gigantescas ao redor das grandes cidades; a diversificação de propostas de habitat - condomínios fechados, enormes edifícios, microcidades inseridas e segregadas pela privatização de ruas que lhes dão acesso - desfazendo e refazendo as formas de socialidade, transformando o sentido do bairro ou a função dos espaços públicos; a estandardização dos usos da rua e dos lugares de espetáculos, do comércio, do esporte; a destruição ou re-significação do centro e de territórios e lugares-chave para memória cidadã. (MARÍN-BARBERO, 2004: 282).

É como se de um lado urbanização significasse serviço, acesso e, do outro, desenraizamento, perda de referências, memórias. (idem, 2008, p.. 282).

Quanto ao processo de urbanização, Barbero (2004: 282) afirma que na América Latina, o processo modernizador “responde a três tipos de dinâmicas bem diversas mas complementares.” Primeiro, aspirações por melhores condições de vida que tem seu marco em meados dos anos 1970 com os novos movimentos sociais que constroem alternativas de mobilização dos setores mais populares configurando-se também em novos modos de participação política. Segundo, a cultura do consumo que na região latino-americana chega através dos países centrais, ela irá revolucionar estilos de vida, comportamento, moda, modos de alimentação e outros. Terceiro, as novas tecnologias da comunicação, que ao mesmo tempo deixam mais ágeis os fluxos de informação, reconfiguram as condições de produção e também exercem uma espécie de pressão para que esta mesma sociedade se torne mais conectada, além de modificar a noção de tempo, de espaço e com sua velocidade apagar memórias, histórias. (Martín-Barbero, 2004, p. 282 e 283).

E aqui há uma observação importante de Martín-Barbero e de imensa contribuição para este trabalho. O autor também explica que a modernização urbana se identifica de modo estreito com o paradigma informacional, este centrado na idéia de fluxo, circulação estável de veículos, pessoas e informações. Para o autor, dentro dessa visão, a preocupação dos urbanistas modernos não estaria nos encontros em praças e ruas, por exemplo, mas na circulação dos cidadãos; mais que reunidos, importante é que eles estejam conectados. Assim, o cidadão experimenta a modernização das nossas cidades, sob a ótica do paradigma do fluxo a partir de três percepções: a desespacialização, isto é, os lugares são transformados em fluxos e canais que geram produtos e consumos sem localização alguma, uma espécie de descorporização da cidade. Esses fluxos, principalmente os tecnológicos, das imagens, desvaloriza a experiência entre pessoas (face a face), não valoriza a memória cultural; sem referentes

onde possam ligar seu conhecimento, o vazio e insegurança sentidos pelos cidadão vai além da física, da violência das ruas, é também uma angústia cultural, sem referências mesmo, vazia. A segunda forma de experimentar a cidade através do paradigma dos fluxos seria pelo descentramento, que aqui é entendido como a perda do centro, "a proposta de uma cidade configurada a partir de circuitos conectados em redes cuja topologia supõe a equivalência de todos os lugares". Se por um lado, parece uma cidade muito mais próxima da própria emergência da lógica de redes vista aqui no primeiro capítulo e que de algum modo conduz a nossa sociedade, este mesmo descentramento aponta para uma desvalorização daqueles lugares que funcionavam como centro, por exemplo, as praças. Privilegia-se avenidas, grandes ruas que permitem a livre circulação, a conexão dos fluxos. Por fim, a terceira experimentação seria a da desurbanização que se caracteriza pela diminuição cada vez mais constante dos espaços usados da cidade pelos cidadãos. Esses desusos serão sentidos não apenas nos centros, mas também em lugares públicos que durante bastante tempo foram carregados de significados (em Fortaleza um caso típico é o do Passeio Público, durante muito tempo reconhecido como lugar de prostituição e violência, hoje, somente depois de um intenso trabalho de revitalização da atual gestão municipal, o local volta a ser ocupado diariamente pelos cidadãos). A cidade se estreita, perde seus usos e seus habitantes traçam seus percursos em uso meramente funcional, apenas atravessando a cidade pelas rotas de tráfego (Martín-Barbero, 2008, p. 284). Por fim, fica a pergunta, a heterogeneidade de referenciais culturais, a precariedade dos modos de pertencimento e as novas formas de comunicação que a cidade produz tem nos levado a viver que experiência de cidade? Que percepção de cidade hoje, dentro dessas percepções, nos é chegada?

Para Martín-Barbero (2004) há uma relação estreita entre o crescimento das cidades e a expansão dos meios e das redes. As novas condições de vida na cidade exigem também a reinvenção dos afetos, já que as redes - as audiovisuais e eletrônicas, mas pode-se aqui dizer a própria lógica de redes - efetuam um novo desenho dos lugares e dos encontros. O autor entende que, nesta cidade que hoje o cidadão enfrenta, impossível de ser inteiramente contemplada, só os meios fornecem uma vivência, ainda que no universo do simulado, de toda a cidade: ele cita por exemplo os helicópteros e suas imagens aéreas diariamente veiculadas na televisão mostrando tráfego e informando sobre as condições de trânsito locais; hoje podemos ir além e citar por exemplo os milhares de posts no twitter que informam acidentes e engarrafamentos em

tempos reais dificultando o trânsito, até mesmo perfis criados especificamente com esta função, de informar as condições reais da cidade. A ação Buracos Fortaleza enquadraria-se aqui então talvez como mais um meio que possibilita a experiência urbana, porém desta vez, com usos e apropriações mais enfáticos, mas também curto, imediato, pontual?

Essa imbricação entre tecnologias e os fluxos comunicativos da cidade vão atravessar e transformar a experiência de rua e de corpo dos indivíduos, já que como visto, esta cidade pede e foi pensada para corpos conectados, não reunidos. "É o desequilíbrio urbano gerado por um tipo de urbanização irreal o que, de alguma forma, é compensado pela eficácia comunicacional das redes eletrônicas." (Martín-Barbero, 2004, p. 294). Essas redes, tecnologias acabam sendo os instrumentos de comunicação capazes de oferecer maneiras de resistir a um possível isolamento que esta mesma cidade nos oferece. Um paradoxo, ao tempo que parece que esta cidade, este modo de urbanização foi pensado dentro de uma lógica que já vinha emergindo nas sociedades (a lógica de redes), pensada muito mais para conectar que reunir (e aqui foi dito que as conexões possuem poderes que vão além do real), esta mesma cidade passa a produzir sensações, relações com o espaço e tempo que tendem a também desfragmentar a relação com a própria cidade. Uma relação quase autodestrutiva. E neste sentido, talvez a ação Buracos Fortaleza possa ser um desses meios de conseguir viver, experienciar, suportar a própria cidade, onde os usuários redescobrem as ruas, passam a se importar com elas, consegue, ao seu modo (fragmentado) entender e dar conta da experiência e do que é a cidade, tudo isso atrelado a dois movimentos marcantes do seu tempo: as novas tecnologias (sites de redes sociais, plataformas virtuais) e as diferentes apropriações que fazem dela e a vivência dentro da lógica de redes, hoje potencializada exatamente por estas ferramentas.

Há então a formação do que o autor chama de novo sensorium, "os dispositivos que agora ligam a estrutura comunicativa de tecnologias com as chaves que ordenam a nova cidade são outros: a fragmentação e o fluxo". Se o cinema catalisava a experiência da multidão, multidão que exercia seus direitos sobre a cidade, a televisão catalisa a experiência doméstica, já que através dela, na casa, é que há a participação sobre/de cidade (Martín-Barbero, 2004, p. 299). Hoje com as novas ferramentas digitais e móveis, podemos falar que de algum modo, mesmo restrito e fragmentado, vive-se a experiência da cidade de volta a ela, passeando por ela,

enfrentando a própria cidade, sem conseguir abarcá-la por inteiro, porém não juntos, não reunidos, e sim conectados.

O próximo tópico trata dos processos desterritorializantes e reterritorializantes que como afirmam autores como o próprio Martín-Barbero é marca e característica das cidades e como afirma André Lemos, é marca e característica do ciberespaço. O objetivo é entender como esses processos que também estão presentes na experiência urbana, se faz presente em plataformas virtuais, as mesmas que hoje, como visto, contribuem no “experienciar” novos e diferentes modos a cidade.

3.4 Reterritorialização e multiterritorialidade nos sites de redes sociais

Os processos de territorialidade e as questões a ele vinculadas são fundamentais ao homem. Criar um território é, além de dominar movimentos que se dão no interior de suas fronteiras, também se apropriar, nas dimensões física e simbólica, dos vários elementos da vida. “Toda territorialização é uma significação do território (político, econômico, simbólico, subjetivo) e toda desterritorialização, re-significação, formas de combate à inscrição da vida em um “*terroir*”, linhas de fuga” (Lemos, 2006b).

André Lemos (2006b) igualmente argumenta que o ciberespaço é essencialmente desterritorializante, mas que o processo de desterritorialização vem sempre acompanhado de novas reterritorializações. Para o autor, esses processos são instaurados quando o espaço-tempo e o movimento de desencaixe passam por dinâmicas de restrição.

A compressão do espaço-tempo institui o “tempo real” e a possibilidade de acesso a informações em todos os espaços do globo. O desencaixe nos permite vivenciar processos globais não enraizados na nossa tradição cultural. As mídias eletrônicas criam assim processos desterritorializantes em níveis político, econômico, social, cultural e subjetivo. (LEMOS, 2006b)

O termo território surge com dois sentidos, material e simbólico. Sua etimologia nasce tão próximo de terra-torium (com um sentido de dominação jurídica/política da terra) quanto de *terreo-territor*, sentido mais próximo de terror, do medo, especialmente para aqueles que com esta dominação ficam impedidos de

usufruir, utilizar a terra, impedidos de entrar no território. Nessa perspectiva, território tem a ver com poder, tanto no sentido político, mais concreto, de dominação quanto ao poder no sentido simbólico, de apropriação (Haesbaert, 2001).

Nessa lógica, Haesbaert (2001) entende que todo território é um espaço dotado de significações e de funcionalidades, pois ao mesmo tempo é utilizado para realizar funções, como também para “produzir significados”. Para os atores estas dimensões surgem de forma integrada, onde uma não se sobressai sobre a outra, surgem com intensidades quase iguais.

Lemos (2006b) entende que o movimento territorializante da sociedade moderna se desenvolveu ao lado de eventos desterritorializantes, produzidos pelas revoluções sociais, pela flexibilidade das fronteiras, e pelas mídias de massa. Um desses eventos, mais recentes, é a própria cibercultura que para o autor, é a cultura da desterritorialização, já que nos apresenta diversos problemas de fronteira e novas formas de desterritorializações, entre elas a informacional.

A desterritorialização informacional afeta a política, a economia, o sujeito, os vínculos identitários, o corpo, a arte. A internet é, efetivamente, máquina desterritorializante sob os aspectos político (acesso e ação além de fronteiras), econômico (circulação financeira mundial), cultural (consumo de bens simbólicos mundiais) e subjetivo (influência global na formação do sujeito). Estão em marcha processos de desencaixe e de compressão espaço-tempo na cibercultura. (LEMOS, 2006b).

Ainda para o autor, a cibercultura proporciona a criação de linhas de fuga e desterritorializações, assim como reterritorializações. Nesse sentido, Haesbaert (2001) propõe, mais do que a perda ou desaparecimento dos territórios, discutir a complexidade dos processos de reterritorialização que hoje se apresenta. Para o autor, os indivíduos estariam construindo hoje territórios muito mais múltiplos, vivendo o que ele entende por multiterritorialidade.

A multiterritorialidade seria a experiência de vivenciar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, desenvolver uma territorialização, de fato, múltipla. Pensando “que o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territorialidades” (Haesbaert, 2004 apud Haesbaert, 2001).

Baseado em Yves Lacoste, Haesbaert entende que os indivíduos vivem atualmente em uma espacialidade diferenciada composta por uma diversidade de representações espaciais que se referem à nossa mobilidade mais restrita, aquela do nosso cotidiano; às configurações espaciais que não são as mesmas das redes das quais pertencemos e às representações espaciais de maior amplitude, que abrangem o globo no seu conjunto. “O desenvolvimento desse processo de espacialidade diferencial se traduz por essa proliferação de representações espaciais, pela multiplicação das preocupações concernentes ao espaço” (Lacoste, 1988 apud Haesbaert, 2001).

Essa dificuldade de apreender globalmente esses espaços, segundo Haesbaert (2001), está ligada também a experiência espacial contemporânea, associada diretamente a descontinuidade dos espaços e dos territórios, organizados hoje muito mais em rede, do que em áreas. Seria, então, o processo de compressão espaço-tempo e desencaixe que Lemos (2006b) cita em seu artigo e que pode também ser analisado como fenômeno que contribui ainda mais para esse movimento de reterritorialização ou de formação de territórios múltiplos que só ganha ainda mais força com a cibercultura, e posso pensar, mais especificamente com os sites de redes sociais?

Ora se entendo que cada ator carrega em si um processo de multiterritorialidades e que este mesmo ator vem se agrupando com outros em rede, essa experiência de formação de territórios cada vez mais múltiplos torna-se mais ampla. A apropriação dos sites de redes sociais proporciona, não só a troca de informações instantânea, mas o cruzamento de multiterritorialidades distantes e diversas e a atuação dessas multiterritorialidades em rede numa escala de amplitudes incompreensíveis; a vivência do cidadão na cidade e agora mediada por estas ferramentas e por essas apropriações também permite ainda mais a ampliação deste movimento. Estaria aí também um dos elementos que cercam o movimento de apropriação dos sites de redes sociais? Isto é, uma tentativa de compreensão por parte dos atores dessas espacialidades, dessa cidade? Ou sentir-se e fazer parte desse processo de espacialidade diferencial e ao mesmo tão amplo? Apropriar-se dos sites de redes sociais, pode também ser entendido como uma alternativa desses atores de desfazer-se dessa confusão e retomar seus fios, tecendo suas próprias redes ou novas redes na cidade que hoje funciona na lógica de redes?

O próximo capítulo tenta responder a essas e às outras questões lançadas durante este trabalho através das falas dos realizadores da ação #BuracosFortaleza, voltando a abordagem teórica até aqui traçada especificamente para este caso.

4 UM PASSARINHO ME CONTOU: ITINERÁRIOS, PERCURSOS E REFLEXÕES

O capítulo que segue trata dos itinerários percorridos na pesquisa, desde o caminho traçado até a escolha do objeto, passando pelo longo percurso que envolveu a definição das estratégias metodológicas até o roteiro traçado para a realização das entrevistas e reflexões com base nos materiais coletados.

Aqui, busco detalhar o que, de fato, foi o meu trajeto do estudo, as dificuldades e dilemas que surgiram, os problemas de pesquisa que a *internet*, campo recente de análises, motivou e as alternativas encontradas para contemplar as questões que o objeto trazia e levantava.

4.1 Itinerário do objeto: da observação à escolha

O primeiro desafio que a própria pesquisa me colocou foi em relação à escolha do objeto de estudo. Ao ingressar no Curso de Mestrado em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, tinha em mente que desejava estudar as relações desta geração com os chamados *sites* de redes sociais, embora não soubesse ao certo como.

Em abril de 2009, depois de ter criado minha conta pessoal no *site Twitter*, comecei a observar uma movimentação entre usuários da cidade de Fortaleza na criação de um mapa colaborativo para localizar os buracos da capital. Pela *tag* #BuracosFortaleza era possível perceber a grande quantidade de usuários que começaram a aderir à ação e postavam mensagens em seu perfis, sempre direcionando *links* para o mapa mostrando quais buracos tinham sido mapeados. No mesmo dia, por meio desses *links*, encontrei um *post* que explicava o que estava ocorrendo. Tratava-se de uma ação organizada por sete usuários locais (que além de perfis no *Twitter* tinham cada um seu *blog* próprio) e, à primeira vista, capitaneada pelo *blogueiro* Emilio Moreno, conhecido na cidade por seu *blog* de notícias locais “Liberdade Digital”²⁵.

Durante todo o mês de maio e junho, passei a observar a ação de perto, através do meu perfil no *site*. Naquele momento, meu olhar ainda não era o de pesquisador que tinha definido a ação como objeto, mas apenas de um usuário que observava “de longe”

²⁵ <http://liberdedigital.com.br/>

a movimentação e a repercussão da ação. Mais tarde em conversa com professores do curso, percebi a urgência em definir um objeto e ainda tinha em mente esse estudo da relação do corte geracional com os *sites* de relacionamento *on-line*. No entanto, a ação #BuracosFortaleza tinha me atentado para outro fator que também despertaria meu interesse: a relação da apropriação (no virtual) com a cidade e como a ação também, de algum modo, provocava essa relação com os usuários que aderiram à ação.

No final do ano, depois de longas conversas com professores e sessões de orientação, defini a ação #BuracosFortaleza como objeto e levava para ela algumas hipóteses que, com as leituras de matérias em jornais, *blogs* e a despretensiosa observação que tinha realizado, faziam-me levantar a seguinte hipótese: a ação se tratava de uma apropriação imprevista, como a levantada por De Certeau (2008) em “A invenção do Cotidiano” na qual usuários, através de táticas de resistência, desviavam o uso da ferramenta alterando códigos, reapropriando-se do espaço e do próprio uso do objeto.

Além disso, a prática apropriativa trazia o desafio de estudar a ação dentro da lógica de redes, contexto do qual emergem e se destacam os chamados *sites* de redes sociais. Como objetivo específico, tentei decifrar os elementos que estavam por trás desta apropriação, principalmente aqueles que a relacionavam e a legitimavam, ou não como uma prática apropriativa com intrínseca relação com a cidade. Com a idéia em mãos, passei inicialmente a realizar um levantamento teórico e desenvolver uma abordagem conceitual com as informações que tinha.

No início de 2010, entrei em contato com um dos realizadores, aquele que julgava ser o “capitão” da ação, Emilio Moreno. Marcamos uma conversa em um *shopping* da cidade, quando pude tirar algumas dúvidas e levantar informações-chaves. A principal, sem dúvida, foi de que, mais que o próprio mapa, a ferramenta *Twitter* era considerada como fundamental para ação.

Com as informações coletadas, partia para o desenvolvimento, de fato, de uma revisão da literatura contemplando autores como Michel De Certeau (2008), Jesus Martin-Barbero (2004), J. Thompson (1995) e os recentes Raquel Recuero (2009), André Lemos e Pierre Lévy (2010). Mais à frente, procurei me basear em autores que apontassem essa relação da apropriação com a cidade, como o geógrafo Rogério Hasbeart (2004). Ao mesmo tempo em que desenvolvia essa abordagem teórica, partia para a definição de uma estratégia metodológica, este outro grande itinerário percorrido.

4.2 Itinerários metodológicos: da localização do objeto à definição do método (ou não-método)

Os estudos que envolvem a *internet* em suas abordagens, até mesmo pela natureza de sua recente existência, são de fato novos. Se por um lado, levantam, suscitam discussões e pesquisas que se apresentam como marcas do nosso tempo, paralelamente carregam consigo uma série de desafios e questionamentos no que corresponde aos estudos acadêmicos.

Amaral, Fragoso e Recuero (2011), na obra “Métodos de pesquisa para internet”, refletem sobre a questão quando traçam um breve histórico a respeito de como os estudos sobre *internet* se apresentam, de uma forma generalizada, na literatura da área. Com base em um artigo de Steve Jones publicado em 1999²⁶, as autoras chamam atenção para o alerta que o autor já fazia em torno de alguns aspectos que surgiam de forma recorrente nos trabalhos envolvendo *web* produzidos até então. Entre suas críticas, o autor apontava o tom “profético” contido nos estudos, muito mais preocupados em relatar como a *internet* seria do que de fato como ela estava, de como ela era.

Para Jones (2011) (*apud* AMARAL, FRAGOSO e RECUERO, 2011), esse tom “futuroológico” poderia ser explicado pelo aspecto “hype” (modismo, tendência) que a *internet* trazia consigo e que lembrava muito a euforia com que outras tecnologias massivas, como rádio e televisão, foram tratadas em seus estudos iniciais quando nos seus surgimentos. Além disso, o foco na novidade, no modismo poderia ainda culminar em estudos superficiais, não aprofundados, desconsiderando questões históricas tanto relativas à própria tecnologia quanto à cultura, por exemplo. Mas, também teria o seu aspecto positivo, dada a experiência do novo vivida pelos pesquisadores que, vez por outra, deparam-se sempre com novos objetos que antes não existiam (*e-mails*, listas de discussões, comunidades virtuais e, no caso do trabalho aqui proposto, *sites* de redes sociais).

Esse autor ressalta que é sempre necessária a cautela de não sobrepor método e experiência, lembrando ainda que casos isolados ou pessoais não podem ser tomados como constatação de uma experiência mais geral que ocorre em todos os âmbitos da *internet*. Aliás, esse foi um dos principais pontos iniciais que norteou meu olhar em

²⁶ JONES, Steve. Soing Internet Reserch. Critical Issues and Methods for Examining The Net. London: Sage, 1999.

relação ao objeto: entender que a ação #BuracosFortaleza tratava-se de uma apropriação específica, e estudar e refletir sobre ela poderia me ajudar no esforço de compreender os elementos que nortearam especificamente esta apropriação e até contribuir para se pensar mais sobre as apropriações em *sites* de redes sociais, mas nunca me daria uma visão generalizada e definitiva das práticas apropriativas nestas plataformas, muito menos no ambiente *web* como um todo.

Amaral, Fragoso e Sueli (2011), na tentativa de traçar um breve histórico dos estudos sobre *internet*, utilizam do trabalho de Barry Wellmann (2004) e de John Postill (2010)²⁷, que em suas publicações caracterizam, ambos, os estudos sobre *internet* em três fases. A primeira está situada historicamente no início dos anos de 1990, quando os estudos apresentavam uma espécie de dicotomia entre autores utópicos e distópicos com um tipo de narrativa fazendo parecer que a história da comunicação havia sido iniciada naquele momento com a *internet*. Essas abordagens continham pouca perspectiva histórica comparativa (WELLMANN, 2004), tratavam-se de pesquisas conduzidas em torno dos modismos acerca do surgimento da *web*, com uma discussão que polarizava o real e o virtual e tratava a *internet* como uma esfera autônoma, independente, distinta do real (POSTILL, 2010).

A segunda fase é datada a partir da segunda metade dos anos 1990, e os trabalhos caracterizam-se pelo estudo da *internet* já inserida no cotidiano dos usuários. Começam a surgir pesquisas que se utilizam da análise documental, observação de práticas sociais, usos e apropriações, pesquisas de opinião e entrevistas (WELLMAN, 2004), estudos comparativos com outras mídias, além de estudos sobre o maior alcance da *internet* entre o público (POSTILL, 2010).

Por fim, a terceira fase se inicia junto com os anos 2000. É nesse período que a abordagem teórico-metodológica dos estudos sobre a *internet* é focada na análise mais profunda de dados que levam em consideração variáveis como padrões de conexões e personalização (WELLMANN, 2004) e na descrição e compreensão ainda mais aprofundada da dinâmica dos usos e apropriações, aqui com um olhar mais cuidadoso para questões metodológicas como a da etnografia virtual (POSTILL, 2010). As autoras Amaral, Fragoso e Recuero (2011) bem lembram que este quadro das fases dos estudos sobre a *internet* não pode ser compreendido como definitivo já que os períodos se

²⁷ WELLMAN, Barry. The Three ages of internet studies: ten, five and zero years ago. *New Media & Society*. London, Vol. 6, 2004 e POSTILL, John. Internet ethnography – notes for a presentation. *Blog Media/Antropology*.

entrecruzam em alguns momentos. Ele representa uma visão bem particular de ambos os autores e se refere basicamente ao contexto do estudo anglo-saxão, desconsiderando, por exemplo, as diferenças de outros contextos sociais.

No Brasil, as autoras ressaltam que a pesquisa empírica em *internet* ganha força mesmo a partir da segunda metade dos anos 2000, pois antes os estudos tinham um teor filosófico e psicológico com abordagens muito mais teóricas e ensaísticas sem muitos dados coletados em campo. Mesmo com a observação de que o processo histórico da pesquisa sobre *internet*, de Wellmann (2004) e Postill (2010), é resultante de um contexto anglo-saxão, não é possível deixar de lado o fato de que, de algum modo, este quadro pode contribuir para o *modus operandi* da minha pesquisa, já que irá auxiliar no entendimento do lugar onde se encontra meu trabalho e, assim, contribuir com a definição da metodologia a ser utilizada.

Uma vez entendendo onde estou, posso observar o que outros pesquisadores realizaram em termos de metodologia e me guiar ou usar este dado, pelo menos como ponto de partida. Nesta busca da localização teórico-metodológica, entendo que o projeto se guia ou se encontra entrecruzado nos estudos da segunda metade dos anos 1990, em que se dá ênfase à inserção da *internet* no cotidiano dos usuários, nas suas práticas sociais e na coleta de dados também por meio de documentos; e nos estudos da terceira fase, quando há um profundo enfoque nos usos e apropriações das ferramentas e uma maior busca pela coleta de dados no campo e explicitação das abordagens metodológicas.

Dos questionamentos que as pesquisas envolvendo *web* também trazem, um dos que provocam tensões dá conta da *internet* como campo ou disciplina. Amaral, Frago e Recuero (2011) também refletem sobre a questão. As autoras utilizam o trabalho de Nancy Baym²⁸ (2005) para reconhecer que o novo meio tem sido estudado como objeto por várias disciplinas e que se move como palco central do estudo da maioria delas. Assim, não se justificaria a abordagem da *web* apenas como disciplina, mas sim como campo e por dois motivos: o primeiro seria a auto-identificação dos pesquisadores que se apresentam como “pesquisadores em internet” e em seus estudos utilizam o termo campo. O segundo seria a abrangência local alcançada e permitida pelo objeto. Basta observar o andamento das pesquisas em países e regiões como China, Índia e América Latina que vêm conduzindo e se engajando em estudos sobre práticas, usos e

²⁸ BAYM, N. Internet Research as It Isn't, Is, Could BE, and Should Be. The Information Society, London, 21: 229 – 232, 2005.

apropriações, cada um do seu modo e respeitando seus contextos. Além disso, enquadrar a *internet* como disciplina seria restringi-la, o que poderia resultar em um possível afastamento das pesquisas com esse objeto como tema de outras formas de tecnologias de informação e comunicação.

Apesar disso, no contexto brasileiro, por exemplo, as autoras mostram que, nas Ciências Humanas e nas Ciências Sociais Aplicadas, os estudos sobre *web* têm apresentado abordagens muitas vezes associadas aos estudos “enquadrados” na área da cibercultura. Assim, em termos de pesquisa, Amaral, Fragoso e Recuero (2011) entendem que o debate em torno da disciplinaridade dos estudos sobre *internet* é válido, pertinente, mas ainda não foi totalmente resolvido, o que deflagra ainda mais o frescor e o pouco tempo de existência da própria *web* e mais ainda das pesquisas que versam sobre ela.

Ainda baseadas nos estudos de Baym (2005); Amaral, Fragoso e Recuero (2011) acabam apontando cinco considerações recomendáveis no momento do desenvolvimento de uma pesquisa que tenha como objeto o campo/disciplina *internet* (ferramentas, práticas, usos) e que, de algum modo sendo consideradas, aliviam um pouco a tensão que esta discussão impõe. São elas:

- 1) Manter a pesquisa dentro das tradições de outras pesquisas realizadas anteriormente e contextualizadas. Por exemplo, ancorá-las nas chamadas “eras” de outras mídias, isto é, trazer o que estas pesquisas já debateram e considerar as reflexões anteriormente realizadas.

Aqui, neste trabalho, procuro contemplar essa etapa quando já inicialmente trago as questões sobre o conceito de apropriações e reflito a idéia também a partir da ótica dos aspectos comunicacionais, idéias pensadas e debatidas por autores como Thompson (1995) ainda sob a luz dos efeitos de mídias como televisão, rádio e publicações impressas.

- 2) Realizar abordagens com o objeto *internet* de forma responsável, considerando hipóteses/perguntas que tragam questões correspondentes também à condição humana.

Uma das perguntas-chaves realizadas neste trabalho traz esta consideração, quando indago sobre os elementos que cercaram especificamente a apropriação realizada pelos sete *blogueiros* que resultou na ação #BuracosFortaleza no *Twitter*.

- 3) É necessário também considerar quadros maiores que os apresentados pelas condições locais.

No trabalho, procuro conduzir, por exemplo, a discussão sobre a relação das cidades com as tecnologias a partir de obras como a de Jesus Martín-Barbero (2004) que traz à tona os contextos das metrópoles latino-americanas.

4) Dialogar com outras disciplinas e tradições de pesquisa.

Este foi, sem dúvida, um dos desafios que norteou este projeto, quando optei já inicialmente em realizar a discussão sobre apropriações para além do aspecto comunicacional, mas também dentro da lógica das teorias das redes. Esse esforço está contemplado no segundo capítulo dessa pesquisa, em que reflito também sobre as questões relativas à tecnologia, urbanidade, cidade e homem por meio da ótica da multiterritorialidade ou dos aspectos multiculturais, noções bem mais exploradas por teóricos da área da Geografia e de um viés culturalológico e antropológico respectivamente.

5) Priorizar a reflexão, os conceitos e definições;

Tópico este que procurei contemplar em todo o trabalho através das especificações das noções-chaves que nortearam a pesquisa.

Amaral, Frago e Recuero (2011) ainda explicam que duas outras importantes categorias para a construção do desenvolvimento de pesquisa envolvendo *internet* estão nos recortes temáticos e nos objetos estudados. Essas escolhas terão importante impacto em decisões futuras como no tipo de observação a ser conduzida e na coleta e análise dos dados.

Sobre essas temáticas e objetos, as autoras selecionaram sete temas recorrentes nas pesquisas realizadas no Brasil. O levantamento foi realizado a partir de um trabalho anteriormente construído por Adriana Amaral e Sandra Montardo (2010)²⁹ em que são identificados onze temas recorrentes em pesquisas sobre *internet* no Brasil e Estados Unidos. Amaral, Frago e Recuero (2011) optaram pelas temáticas que envolviam diretamente a *internet*, não contemplando temas relacionados a outras tecnologias de comunicação e informação.

São elas; linguagem, considerando pesquisas que tratavam de hipertextos, *links*, hipermídia, arquitetura da informação; economia política da comunicação mediada pelo computador com projetos envolvendo novas estruturas econômicas e políticas a partir da chegada da *web*; ciberativismo, contemplando investigações sobre ações

²⁹ AMARAL, Adriana; MONTARDO, S. Pesquisa em Cibercultura e Internet: Estudo exploratório comparativo da produção científica da área no Brasil e nos Estados Unidos. In: Anais do IV Colóquio Brasil-EUA de Ciências da Comunicação, Intercom 2010, Set. de 2010. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-3058-1.pdf. Acesso em 14/09/2010

militantes de indivíduos/coletividade via *internet*; inclusão digital, estudos sobre a potência das tecnologias da comunicação e informação relacionadas à inclusão social; práticas e consumo mercadológico, reflexões sobre o consumo da *web* e de outras TICs; socialização *on-line*, investigando as práticas de sociabilidade através da *web* e, por fim, apropriações tecnológicas, que reflete sobre a reconfiguração de práticas sociais e de sociabilidade através da inserção das TICs/*web* na vida dos usuários.

Sobre os objetos que têm sido trabalhados com mais ênfase nos estudos voltados para a *internet*, as autoras declararam ser inviável a denominação, até mesmo recorte, visto que a cada momento estes objetos se renovam ou se modificam. Mas, considerando a última década dos trabalhos desenvolvidos no Brasil e das metodologias utilizadas, Amaral, Fragoso e Recuero (2011) compuseram um quadro dos objetos mais estudados e das metodologias mais utilizadas para cada objeto escolhido.

Entre vários, elas citam: *blogs*, *fotologs* e *videologs* tendo como metodologias a análise de conteúdo, de discurso, a etnografia, estudo de caso, observação participante, entre outros; páginas pessoais e *websites* como objetos estudados a partir de métodos como a análise de *hiperlinks*, estudo de caso, análise de webesfera; portais sendo investigados através de estudos de caso, entrevistas em profundidade e análise documental; fóruns, *chats* e listas de discussão analisados por meio de pesquisa de opinião, teoria fundada e entrevistas e, por fim, os *sites* de redes sociais vistos sob o viés de metodologias como a análise de redes sociais (ARS), a etnografia, análise de conversação e entrevistas em profundidade.

Em termos de temáticas, o trabalho aqui apresentado enquadra-se, como já explicitado anteriormente, no âmbito das apropriações tecnológicas, uma vez que propõe o estudo específico de uma prática apropriativa realizada por um grupo de sete *blogueiros* que desencadearam esta mesma prática em milhares de outros usuários e como os elementos que cercam esta apropriação contribuem na análise desta prática. Em relação ao objeto, aqui se volta o olhar especificamente para o *site* de rede social *Twitter* que, segundo as falas dos entrevistados (os sete *blogueiros*), foi a ferramenta de maior importância no desencadear da ação, como mostrarei na discussão mais à frente.

Entendendo a localização do trabalho, outro ponto de partida agora diz respeito diretamente aos métodos e abordagens de análise. Localizar o trabalho foi fundamental, pois, a partir disso, foi possível estabelecer o percurso metodológico que guiou tanto a abordagem teórica quanto o percurso prático da pesquisa. A própria natureza do objeto foi determinante neste caminho. Até então, sempre esteve claro que o trabalho se

localizava em meio aos estudos sobre apropriações tecnológicas. A sistematização feita pelas autoras (AMARAL, FRAGOSO e RECUERO, 2011) contribuiu para entender o caminho que outros trabalhos com recortes semelhantes já haviam traçado, e a escolha específica do objeto (a apropriação realizada no *site* de rede social *Twitter*) também já dava indícios da escolha do método de análise. Mas faltava ainda definir com precisão a abordagem metodológica.

Como dito anteriormente, meu olhar inicialmente se voltou para a busca de ações e práticas apropriativas em *sites* de redes sociais que aguçasse meu interesse como pesquisador. A ação #BuracosFortaleza com o seu início em maio de 2009 me despertou bastante atenção. Lembro, por exemplo, de comentar a ação com professores do curso de Mestrado, os quais me alertaram que já tinha encontrado o caso que gostaria. Continuei a acompanhar a ação, os adeptos, os *posts* (publicações) enquanto a prática apropriativa se dava. Porém, confesso que naquele momento era um olhar inicial, sem a institucionalidade e validade científica de um caso escolhido, portanto, era um olhar ainda apenas de observador, aleatório, mas necessário à construção da problemática de pesquisa.

Mais tarde, optaria pela ação #BuracosFortaleza como o caso a ser estudado. Aqui, surge um dos primeiros problemas de pesquisa enfrentado: era necessário escolher a abordagem metodológica diante do caso. Mas, devido à opção tardia do objeto, o próprio, ao longo da investigação, foi determinando a abordagem a ser desenvolvida.

Contudo, o *site* de rede social *Twitter* não guarda memória, isto é, só é possível encontrar *posts* de usuários através de seu *search* (canal de buscas de mensagens postadas) até sete dias da publicação do *tweet*. No início de 2010, Danny Sullivan do *site* searchengineland.com, especializado em notícias sobre tecnologia, encontrou um padrão no desaparecimento de *tweets*. Ao fazer as buscas através de alguns termos, Sullivan (2010) descobriu que o máximo que os resultados conseguiam apontar eram *tweets* publicados em até seis dias; a partir do sétimo dia a ferramenta não mostrava mais resultados. Ao entrar em contato diretamente com a direção da empresa *Twitter*, Sullivan (2010), então, obteve a resposta: como o número de *tweets* cresce de forma exponencial a cada dia³⁰, a ferramenta não conseguia suportar todas as mensagens de

³⁰Atualmente, os usuários do *Twitter* enviam 200 milhões de mensagens por dia. Para se ter uma idéia, é como se fossem publicadas 10 milhões de páginas de livros diariamente. O expressivo número demonstra a velocidade do crescimento do *site* de rede social nos últimos anos. Em 2009, esse fluxo de mensagens

modo a deixá-las públicas. Não significa que os *posts* são apagados, pelo contrário, de acordo com a resposta da direção da empresa, todas as mensagens são guardadas, só não estariam mais disponíveis para consultas na sua ferramenta de buscas.³¹

Diante disso, o problema de pesquisa que se estabelecia era que, após optar pelo caso escolhido (a decisão só viria a ser tomada em 2010), não havia mais como, por exemplo, ter acesso aos inúmeros *tweets/posts* publicados na ferramenta com a *tag* #BuracosFortaleza tanto pelos blogueiros como pelos outros usuários que aderiram à ação. Ainda me concentrei no trabalho de outros aplicativos criados para a recuperação de *posts* publicados no *Twitter*, como o caso do *site* snapbird.org, mas estes só conseguiam recuperar *tweets* com as *tags* indicadas em suas buscas com o prazo de até 3000 mil *tweets* publicados por perfil.

Diante deste desafio, algumas metodologias que poderiam ser aplicadas para estudar o caso como análise de conversação, e até mesmo a opção de uma pesquisa quantitativa para tentar medir métricas e relevância da ação através do número de *tags* e *tweets* publicados se tornou inviável. Mas, a própria pergunta da pesquisa indicava que a abordagem e o método a ser desenvolvido eram outros.

Desde o início, priorizei buscar práticas apropriativas em ferramentas tecnológicas com estreita relação com o espaço urbano. A idéia sempre foi tentar esmiuçar alguns elementos/aspectos presentes nessas apropriações. No caso da ação #BuracosFortaleza, a primeira pergunta que mais me instigou diante da prática que se mostrou a mim astuciosa e criativa foi: como os sete *blogueiros* conseguiram enxergar na ferramenta um potencial que ela mesma não denunciava? Como, ao olhar para a ferramenta, esses usuários perceberam e encontraram uma brecha, quando a ferramenta tinha sido criada para outra função? A partir daí, outras perguntas de fundo também surgiram: por que utilizar de ferramentas virtuais para denunciar um problema crítico que afetava estruturalmente a cidade? Por que a preocupação com a cidade?

Diante dos questionamentos, percebi que mesmo com acesso aos *tweets*, os inúmeros *posts* publicados pelos *blogueiros* poderiam me fazer entender mais sobre o andamento da ação, mas estes mesmos 140 caracteres postados a cada mensagem talvez

era de cerca de 2 milhões por dia. No ano passado, o número chegou a 65 milhões de *posts* diários. A cada cinco dias, o número de *tweets* publicados pelos usuários chega a 5 bilhões. Para mais informações, acessar o link: <http://blog.pt.Twitter.com/2011/06/200-milhoes-de-tweets-por-dia.html>

³¹ Neste link é possível ler o *post* original de Danny Sullivan e a resposta da direção do *site* *Twitter*: <http://searchengineland.com/where-have-all-the-old-tweets-gone-33579>

não respondessem a essas perguntas de cunho bem mais subjetivo - possivelmente - isto, como pesquisador, jamais poderei atestar.

Estava diante, então, de uma abordagem mais íntima, mais profunda, menos baseada em números e métricas, e sim em falas, conversas e contextos: aspectos mais próximos de uma abordagem qualitativa. De acordo com Melucci (2005), a abordagem qualitativa permite evidenciar a dimensão da experiência do indivíduo através de métodos mais sensíveis à sua individualidade e mais sintonizados com a cotidianidade. É um método que tem como característica a proximidade com a experiência, embora, os resultados reais que a pesquisa venha a mostrar e as representações que delas podem ser concluídas tendam a se confundir. Vale lembrar aqui o cuidado com a generalização do resultado da pesquisa, tendo ciência de que o que está sendo analisado não pode ser transportado ou entendido como geral para todos os casos.

Pensando a abordagem qualitativa nos estudos que envolvem *internet*, retorno a Amaral, Fragoso e Recuero (2011). As autoras lembram que não são apenas as informações disponíveis sobre o objeto que determinam a escolha de uma metodologia para pesquisas de *web*, é necessário refletir sobre sua localização no ciberespaço e, especialmente, entender a localização da *internet* como objeto de estudo. Para isso, as autoras recorrem ao trabalho de Christine Hine (2004) numa de suas obras mais conhecidas, “Etnografia Virtual”. Amaral, Fragoso e Recuero (2011), utilizando Hine (2004), ressaltam que a *internet*, como objeto de estudo, geralmente tem sido pensada sob a ótica de duas abordagens teóricas: a *internet* como cultura ou como artefato cultural. Cada abordagem sugerindo diferentes caminhos metodológicos, assim como vantagens e desafios.

Na abordagem teórica que trata a *internet* como cultura, o pensamento tende a considerar a *web* como um espaço distinto do real, do *offline*. Enquadram-se nesse perfil estudos que se voltam para uma análise de “culturas”, organizações que se desenvolvem dentro do escopo de comunidades virtuais, dos relacionamentos, conflitos recorrentes do que as pessoas fazem enquanto estão *on-line*. As autoras citam o exemplo de trabalhos que tiveram como foco a análise das identidades *on-line*, outros como a questão do corpo e sua fragmentação pelo uso da *web*. São pesquisas que focavam o entendimento da cultura da *internet* baseadas no comportamento de grupos em torno de uma ação, de um tópico.

Hine (2004) observa que esta abordagem provoca alguns questionamentos interessantes em relação a métodos. Por exemplo, como refletir e analisar a

possibilidade de uma “vida on-line”, vivendo-se conectado à rede 24 horas por dia, ou somente em intervalos periódicos? Aliás, o que seria uma “vida on-line”? Quanto às críticas que esse tipo de abordagem recebe, Fragoso, Recuero e Amaral (2011) lembram que esta linha de raciocínio tende a entender a *internet* como um espaço social delimitado, uma cultura que se encerra nela mesma.

Quanto à abordagem que entende a *internet* como artefato cultural, ela tende a observar a *web* inserida no cotidiano das pessoas, o que facilita a compreensão da rede como elemento da cultura e não como algo à parte dela. Uma das principais características dessa abordagem é a integração do real e do virtual. “A ideia do artefato cultural compreende que existem diferentes significados culturais em diferentes contextos de usos”. (AMARAL, FRAGOSO, RECUERO, 2011: 42). Com base em Hine (2004), as autoras ainda lembram que um ponto interessante desta abordagem é a percepção da *internet* não como objeto único, mas cheio de nuances, sujeito a múltiplas apropriações em que produção e consumo estão fragmentados em diversos espaços, contextos, instituições e indivíduos.

É difícil saber onde começa a Internet e onde termina. De fato, não está claro o que queremos dizer concretamente quando falamos de ‘internet’; se nos referimos aos computadores, ao protocolo, aos aplicativos, aos seus conteúdos, aos domínios, ou às diferenças de e-mails... Internet é um objeto construído discursivamente, um artefato...” (HINE, 2004: 41)

Entre os trabalhos que consideraram a *web* como artefato cultural, destaca-se os estudos com foco nos discursos libertários e contraculturais dos *hackers* e as pesquisas voltadas para os processos de construção de sentidos através dos usos da *internet*. Um ponto interessante é que estes usos (produção e consumo de conteúdo) em termos de pesquisa acabam abrindo um leque de possibilidades de recortes (AMARAL, FRAGOSO e RECUERO, 2011).

Por fim, há uma terceira abordagem advinda de um coletivo de pesquisa espanhol da Universitat Oberta de Catalunya, o Mediaciones³². O grupo entende a *internet* como mídia, geradora de práticas sociais. Segundo a proposta, “cada abordagem teórica e seus diferentes conceitos são apropriados a diferentes objetos/campos e podem ser observados sob diferentes metodologias de pesquisa qualitativa” (AMARAL, FRAGOSO E RECUERO, 2011). A ênfase estaria também na

³² O grupo se apresenta como um “coletivo de investigadores da Universidade Aberta de Catalunya”. O *site* do coletivo contém a lista de pesquisadores, os seminários previstos, listas de discussões, bibliografias, artigos e outras informações relativas ao trabalho do grupo, que pode ser acessado em ([HTTP://mediaciones.es](http://mediaciones.es)).

convergência de mídias: aqui a *internet* e os usos dela se unem a outras práticas e performances em que dimensões simbólicas e materiais são levadas em conta. Em resumo, a abordagem do Mediaciones entrelaça narrativa, agenciamentos e materialidades e percebe a *internet* como mídia que permite apropriações articuladas com práticas multiculturais (AMARAL, FRAGOSO e RECUERO, 2011: 43-45).

O que se pode perceber é que a investigação do grupo Mediaciones está muito próxima à abordagem proposta por Hine (2004) no que se refere à *internet* como artefato cultural. Aliás, uma breve leitura dos artigos do grupo publicados no *site* parece tornar essa relação ainda mais estreita. Logo no resumo de uma das publicações é possível perceber esse estreitamento quando, ao definir a metodologia a ser aplicada no trabalho, os autores explicam que a idéia é “abordar a análise da transformação das práticas culturais em relação à produção, apropriação, distribuição e consumo de imagens digitais através **da internet como um fenômeno cultural**” (ARDÈVOL, E. SAN CORNELIO, G., 2007)³³.

Já em outra publicação, a proposta de estudar a *internet* inserida/relacionada às novas mídias parece mais clara quando se propõe no artigo “Culturas lúdicas e práticas midiáticas” (ARDÈVOL, E. ROIG, A. SAN CORNELIO, G. PAGÈS, R. ALSINA, P., 2007)³⁴ explorar a relação entre os jogos digitais e outras práticas relacionadas à mídias na tessitura do cotidiano. Mais uma vez, o grupo procura entender as transformações culturais através de apropriações rotineiras dessas novas mídias em que a *internet* participa do contexto. Tal semelhança também é sentida pelas autoras Amaral, Fragoso e Recuero (2011), mas esta última proposta parece deixar mais clara a associação da *internet* como mídia.

A partir daqui, outro questionamento importante surgiu em relação à pesquisa. Sabendo que estava diante de uma abordagem qualitativa, a dúvida mostrou-se no momento de definir a partir de que olhar estava compreendo aqui a *internet*. Sabia desde o princípio que não a entendia como uma cultura que se encerrava nela mesma, afinal a própria investigação tratava-se de uma apropriação dentro da lógica de redes, apropriação de plataformas virtuais realizada por indivíduos/usuários (com auxílio e preenchimento das ferramentas) inseridas em seu cotidiano. A dúvida era: estou entendendo a *internet* mais como artefato cultural (como um elemento da cultura desses

³³ ARDÈVOL, E. SAN CORNELIO, G. (2007) *Si quieres vernos en acción: YouTube.com*” *Prácticas mediáticas y autoproducción en Internet. Revista Chilena de Antropología Visual*, num. 10 AÑO.

³⁴ ARDÈVOL, E. ROIG, A. SAN CORNELIO, G. PAGÈS, R. ALSINA, P (2007). *Cultura lúdica i pràctiques mediàtiques. Revista Digithum*. Núm. 9. UOC, AÑO

usuários) ou como mídia que permite a realização de práticas comunicacionais articuladas com os mais diferentes tipos de cultura? E como os geradores da apropriação aqui estudada entendiam a *internet*?

Pela trajetória teórica desenvolvida até então baseada na teoria das apropriações dentro inclusive do contexto das novas tecnologias, na teoria das redes contemplando especificamente os chamados *sites* de redes sociais, na relação das cidades com a tecnologia e na multiterritorialidade, deparei-me com a construção de um percurso de pesquisa baseado no pensamento de que a *internet* e, conseqüentemente suas ferramentas, é algo hoje parte da cultura dos sujeitos.

Há ainda o fato de que a idéia de pensar a *internet* como mídia (ou pelo menos de integrá-la, convergi-la à abordagem dos meios de comunicação) é, de algum modo, tornar a reflexão reducionista e até mesmo contraditória, já que desde o início dessa empreitada acadêmica houve um esforço, visível no primeiro capítulo, de relacionar as apropriações para além do aspecto comunicacional e sim considerá-las parte fundamental da rede #BuracosFortaleza.

Portanto, assume-se aqui uma abordagem teórica e metodológica da *internet* como artefato cultural, não deixando de lado as riquezas que o olhar da *internet* como mídia traz. Pelo contrário, a idéia é agregar a este olhar (*internet* = artefato cultural) as vantagens desta última modalidade de pensamento que vê a *internet* como algo que também se converge aos outros meios já existentes. Juntas, essas perspectivas contribuem para a tão apontada reconfiguração cultural.

Tomada a decisão da abordagem qualitativa entendendo a *internet* incorporada à vida cotidiana, à localidade, era chegada a hora de aprofundar essa abordagem e pensar na coleta de dados. O fato é que para os três olhares dados à *internet* em abordagens qualitativas, uma metodologia parece estar sempre presente e ser apontada por diversos autores (AMARAL, FRAGOSO e RECUERO, 2011; HINE, 2004; DOMÍNGUEZ, D., BEAULIEU, A., ESTALELLA, A., GÓMEZ, E., SCHNETTLER, B., & READ, R., 2007 – pesquisadores do coletivo Mediacciones). Trata-se da etnografia virtual. Ela aparece na abordagem da *internet* como cultura em objetos como *chats*, grupos, fóruns, através de uma análise de comunidades virtuais, estudos feito exclusivamente em tela; surge também no olhar da *internet* como artefato cultural com objetos de análise como páginas pessoais, *websites* sendo investigados pelos laços sociais neles percebidos, o estudo da representação de identidades e apropriações tecnológicas e, por fim, na abordagem da *internet* como mídia, aqui os principais objetos seriam os sites de redes

sociais e plataformas 2.0 (aquelas em que há sempre a produção de conteúdo gerada pelos consumidores), o foco estaria nas chamadas etnografia multimídias, conectivas e das redes (AMARAL, FRAGOSO e RECUERO, 2011).

Embora a opção da etnografia virtual, devido às leituras iniciais, parecesse ser adequada à pesquisa, o problema aqui já citado da memória do *site* de rede social *Twitter* me fez questionar se, de fato, teria condições e autoridade para me apropriar da metodologia. Como o *Twitter* segue um padrão de memória, registra e torna disponível (para o público) o arquivo por apenas até sete dias, eu, na posição de pesquisador, não teria em mãos a “documentação” mais importante para a análise: o campo da ação. O *site* estava e ainda está lá, mas os rastros da apropriação não. Como partir para a opção da etnografia virtual com este dilema/problema de pesquisa?

Iniciei, então, uma revisão mais específica da literatura para saber se poderia realizar a metodologia, neste caso e, se não, se pelo menos poderia me apropriar de etapas da abordagem para pensar um método que contribuísse com a análise do objeto aqui problematizado. As autoras Adriana Amaral, Raquel Recuero e Suely Fragoso (2011) também trazem em sua obra uma discussão mais detalhada da etnografia virtual, apontando inclusive caminhos para pensar a abordagem através de outros autores.

Amaral, Fragoso e Recuero (2011: 170-171) explicam que desde o surgimento da *internet* e o entendimento desta como uma nova forma de interação mediada, alguns pesquisadores entenderam que as técnicas da metodologia etnográfica poderiam também ser pensadas para serem aplicadas em estudos da *web* (pesquisas das culturas, comunidades, comportamentos e apropriações). Transpor o método para o universo da *internet* gerou uma espécie de resistência por parte de antropólogos e cientistas sociais mais tradicionais, a alegação era de que a principal característica do método etnográfico residia no deslocamento (físico) do investigador até o campo, à localidade onde se encontrava o objeto.

É evidente que a *internet* redimensionou as noções de tempo e espaço. Não apenas a *internet*, como foi dito no segundo capítulo, o surgimento de novas tecnologias sempre motivou essa discussão, assim também foi com o rádio e a televisão, por exemplo. Mas, a rede parece tornar esse redimensionamento e a compressão tempo-espaço cada vez mais evidente e perturbadora. É a pesquisadora Christine Hine (2004) que vai dedicar parte de suas investigações à temática da etnografia virtual para problematizar esse impasse.

Hine (2004: 58) explica que um dos principais problemas que o pesquisador enfrenta, quando desenvolve um estudo etnográfico na *internet*, é o de encontrar uma forma de interação com os sujeitos de estudo adequada ao propósito etnográfico. Tradicionalmente, a etnografia tem se caracterizado por considerar a interação face a face como a mais apropriada forma de relação entre pesquisador e fontes: o investigador viaja ao lugar e estando lá fisicamente se comunica diretamente com as ‘personagens’ de seu estudo. Mas, hoje, as possibilidades das chamadas “interações mediadas” permitem repensar essa exigência da presença física como fundamento da etnografia.

Além disso, na atualidade, os pesquisadores estão em posição de avaliar quais aspectos concretos da interação face a face se fazem convincentes e necessários à análise etnográfica tradicional, assim como explorar as potencialidades que há em reconceitualizar a noção de autenticidade neste tipo de estudo. Para isso, Hine (2004: 58) explica que é preciso estudar as interações mediadas “não a partir de perspectivas externas ou fundamentos a priori, mas das condições em que estas ocorrem”.

Para reconsiderar a necessidade das interações face a face, Hine (2004) entende que as descrições etnográficas, por mais compromissado que seja o pesquisador, não são representações transparentes da cultura estudada. Sobre a questão do deslocamento, Hine (2004) também entende que é o deslocar-se que muitas vezes dá significado à relação que se estabelece entre o escritor e o leitor da pesquisa. Isto é, são os detalhes que o etnógrafo cede acerca de sua imersão no campo que faz com que os leitores assumam e legitimem aquele relato como verdadeiramente sustentado pela experiência. A presença física do pesquisador no campo (bairro, comunidade, cidade, aldeia, etc.) dá a este, em relação ao leitor de seu relato, a autoridade da interpretação que outrem não pode realizar justamente por não ter estado *in loco*. Além disso, assim como o chegar ao local, o voltar e relatar por meio da escrita também seria uma forma de legitimação da pesquisa etnográfica. Porém, no caso da etnografia na *internet*, mover-se literalmente de lugar não se faz necessário. A *web* permite ao etnógrafo, mesmo sentado em sua casa, escritório, centro de pesquisa, explorar espaços sociais e isto não implica, em nenhum caso, que se desapareça a relação entre investigador e “investigado”, entre investigador e leitor. O deslocamento que o etnógrafo virtual faz não é físico, no sentido tradicional do termo, mas simbólico, por entre os espaços de interação dos sujeitos espalhados na rede.

Essa novidade da etnografia via *web* que, a princípio, surge como uma desvantagem, é convertida pelos defensores da prática como uma vantagem: a não

presença física do investigador, este que acabaria se situando na posição de um observador invisível, deixaria o contexto e o próprio etnógrafo mais intactos, já que estando fisicamente no local o observador está sempre suscetível a marcações pelas diferenças, o que provavelmente teria efeitos nas suas descrições. Diante disso, ficariam as marcas do investigador mais intactas ainda, menos contaminadas pela vivência e pelas relações reproduzidas e realizadas durante o estudo em campo?

Sobre a legitimidade e autenticidade do estudo, Hine (2004) entende que para o investigador, no lugar de colocar esta abordagem como um problema particular do ciberespaço a ser resolvido antes de se chegar à análise, o interessante é pensar e colocar a questão no próprio coração da observação. A autora propõe assim dez princípios da etnografia virtual que podem ser seguidos e pensados no momento de desenvolver uma perspectiva de abordagem que envolva a *internet* e que pode vir a contemplar a complexidade que esta forma mediada de interação tem oferecido. São eles:

1) A etnografia virtual problematiza o uso da internet: “em vez de ser inerentemente sensível, o universo *www* adquire sensibilidade através do seu uso” (HINE, 2004, p.80).

2) O ciberespaço não necessariamente deve ser compreendido como um espaço distinto e sem qualquer relação do mundo "real". “A internet se conecta de forma complexa com os lugares físicos que permite seu acesso” (HINE, 2004, p.80). Na prática, a internet depende de ferramentas e de tecnologias empregadas de modos singulares seguindo determinados contextos. São suas apropriações e interpretações aliadas aos espaços de ocorrência que fazem a web ser o que é.

3) As interações mediadas foram ainda mais ampliadas com a internet. Este fato de algum modo convidou os pesquisadores a reconsiderar a premissa de uma etnografia sempre ligada a algum lugar concreto, “real”. Assim, é preciso repensar também a reconfiguração do espaço, o sentido dos lugares através dessas novas interações, o que dá ao próprio método etnográfico novas perspectivas.

4) Se é preciso repensar a noção de espaço, conseqüentemente, é preciso repensar a noção de campo de estudo. Agora o “virtual” é também lugar de investigação. “Se a cultura e a comunidade não são produtos diretos de um lugar físico, então a etnografia não tem por que sê-lo” (HINE, 2004, p.80). Portanto, os objetos do estudo etnográfico tendem a se complexificar e reformularem-se, atendendo muito mais às modelações dos fluxos e conexões que às delimitações de espaços e localidades.

5) Logo, o desafio da etnografia virtual é entender como se estabelecem os limites entre o virtual e o “real”. Saber quando se inicia a investigação e onde se encerra é um exercício pragmático. O objeto acaba ganhando limites, na prática, por limitações do próprio investigador como tempo, espaço e até mesmo falta de experiência.

6) Mas se, no fim, há limites de amplitudes da pesquisa, há também limites de tempo. Logo, o envolvimento pessoal com as interações mediadas do pesquisador é também um ponto a ser considerado. É preciso refletir se a etnografia virtual não está sendo um intervalo em meio a outras atividades, se a imersão no contexto não tem sido realizada de forma frágil.

7) A etnografia virtual é e sempre será parcial. É impossível traçar a realidade fiel do contexto analisado. Isto é, as observações serão mais ideias de importante relevância na análise que a representação completa do objeto.

8) A etnografia virtual é uma intensa e profunda imersão pessoal na interação mediada. É necessário um compromisso do etnógrafo no exame das interações, assim como um esforço na própria interação do etnógrafo com a tecnologia.

9) Na etnografia virtual, todas as formas de interação são totalmente válidas. Isto significa que nem sempre o etnógrafo encontrará os informantes no momento da etnografia, afinal, as novas tecnologias permitem esse desencontro temporal e espacial. Mas também facilita para que estas relações possam se sustentar independente destes elementos.

10) A metodologia se adapta ao objetivo de analisar e refletir sobre as interações mediadas. É uma etnografia adaptada, de acordo com as condições que hoje estão postas. Assim, a noção de virtual aqui é empregada não só para dar sentido ao que não é físico, mas também para lembrar que a metodologia não conseguirá contemplar o todo. Este fato de algum modo implica que, ao optar por uma etnografia virtual, também se adota alguns princípios metodológicos problemáticos. Um exemplo: a questão temporal que faz com que o método seja sempre adaptável, afinal, após estudar um determinado objeto, este pode apresentar um contexto e fatos totalmente novos findada a pesquisa. Mas, se admitirmos que as tecnologias são apropriadas de acordo com seus contextos, porque a etnografia teria que permanecer inalterada?

Hine, mais tarde reveria algumas de suas colocações. De acordo com Amaral, Fragoso e Recuero (2011), a autora entende que estamos vivendo atualmente uma fase da internet distinta daquela descrita por ela na obra “Etnografia virtual”.

A questão revista pela autora nos coloca frente a uma tomada de posicionamento que incide sobre o desenho e o planejamento dos métodos de pesquisa, ao que ela recomenda um cuidado com as descrições, nas quais as diferenças entre on-line e offline devem ser mantidas: tanto em relação aos usos e apropriações de formas diferentes que são feitos pelos informantes, pelo recorte do objeto e o delineamento do campo, pela coleta de dados e mesmo pelos níveis de engajamento e relacionamento do pesquisador com a comunidade. (AMARAL, FRAGOSO e RECUERO, 2011: 178)

Assim, por exemplo, as diferenças entre tipos de entrevistas (e-mail ou presencial) devem ser descritas também no relato etnográfico construído durante a pesquisa. A escolha da abordagem para a coleta e a análise de dados, a forma como elas foram realizadas devem hoje respeitar os planos on-line e offline, tendo uma problematização realizada para cada nível. Amaral, Fragoso e Recuero (2011: 178-179) entendem, por fim, que a etapa que vivenciamos hoje em termos de internet e das pesquisas que a tem como objeto ainda merece reflexões mais profundas e consistentes e que a etnografia ao ser utilizada nestas pesquisas deve ultrapassar o nível da mera coleta e análise de dados nos ambientes digitais. “A convocação à densidade descritiva e interpretativa, bem como a exposição mais clara das escolhas éticas tomadas durante o processo são pontos que ainda necessitam de demarcações teóricas.” (AMARAL, FRAGOSO e RECUERO, 2011, p. 179).

As autoras finalizam apontando uma série de protocolos que devem ser respeitados e recomendam que, no momento da pesquisa etnográfica, seja tomados cuidados como a negociação inicial com o grupo da “entrada” no novo território, onde o investigador pode ser tomado por certa cegueira, não conseguindo enxergar “nada”. Elas orientam ainda a adoção do conhecido caderno de anotações, onde o etnógrafo, seja ele virtual ou tradicional, anota, registra ou relata suas impressões acerca da experiência na comunidade. E, por fim, há também o momento do intercâmbio de fato (afinal, nem só de observação vive o campo) onde é necessário contextualizar os “personagens” e também diversificar o uso das entrevistas.

4.2.1 Decidindo as estratégias metodológicas

Diante do percurso traçado em busca da definição da estratégia metodológica, alguns passos, recomendações foram sendo sempre sinalizados. A ideia era, mesmo na fase das abordagens teóricas, ter em mente que esses processos poderiam contribuir

ainda mais no refinamento da pesquisa. E de fato, contribuíram. Localizar o objeto tornou, sem dúvidas, o caminho menos problemático para a definição, ou pelo menos, orientação do método de coleta e análise de dados. Digo, menos problemático porque, como já adiantei, este processo envolveria um problema de pesquisa a ser solucionado: a não memória do site de rede social *Twitter*.

A conversa preliminar (abordagem inicial) feita com um dos blogueiros (Emílio Moreno) já tinha me dado a sinalização que o site *Twitter* era a ferramenta (entre *Twitter*, o *Google maps* e os blogs) de maior importância dentro da ação. Como estava estudando as práticas apropriativas que envolvia a ação #BuracosFortaleza, tinha em mente que duas questões, dentro dessa abordagem, ganhavam destaque: a apropriação do site de rede social *Twitter* e a própria apropriação do *Google Maps*. Mas, desde o início da definição do objeto, a prática apropriativa no site de rede social foi a que despertou a minha atenção. Portanto, tinha que definir um método que pudesse contemplar a apropriação do *Twitter* pelos blogueiros para realização da ação #BuracosFortaleza.

Sem memória, basicamente não tinha campo. O site, o campo/espço da ação estava lá, mas a ação, não mais. Então, como realizar por exemplo uma etnografia (virtual ou não) da apropriação ocorrida durante a ação #BuracosFortaleza (que já havia ocorrido há cerca de dois anos) no site *Twitter* quando as pistas, as marcas desta apropriação não mais existiam? A resposta, talvez, estava na escolha, ou melhor, na não escolha do método, já que exercícios, etapas como a coleta de materiais no campo e rastros do início da ação, por exemplo, não teriam como ser recuperados.

Diante do dilema que o próprio objeto propôs, a reflexão que comecei a realizar era a de que o método etnográfico talvez não fosse o indicado para o caso, já que não existiam condições favoráveis para que fosse realizado integralmente ou mesmo que de forma satisfatória para a pesquisa. Porém, sem campo e sem memória (virtual) a que método recorrer?

Assim, em conversas e reflexões sobre um método adequado a ser pensado e desenvolvido para a pesquisa, um problema precisava ser resolvido: se em conversas iniciais ficou claro que a ferramenta fundamental na ação foi o *Twitter* e o site não me fornecia registros da ação no próprio arquivo, isto é, memória, eu deveria então recorrer a quem a tinha. Além disso, era necessário abordar e recuperar essa memória junto a personagens que legitimassem minha pesquisa, neste caso, os realizadores da ação, os sete blogueiros.

Foi então que optei por manter a abordagem com olhar qualitativo (já que questões métricas e quantitativas não poderiam ser contempladas) e em me apropriar, utilizar de algumas etapas da chamada etnografia virtual, entre elas: cuidados iniciais de abordagem, um ‘caderno’ de anotações e registros, e a principal, o intercâmbio com o grupo. Foi através deste intercâmbio que realizei a coleta de dados em um esforço de remontar o percurso que resultou na ação, entender e refletir sobre as interações mediadas presentes na prática apropriativa para, assim, por fim, perceber os elementos que cercaram esta apropriação e como ela poderia nos ajudar a refletir um pouco também sobre as apropriações no ciberespaço.

O ponto negativo, e aqui reconhecido, estava no fato de que, basicamente, depositava ali (existia ainda o mapa e documentos como matérias e posts publicados em portais e blogs) toda a minha fonte de memória e até de registro da ação no *Twitter*, mas este foi um risco que resolvi assumir.

Para o intercâmbio junto aos realizadores - basicamente minha única coleta de dados - era necessário pensar também em um método que pudesse me fornecer essas informações valiosas que, posteriormente, colaborariam na análise da ação. Assim, optei pelo método das entrevistas com duas características: em profundidade (para me cercar das mais importantes informações) e aberta (que me deixasse livre para indagações e intervenções durante o intercâmbio).

Nas Ciências Sociais, o método da entrevista é adotado, em pesquisas qualitativas, como ferramenta complementar e igualmente como principal técnica de acesso a um objeto através das falas daqueles que vivenciaram e/ou vivenciam o fenômeno estudado. Como todo método, há também alguns pontos que devem ser considerados quando da sua adoção. Como nos lembra Poupart (2008), se por um lado as entrevistas permitem o acesso a estas realidades sociais, por outro, estas mesmas realidades não se deixam apreender de forma fácil e simples, há jogos que são sempre postos em questão como o das interações sociais e das interpretações produzidas pelas falas.

Duarte (2005) ressalta essa questão também ao enunciar que a entrevista em profundidade procura exatamente captar, dentre as informações objetivas fornecidas por meio do relato dos sujeitos, a intensidade, um aspecto subjetivo da pesquisa que um questionário fechado com respostas de múltipla escolha não ofereceria ao pesquisador. Ou seja, na entrevista aberta e em profundidade, os dados não são apenas elementos manipuláveis, mas resultado de uma relação estabelecida entre o entrevistador e os

informantes, esta que resulta em um esforço de interpretação e reflexão de ambas as partes. “Os dados não são apenas colhidos, mas também resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade” (DUARTE, 2005: 62-63).

Levando em consideração esse aspecto da entrevista, foi que a elegi como técnica principal para coleta de dados sobre a ação #BuracosFortaleza. Além de proporcionar informações objetivas sobre o fato, por meio das conversas com os blogueiros que colocaram a ação em prática, pude perceber ainda como estes avaliam o próprio processo hoje, passado um relativo período de tempo de ocorrência do fenômeno. Além de explicarem as motivações que resultaram na iniciativa desenvolvida no *Twitter* e detalharem o processo de colocá-la em prática, os blogueiros e informantes da pesquisa, durante as entrevistas, relataram, cada um deles, o envolvimento particular no fenômeno e, principalmente, avaliaram o resultado da ação e a importância desta no contexto local e para eles próprios.

Reflexões e narrações estas dos entrevistados que foram motivadas, claro, pelas indagações que levei a campo, estas que foram construídas tomando como base o referencial teórico que sustenta a pesquisa e ainda a observação do fenômeno que venho realizando antes mesmo deste ter definido que #BuracosFortaleza seria o objeto de estudo desse empreendimento acadêmico.

É interessante ressaltar que, de acordo com a categorização dos informantes de uma pesquisa construída por Duarte (2005), os realizadores da ação, tuiteiros ou blogueiros, como são reconhecidos no meio virtual, enquadram-se, na esfera acadêmica, como informantes-chaves. Esse tipo de informante consiste em sujeitos diretamente envolvidos com o tema e cuja ausência na pesquisa implica em perda significativa.

A amostra, em entrevistas em profundidade, não tem seu significado mais usual, o de representatividade estatística de determinado universo. Está mais ligado à significação e à capacidade que as fontes têm de dar informações confiáveis e relevantes sobre o tema da pesquisa (DUARTE, 2005: 68).

Mesmo recorrendo à documentação complementar, com matérias veiculadas na mídia tradicional da cidade sobre o fato, para reconstruir o cenário em que se deu a ação, os depoimentos dos entrevistados são, na verdade, a principal forma de acesso para compreender como se deu a apropriação da plataforma tecnológica *Twitter* por esses sujeitos para uma iniciativa coletiva, fazendo do espaço on-line um

prolongamento do território offline e que gerou diferentes formas de apropriação por outros usuários da rede e até pelos próprios meios de comunicação.

Da minha parte, enquanto pesquisador, as entrevistas também foram relevantes porque, de certa forma, colocaram esses sujeitos em diálogo – mesmo que não presencialmente – mas através das respostas e reflexões para as mesmas indagações que realizei para cada um deles. Vale mencionar novamente que a ação #BuracosFortaleza foi articulada e posta em prática por sete blogueiros e tuiteiros que se encontraram na própria web. A execução da atividade no plano virtual não requereu, do ponto de vista dos realizadores, em nenhum momento, encontros face a face. Por conta disso, muitos deles não se “conhecem”, quer dizer, nunca se viram pelas andanças e vivências na cidade.

Daí porque as entrevistas se converteram em um momento de avaliação da ação para os próprios realizadores e a maneira que encontrei também de conhecer esses sujeitos. Nesse momento, uma argumentação em relação à forma presencial de entrevistas pode surgir. Se os blogueiros não precisaram se encontrar face a face para executar o #BuracosFortaleza, a pesquisa com eles também poderia ter se dado sem a necessidade de encontros presenciais.

A questão é que, diferente da etnografia, que vem sendo gradativamente e constantemente adaptada como uma ferramenta de investigação apropriada também a pesquisa no campo do ciberespaço, a entrevista com finalidade científica ainda é uma técnica em que a interação face a face se mostra como um requisito necessário não só pelos padrões formais, mas porque é também uma maneira de captar minúcias e nuances que o discurso verbal, escrito, na forma de uma entrevista por e-mail, não revelaria.

Além disso, a situação da entrevista, a interação estabelecida entre pesquisador e informante, a relação dinâmica construída nesse momento, contribui para que o próprio pesquisador/entrevistador tenha “insights” gerados pela fala do entrevistado que podem levar a outros questionamentos esclarecedores a respeito do fenômeno. Uma situação mediada por computador que mais se aproxima dessa condição dinâmica é a conversa em tempo real por meio de programas de troca de mensagens instantâneas. Contudo, não investi nessa forma de contato mediado para a coleta de dados porque considero que ela não favorece o controle da situação por parte do pesquisador. Elementos como a instabilidade da conexão com a internet e a possibilidade de que o informante se dispersasse durante o processo da entrevista por estar realizando atividades em paralelo a esta, foram condições ponderadas por mim antes que algum

dos entrevistados cogitasse a realização da entrevista dessa forma. Mas, nenhum deles trouxe esse argumento à tona.

De qualquer forma, como recomenda Duarte (2005), deixei os entrevistados livres para escolher o horário e, principalmente, o local de realização das entrevistas. “É sempre possível negociar, mas é fundamental atender às condições do entrevistado” (DUARTE, 2005: 71). O resultado dessa negociação implicou em diferentes trajetos que tive de realizar, partindo do meu endereço de residência (bairro Montese, localizado na zona Oeste da cidade), em direção aos locais escolhidos pelos entrevistados para nossos encontros. Resolvi então incluir esses percursos como elementos da própria pesquisa e trago, cada um deles, na forma de mapas.

Aliás, os mapas aparecem ainda como elementos secundários, mas de extrema importância nessa pesquisa. É que o mapa criado para a ação na ferramenta Google Maps continua online e pode ser atualizado por qualquer pessoa que tenha uma conta no Google. É verdade que o próprio mapa também foi apropriado e ganha outro sentido no momento em que passa a atuar como ferramenta de geolocalização de buracos na cidade pelas mãos dos usuários. Cabe então aqui a pergunta do por quê da não utilização do mapa como objeto? Como descrito, em conversa inicial com um dos realizadores, foi possível compreender que a ferramenta para eles considerada de maior importância para a viralização, repercussão e adesão do próprio mapa foi o site de rede social *Twitter*. Com esta informação em mãos, optei por priorizar nas minhas abordagens teóricas, mesmo sem a memória da ação no site, reflexões sobre as plataformas de redes e suas apropriações. Reconhece-se aqui o mapa, inclusive como material que legitima a ação realizada na cidade de Fortaleza e, virtualmente, além das matérias publicadas em jornais e blogs, a única “pista”, “rastros” da existência da ação. Porém, reconheço que não houve e não haveria tempo hábil para contemplar abordagens teórico-metodológicas que contemplassem a apropriação no mapa; diante da escolha que o objeto (a ação) me colocavam optei pela adesão da apropriação na ferramenta *Twitter*, até mesmo pelas reflexões teóricas que o objeto me trazia que no momento, como pesquisador, provocava-me e me instigava mais.

4.3 Itinerário das falas: o perfil dos blogueiros

Dos sete realizadores divulgados como responsáveis pela ação, seis foram entrevistados. Com exceção de Emílio Moreno, com quem tive outros contatos iniciais e

uma conversa informal no primeiro semestre de 2011 para tirar as primeiras dúvidas que já surgiam e assim direcionar também questões como a definição de abordagens teóricas mais específicas, era a primeira vez que conversava diretamente com os outros cinco usuários.

Apesar de não estar realizando uma etnografia virtual no sentido literal e metodológico do conceito, mas usei o espaço virtual, on-line, como palco também de ocorrência da pesquisa, na medida em que iniciei os contatos com os sujeitos da ação também recorrendo à mediação do site de rede social *Twitter*, onde, ao citar em meu perfil o perfil dos sete realizadores (um a um), pedia o contato do e-mail de cada um deles.

Depois enviei e-mails para cada um dos sujeitos e, para cada caso, fiz a negociação para resolvermos questões de horário e local para realização dos encontros face a face. Somente um dos participantes alegou total falta de tempo para poder contribuir com a pesquisa, concordando, porém, em responder ao questionário por e-mail. Apesar dele ser um informante-chave para a pesquisa, depois de uma conversa junto à orientadora, optei por realizar a entrevista através de e-mail com o sétimo “tuiteiro” caso sentisse/observasse que as seis entrevistas anteriores não corresponderam ou foram suficientes para a análise da ação. Não foi o caso. Com as seis entrevistas em mãos, após suas descrições, considerei o material coletado, junto a matérias publicadas na época, e a existência do próprio mapa ainda on-line, como suficientes.

Todos os seis informantes permitiram a divulgação de seus perfis, assim como a publicação das suas falas diretamente associadas a cada participante. As entrevistas duraram, em média, cerca de 30 a 40 minutos. Um fato interessante é que, ao ir ao encontro de cada entrevistado, percebi que os locais de entrevistas eram quase sempre em lugares bem distintos, distantes do qual eu me encontrava e que costumo frequentar, o que me fez, em alguns momentos, também “redescobrir” Fortaleza e alguns de seus bairros, espaços nesses trajetos.

Assim, optei por também demonstrar em imagem os trajetos construídos para a realização das entrevistas, afinal, se a ação levada a cabo pelos seis entrevistados era uma expressão também da relação entre o virtual e o urbano, nada melhor que dar essa mesma dimensão e dinâmica ao relato da pesquisa. As imagens com meus trajetos de deslocamentos ao longo da cidade para encontrar os entrevistados, sujeitos com os quais tive o primeiro contato pela web, foi então a forma que encontrei para mostrar o prolongamento territorial e físico da investigação cujo início está claramente ancorado

no plano virtual, ainda com a observação das formas de apropriação dos sites de redes sociais pelos sujeitos, mesmo antes da ação #BuracosFortalezater sido eleita como objeto de análise. A idéia de construir esse percurso por meio de imagens surgiu logo após a última entrevista realizada com Mário Aragão, na qual ele emite opinião sobre a espacialização de dados.

Nesse momento, trago o relato dos perfis e dos trajetos cuja hierarquia de exposição segue a ordem em que as entrevistas foram realizadas.

Emílio Moreno:



Figura 01: Perfil Emilio Moreno - Twitter

Emilio Moreno da Silva Neto é jornalista, 35 anos, mora no Bairro Luciano Cavalcante. Trabalha como consultor para um portal de notícias sobre economia, empreendedorismo, gestão de negócios voltado para a região Nordeste. Profissionalmente, teve passagens por emissoras de TV, e prestou serviços de assessorias de comunicação para sindicatos e também durante campanhas políticas. Tem um blog pessoal, o Liberdade Digital³⁵, em que posta notícias sobre a cidade de Fortaleza, tecnologias, mídia e outros temas.

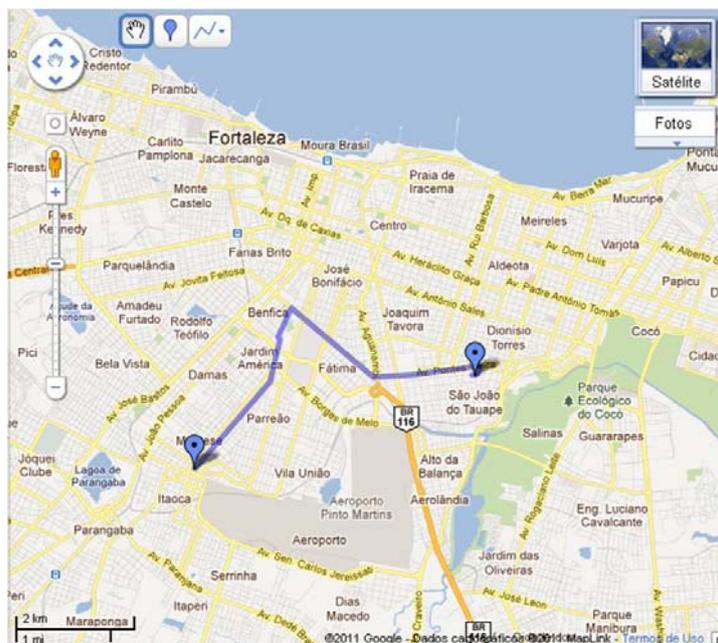
A entrevista com Emílio ocorreu cerca de um ano depois do nosso primeiro encontro para falar sobre a ação (que aconteceu em um shopping da cidade). Desta vez, nossa conversa se deu em um café no bairro São João do Tauape. A sugestão do lugar foi minha. A idéia de fazer a entrevista no café surgiu dos próprios *tweets* de Emílio, que sempre relatava em seu perfil suas freqüentes idas ao estabelecimento³⁶.

O jornalista confirmou quase que imediato sua ida. A entrevista durou 43'13" (quarenta e três minutos e treze segundos), como foi a primeira, segui o roteiro quase que na íntegra com poucas modificações durante a conversa. Mesmo após dois anos

³⁵ www.liberdadedigital.com.br

³⁶ A referida cafeteria pode ser considerada um *point* entre os "tuiteiros" da cidade, local em que se reúnem quando querem se relacionar fora da rede. Além disso, o fato do lugar oferecer conexão wi-fi gratuita é outro atrativo para os freqüentadores que, assim, podem se manter conectados sempre.

desde a realização da ação, alguns detalhes ainda estavam bem vivos na memória do entrevistado. Neste momento, destaco fatos como o início e a repercussão da ação como os de mais destaque em sua fala.



*Figura 02: Trajeto Entrevista Emílio Moreno
Montese – São João do Tauape*

Natanael Pantoja:



Figura 03: Perfil Natanael Pantoja - Twitter

Natanael da Silva Pantoja é formado em Sistemas de Informação, tem 26 anos e há um ano mora em São Paulo. A entrevista foi realizada durante uma rápida passagem de Natanael por Fortaleza a trabalho. Natanael chegou a cursar um mestrado na Universidade Federal do Ceará, mas desistiu do curso para dar prioridade aos compromissos profissionais. Em São Paulo trabalha com desenvolvimento de softwares. Tem um blog pessoal³⁷ que trata especificamente de tecnologia falando sobre

³⁷ www.natanaelpantoja.com

aplicativos e técnicas de gestão, embora revele não atualizar mais regularmente o site. Natanael é também sócio e gerencia o Clube das Corridas³⁸, site de rede social que reúne amantes e praticantes de corridas de todo o Brasil.

A conversa com Natanael durou 40'12'' (quarenta minutos e doze segundos). Mesmo morando em São Paulo, ele faz diversas visitas a Fortaleza durante o ano, principalmente, a trabalho. A entrevista aconteceu na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), que fica no bairro Edson Queiroz, em um intervalo do trabalho do próprio Natanael. Como afirma, ele trabalhou mais na “repercussão” da ação, pois tuitava e mapeava os buracos quase que constantemente. A entrevista mostrou-se bastante interessante para começar a observar como cada realizador acabou assumindo um espaço/função dentro da ação.

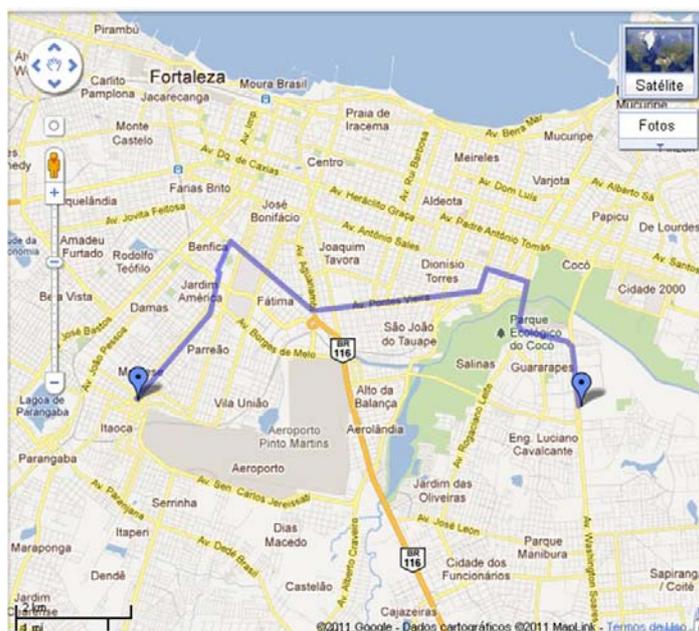


Figura 04: Trajeto Entrevista Natanael Pantoja
Montese - Unifor

Christiano Milfont:



Coronel Milfont
@cmilfont Fortaleza, Brazil
Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional de Maria Pereira <http://about.me/cmilfont>
<http://www.milfont.org/tech>

+ Follow

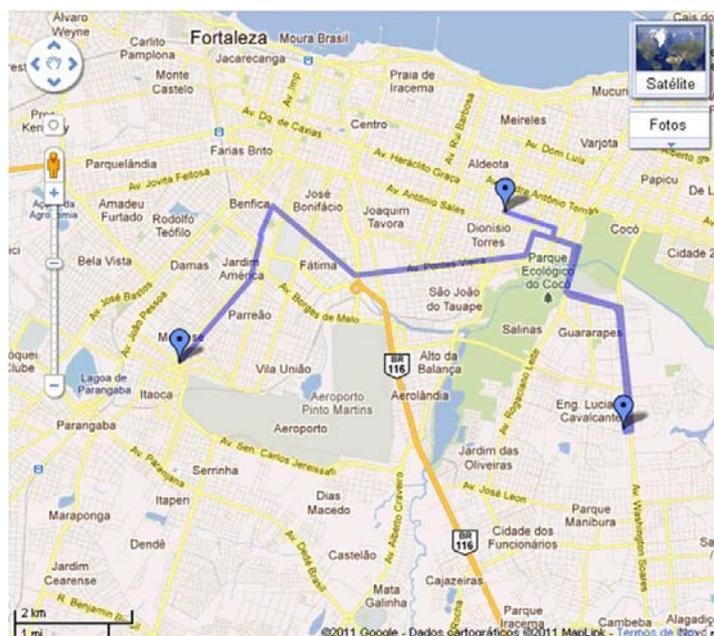
³⁸ www.clubedascorridas.com.br

Figura 05: Perfil Christiano Milfont - Twitter

Christiano Martins Milfont de Almeida, 33 anos, reside em Fortaleza e atualmente mora no bairro Henrique Jorge. Christiano também possui um blog³⁹ onde posta conteúdo sobre sistemas de informação, Java e sistemas PHP. Está se formando em Ciências da Computação e trabalha atualmente em uma empresa da área no setor de desenvolvimento de softwares. Além disso, Christiano tem uma consultoria própria, empresa que leciona cursos na área de JAVA e outros.

A entrevista com Milfont foi marcada inicialmente na empresa onde atualmente trabalha, que fica localizada no bairro Luciano Cavalcante. Ao chegar lá, por impossibilidade de um local mais adequado para a conversa, já que ela seria gravada, ele sugeriu irmos então à sede de sua consultoria, que fica no bairro Dionísio Torres, onde por fim, a entrevista aconteceu.

A conversa foi a mais longa das entrevistas, 51'36'' (cinquenta e um minutos e trinta e seis segundos) e Milfont, mesmo ocupado, disponibilizou-se durante cerca de duas horas (devido aos trajetos) para que a conversa acontecesse. Seu relato veio cercado de opiniões fortes sobre plataformas virtuais, apropriações na rede e, por vezes, usava em suas falas termos bem específicos da área de estudos acadêmicos.



*Figura 06: Trajeto Entrevista Christiano Milfont
Trecho 01: Montese – Luciano Cavalcante
Trecho 02: Luciano Cavalcante – Dionísio Torres*

³⁹ <http://www.milfont.org>

Rafael Carneiro:



Figura 07: Perfil Rafael Carneiro - Twitter

Rafael Carneiro Viana Batista, 28 anos, mora em Fortaleza, no bairro São João do Tauape. Está concluindo o curso de Sistemas da Informação, apesar de trabalhar há anos na área. Já atuou em bancos públicos, empresas privadas, instituições na área de tecnologia e hoje atua como analista de sistemas em uma empresa na área têxtil.

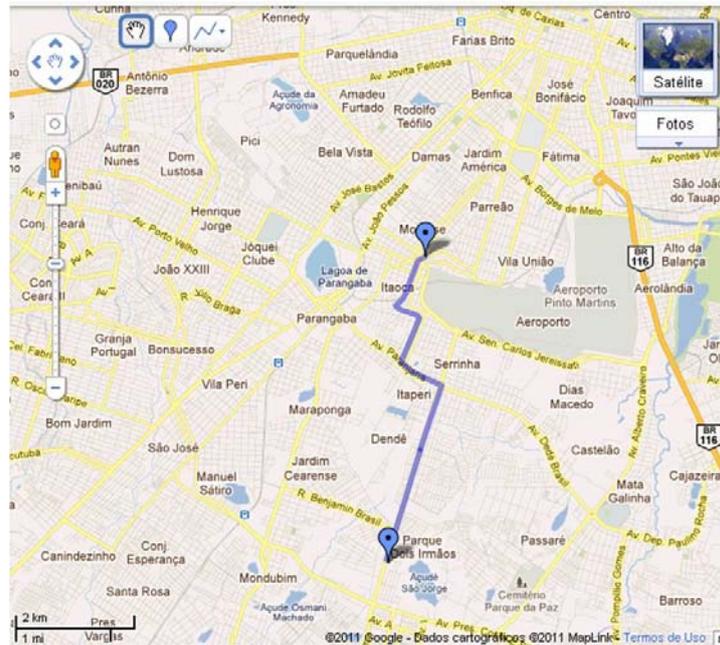
Rafael também possui um blog pessoal em que fala de tecnologias⁴⁰, do qual confessa não atualizar com frequência e, outro em parceria com a noiva que trata de casamentos⁴¹, este sim atualizado semanalmente e hoje tocado quase como um negócio pelos dois. Por meio da página, o casal realiza eventos, reuniões e encontros.

A conversa com Rafael foi marcada em seu atual local de trabalho, durante o horário do almoço. O trajeto mais próximo do meu local de saída, o bairro Montese. Devido a alguns problemas de última hora que envolvia normas da empresa, a entrevista acabou sendo realizada em uma loja de conveniência de um posto de abastecimento ao lado da empresa, o que deu à conversa um tom bem descontraído e até divertido.

Rafael, com seu humor tímido, concedeu um relato conciso da ação, mas que foi muito importante, pois o entrevistado é um dos realizadores que menos deu ênfase à questão da repercussão, não a desconsiderando como relevante, mas entendendo que o todo da ação foi que a motivou e formatou sua abrangência. A entrevista durou 27'48 (vinte e sete minutos e quarenta e oito segundos).

⁴⁰ www.rafaelcarneiro.com/

⁴¹ www.casamento2ponto0.com



*Figura 08: Entrevista Rafael Carneiro
Trajeto Montese - Itaperi*

Rafael Galdino:



Figura 09: Perfil Rafael Galdino - Twitter

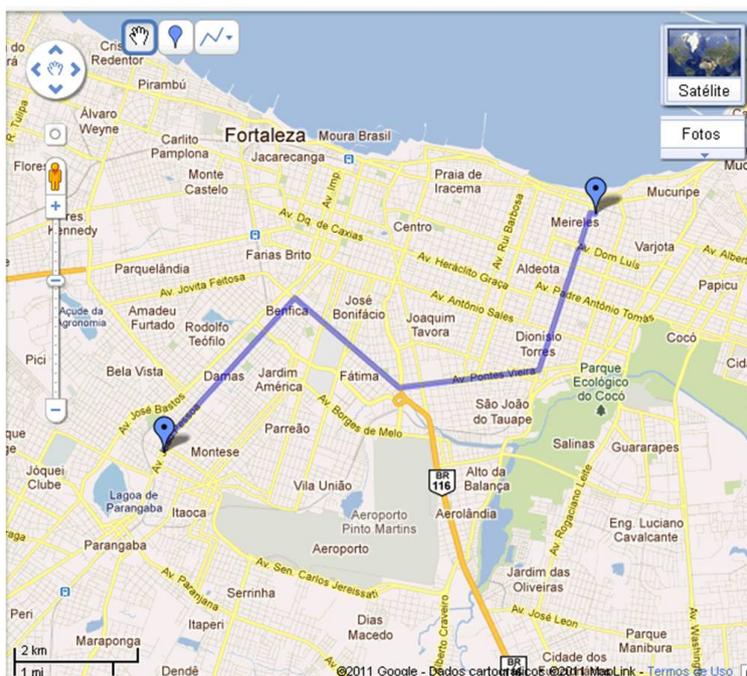
Rafael Robson Galdino do Valle tem 28 anos, mora em Fortaleza no bairro Aldeota. Galdino é graduando na área de Análise de Sistemas, mas trabalha atualmente como analista de marketing em uma consultoria local da cidade. Passou por empresas públicas e privadas. Rafael também possui um blog pessoal sobre marketing em mídias sociais, marketing digitais, estratégias mercadológicas em sites de redes sociais⁴² e confessa não o atualizar mais com frequência.

Atualmente, a atenção de Galdino se volta para seu mais novo projeto, uma agência de marketing digital que está tocando junto a outros dois sócios, a Quartel

⁴² www.rafaelgaldino.com/

Digital⁴³, que se dedica a estratégias de marketing e publicidade nas mídias sociais. A entrevista também foi marcada em um de seus intervalos para almoço. Marcamos em um restaurante na Avenida Beira-Mar. O relato de Galdino foi um dos que deu mais ênfase à ação como uma estratégia criativa, e inclusive, com potencial para outras explorações, muito também por seu perfil ligado hoje às ações de marketing em plataformas virtuais.

A entrevista durou 28'28'' (vinte e oito minutos e vinte e oito segundos). Um detalhe curioso deste relato: ambos chegamos atrasados, cerca de 30 minutos, no local combinado devido a um grande engarrafamento que aconteceu no dia na avenida principal que dava acesso ao restaurante. Em um dado momento, ao ligar para Rafael para informar do atraso, este relatou: “estou na mesma avenida que você, não saí do lugar, se duvidar já passamos até um pelo outro...”.



*Figura 10: Trajeto entrevista Rafael Galdino
Montese - Beira Mar*

⁴³ www.quarteldigital.com.br

Mário Aragão:



Figura 11: Perfil Mário Aragão - Twitter

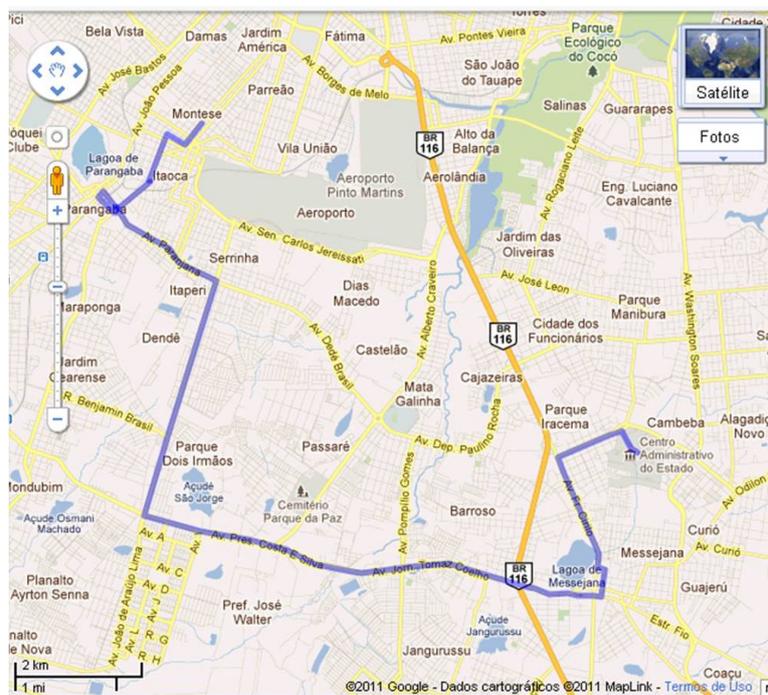
Mário César Alves Aragão, 33 anos, é formado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda e está praticamente formado no curso de Ciências da Computação, “só falta o TCC”, revelou. Profissionalmente, já passou por empresas públicas, jornais, empresas privadas e atualmente trabalha como gestor do IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, onde monitora sistemas.

Mário trabalha diretamente com especialização de dados e geolocalização. Possui um blog pessoal⁴⁴ que inicialmente começou tratando de tecnologias. Hoje, ele se dá a liberdade de falar de tudo um pouco, até de postar piadas. Mário diz estar mudando um pouco de fase e saindo dessa obrigatoriedade de ter que postar somente sobre um assunto, fazendo do blog um espaço de impressões pessoais.

A conversa com Mário foi a mais difícil de ser articulada, chegou a ser desmarcada por duas vezes pelo próprio por questões imprevistas de trabalho. A entrevista aconteceu, então, na sede do IPECE, no bairro Cambé, onde está localizado o Centro Administrativo do Governo do Estado do Ceará. Também por conta do pouco tempo disponível da parte do entrevistado, a conversa com ele foi a mais curta – 22’48’’ (vinte e dois minutos e quarenta e oito segundos) – porém, ao término do relato, a sensação era de que o “quebra-cabeça” tinha se fechado.

Mário com suas poucas palavras conseguiu revelar informações preciosas como, por exemplo, uma das principais motivações para o início da ação, além de ter ajudado a entender basicamente a origem da prática apropriativa #BuracosFortaleza. Foi sem dúvidas, uma das entrevistas mais esclarecedoras e, curiosamente, a última a ser realizada.

⁴⁴ www.marioaragao.com



*Figura 12: Trajeto entrevista Mário Aragão
Montese - Cambeba*

4.4 Recontando a história

Depois das seis entrevistas realizadas e decupadas, o primeiro passo foi tentar recontar a história através dos relatos dos entrevistados. À medida que unia as informações de como se deu a operação através dos relatos dos “tuiteiros”, também tentava encontrar por meio de documentos (reportagens, vídeos e posts em blogs) registros que pudessem, de algum modo, contribuir para este resgate. A ideia não era contradizê-los ou procurar legitimar suas falas através de “documentos oficiais”, mas complementar seus relatos com a ajuda de outras fontes de modo que esta tentativa de reconstruir a história da ação fosse a mais próxima possível da realidade (não dos fatos tais como aconteceram, mas da realidade que me foi dada por estes relatos, documentos e o mapa). Contudo, deixo claro que o que trago é uma narrativa, uma versão dos fatos e não um relato tal qual como eles ocorreram.

Em 2008, Mário Aragão, que trabalha no IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará), na área de estudos em geolocalização, sempre passava, em seus percursos cotidianos, pela Avenida Engenheiro Leal Lima Verde, no Bairro Água Fria, e ficava admirado com a quantidade de buracos que

encontrava em um trajeto, que segundo ele, “não dava nem um km de extensão”. De fato, neste mesmo ano, uma matéria publicada no jornal O Povo⁴⁵ relatava problemas denunciados pelos próprios moradores de três bairros (Conjunto Alvorada, Água Fria e Sapiroanga) que se diziam prejudicados pelo local que apresentava um grande número de buracos.

Leitores, moradores dos bairros Conjunto Alvorada, Água Fria e Sapiroanga voltam a contactar a coluna solicitando à Regional VI a recuperação do asfalto da avenida Engenheiro Leal Limaverde na esquina com a avenida Edilson Brasil Soares. Segundo eles, o local está danificado e cheio de buracos há mais de 180 dias. Conforme os leitores, o tráfego de veículos está prejudicado na região e os carros estão andando pela contramão. "A Prefeitura prometeu no final de janeiro efetuar o reparo, mas não o realizou ainda", dizem. A Secretaria Executiva Regional VI (SER VI) responde a reclamação informando que já fez uma visita ao local e preparou o orçamento para iniciar o reparo da via, que deve acontecer após a realização de licitação. (BURACOS PREJUDICAM O TRÂNSITO NA AVENIDA ENGENHEIRO LEAL LIMAVERDE, Jornal O POVO, 28 de abril de 2008).

No mesmo dia, o jornal Diário do Nordeste publicava também uma matéria sobre os buracos na cidade.⁴⁶ Neste caso, relatando os problemas enfrentados pelos motoristas na Rua Antônio Pompeu, localizada no Centro de Fortaleza. O impresso lembrava igualmente que os problemas causados pelos inúmeros buracos na cidade já se arrastavam há anos.

Os buracos nas ruas e avenidas são um problema comum e de longa data, tanto nas periferias como no Centro de Fortaleza. Além de atrapalhar o trânsito, essa falha estrutural, em tempos de chuva, pode até virar foco de proliferação do mosquito da dengue. A Prefeitura Municipal alega que a época chuvosa atrasa o calendário das obras de recuperação da manta asfáltica da cidade. (CRATERA MODIFICA ROTA DOS ÔNIBUS, Jornal Diário Do Nordeste, 28 de abril de 2008).

Ao mesmo tempo, nesse mesmo final de ano, Christiano Milfont enfrentou um problema devido aos inúmeros buracos que a cidade apresentava: seu carro seminovo teve uma das rodas prejudicadas, que precisou ser inteiramente trocada em um prejuízo o qual, segundo Milfont, chegou perto dos R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Chegou 2009, as chuvas torrenciais começaram (como já foi dito aqui no primeiro capítulo) e os buracos que já eram muitos, aumentaram ainda mais. “Mas ninguém falava do problema...” (RAFAEL GALDINO, 2011). Não foi bem assim.

⁴⁵ A matéria pode ser acessada neste link:

<http://www.opovo.com.br/www/opovo/colunas/opovonosbairros/784243.html>

⁴⁶ A matéria pode ser acessada neste link e traz também um vídeo mostrando o buraco relatado.

<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=532894>

Naquele início de ano, algumas reportagens e matérias já relatavam a grande quantidade de buracos que começava a se alastrar na cidade devido às chuvas e do quanto esse problema já estava crítico. “Buracos na cidade causam estragos e aborrecimentos. As últimas chuvas em Fortaleza foram suficientes para abrir novos buracos e aumentar os já existentes em várias ruas de Fortaleza” (BURACOS NA CIDADE CAUSAM ESTRAGOS E ABORRECIMENTOS, Jornal O POVO, 27 de fevereiro de 2009)⁴⁷.

No dia 24 de março de 2009, o mesmo veículo – Jornal O Povo – publicaria outra matéria sobre os buracos na cidade, desta vez procurando entender se o problema era de fato em áreas específicas da capital ou em toda a Fortaleza. Para isso, realizou um verdadeiro “mapeamento” informal visitando as seis regionais administrativas e quantificando os buracos existentes. “O POVO percorreu todas as regionais da cidade e constatou que o problema é geral. Nas duas últimas semanas, foram encontrados cerca de 100 buracos nas áreas visitadas. (AVENIDAS E RUAS INSTRANSITÁVEIS, Jornal O POVO, 24 de março de 2009)”⁴⁸.

Ainda de acordo com o relatado pelo Jornal O Povo, a população, creditava a situação a vários problemas: obras mal executadas, descaso do poder público e até mesmo abandono de algumas dessas obras. Em matéria no Diário do Nordeste, ainda em fevereiro daquele ano, a Prefeitura reconhecia a existência dos buracos e atribuía várias origens a eles: buracos que surgiam a cada nova chuva, a própria rede de esgoto que não atende toda a capital e torna as ruas vulneráveis, e vias historicamente desgastadas. Na contramão, o jornal denunciava o caso de buracos que se abriam no mesmo local em menos de três meses, como na Avenida Dom Manuel, e publicava relatos de motoristas que indicavam a existência de vários buracos há meses nos locais⁴⁹.

O descontentamento, pelo menos de acordo com os dois jornais de maior circulação do Estado, era generalizado. Além disso, as inúmeras matérias realizadas por ambas as publicações também mostravam que o problema era de grande conhecimento da população e incomodava motoristas, pedestres e moradores. Aqui há um ponto importante a ser considerado: o fato não tinha sido esquecido pela imprensa. Aliás, pelo número de matérias que ainda podem ser encontradas em pesquisas pela web, é possível

⁴⁷ A matéria pode ser acessada neste link: <http://www.opovo.com.br/www/opovo/fortaleza/858224.html>

⁴⁸ A matéria pode ser acessada neste link: <http://www.opovo.com.br/www/opovo/fortaleza/864810.html>

⁴⁹ A matéria pode ser acessada neste link: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=612760>

entender que havia uma preocupação em dar cobertura quase semanal ao problema e de diversas formas: além do reconhecimento dos 100 buracos encontrados pelo Jornal O Povo; em 03 de março de 2009, por exemplo, o site do Diário do Nordeste chegou a publicar um vídeo filmando várias áreas que apresentavam o problema na cidade.⁵⁰ Essa presença do tema “buracos” nas pautas de reportagens dos veículos informativos locais denota um fenômeno que no jargão jornalístico é conhecido como “agendamento”⁵¹.

As chuvas continuavam. Os buracos aumentavam. Enquanto isso, uma turma de sete usuários assíduos na web (com perfis em diversos sites de redes sociais e todos com blogs próprios), trocava mensagens via o site de rede social *Twitter* também reclamando dos inúmeros buracos. Entre os sete “tuiteiros” estavam o publicitário e gestor do IPECE Mário Aragão (@marioaragao) e o desenvolvedor de softwares Christiano Milfont (@cmilfont), aqui já citados. Somava-se a eles, o então estudante de jornalismo Emilio Moreno (@emiliomoreno), o analista de sistemas Rafael Carneiro (@rcarneiro), o analista de marketing Rafael Galdino (@rafaelgaldino) e os desenvolvedores de softwares Natanel Pantoja (@natanelpantoja) e Rodrigo Galba (@rodrigogalba).

Mário Aragão, em entrevista revelou que sempre gostou da área de espacializar dados, tanto que se dedica hoje aos estudos de geolocalização e trabalha na aera para o Governo do Estado, “eu acho que quando você espacializa dados você visualiza melhor os problemas...” (MÁRIO ARAGÃO, 2011). Foi então que próximo ao mês de abril daquele mesmo ano, em que Fortaleza completaria 283 anos de sua fundação, Mário teve a ideia de sair e fotografar 283 buracos e mapeá-los. Mas, claro, a ação demandava tempo e mesmo em grupo, ainda assim, seria complicado colocá-la em prática. A ideia de Mário acabou sendo compartilhada, de algum modo, na conversa. No dia 29 de abril, o “debate” se intensificou e foi quando um dos sete “tuiteiros” lançou a proposta de elaborar um mapeamento colaborativo via internet.⁵² Pelas entrevistas, não ficou claro quem lançou a ideia do mapeamento colaborativo. Além disso, Emílio Moreno postou em seu blog que a ideia já era “antiga” e que o jornalista Hélcio Brasileiro, que

⁵⁰ O vídeo pode ser acessado neste link: <http://www.youtube.com/watch?v=-synqlhfMz8>

⁵¹ [Maxwell McCombs](#) e [Donald Shaw](#), na década de 1970, realizaram uma pesquisa nos Estados Unidos, junto à imprensa, identificando temas que eram recorrentes nas publicações e figuravam entre as principais coberturas dos fatos durante certo período de tempo. Essa capacidade dos meios de comunicação de colocarem temas na pauta de discussão da esfera pública ficou conhecida como teoria do agendamento ou *agenda setting* (WOLF, 2005).

⁵² Neste post publicado por Rafael Carneiro intitulado “O poder da blogosfera” no dia 02 de maio de 2009 relata um pouco como aconteceu a conversa <http://www.rafaelcarneiro.com/2009/05/02/o-poder-da-blogosfera/>

na época trabalhava em uma agência de publicidade local, já tinha lançado a iniciativa, duas semanas antes, aos jornalistas da cidade.

Na sua entrevista, Emílio novamente relatou este fato e complementou dizendo que o projeto não foi tocado pelos jornalistas por questões técnicas. Assim, somadas todas as informações, os tuiteiros resolveram criar o mapa. A criação ficou a cargo de Rafael Carneiro. O mapa foi criado de modo aberto, isto é, de forma com que todo usuário que tivesse uma conta no Google pudesse adicionar informações e taggear algum buraco nele. Já no mesmo dia apresentou alguns buracos mapeados, revelaram os entrevistados.

Para conseguir a adesão de outros usuários, os realizadores passaram a utilizar como apoio e ferramenta de divulgação o site onde tudo começou, onde as conversas foram iniciadas: o *Twitter*. Para isso, criaram a hashtag #BuracosFortaleza para que todos os usuários que colaborassem com o mapa também sinalizassem sua colaboração no site de rede social. Além disso, os tuiteiros publicaram em seus blogs posts explicando a ação⁵³. A mobilização de organizar os posts e cobrar de todos que publicassem em seus blogs e continuassem divulgando no *Twitter* ficou a cargo de Emílio Moreno. Por fim, os realizadores passaram também a trabalhar, todos, na divulgação via *Twitter* para conseguir o maior número de adesão e colaboração no mapa. Tudo assim, pela web. Não houve um encontro sequer, até hoje, que reunisse todos os sete realizadores. “O Rafael Carneiro, por exemplo, eu nunca vi pessoalmente” (MÁRIO ARAGÃO, 2011).

Um dia depois, o Blog Zona Cyber, dedicado a assuntos de tecnologia e cibercultura, do site do Diário do Nordeste, postava matéria sobre a iniciativa dos blogueiros e relatava, em menos de 24 horas, o mapeamento de 65 buracos e 2.448 visitas no mapa.⁵⁴

⁵³ Nas entrevistas, os relatos dados deram a entender que todos os blogueiros fizeram o esforço de postar em seus blogs a ação. Em busca pela web, só foi possível encontrar posts em cinco blogs, dos sete. Para garantir, a pesquisa foi feita blog a blog, entrando no arquivo de cada e recorrendo aos posts publicados no período da ação. Se foram de fato publicados, os posts nos blogs de Rodrigo Galba e Rafael Galdino não se encontram mais on-line. Os outros cinco posts ainda podem ser encontrados nos referidos blogs. Emílio Moreno, blog: liberdadigital.com.br (<http://liberdadigital.com.br/2009/04/29/colaboracao-blogueiros-mapeiam-trechos-com-buracos-em-fortaleza/>); Christiano Milfont, blog: [milfont.org](http://www.milfont.org) (<http://www.milfont.org/tech/2009/05/01/campanha-contraburacos-em-fortaleza-iniciada-no-Twitter/>); Mário Aragão, blog: marioaragao.com.br (<http://marioaragao.com.br/buracosfortaleza-agora-vai/>); Natanel Pantoja, blog: [natanaelpantoja.com](http://www.natanaelpantoja.com) (<http://www.natanaelpantoja.com/tech/2009/05/campanha-contraburacos-em-fortaleza-iniciada-no-Twitter/>) e Rafael Carneiro, blog: [rafaelcarneiro.com](http://www.rafaelcarneiro.com) (<http://www.rafaelcarneiro.com/2009/05/02/o-poder-da-blogsfera/>).

⁵⁴ A matéria no blog Zona Cyber pode ser acessada neste link: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/zonacyber/fortaleza/mapeando-os-buracos-de-fortaleza/>

Uma semana depois, Emílio Moreno publicou em seu blog um post relatando os resultados da ação. Nele, Emílio fala do alcance da apropriação com mais de 42 mil visualizações do mapa e cerca de 400 buracos mapeados. Além disso, o blogueiro cita a repercussão direcionando links de matérias dos jornais O Povo, Diário do Nordeste, matérias em telejornais da TV Jangadeiro, no portal Terra e citações em blogs de parceiros e conhecidos.⁵⁵

Na manhã do dia 22 de maio de 2009, a prefeita Luizianne Lins realizou uma entrevista coletiva onde anunciou o “início” da “Operação Tapa-Buracos”. A Operação, prevista para durar 180 dias, contaria com o trabalho de 653 operários, divididos em 73 equipes e custaria aos cofres públicos 23 milhões de reais. Na tarde do dia 22, precisamente às 15 horas, a Operação foi inaugurada. O momento foi registrado pelo jornal Diário do Nordeste que publicou um vídeo em que a prefeita Luizianne Lins, vestida com o uniforme com a logomarca da Operação, inicia as atividades tapando os buracos de uma rua, posicionando-se para fotos, tal como a imagem da logomarca. Tamanha era a urgência do problema, que a iniciativa ganhou status de evento político.⁵⁶



*Figura 13: Prefeita Luizianne Lins
inaugurando Operação Tapa-Buracos
Foto: Jornal O Povo – 22 de maio de 2009*

⁵⁵ O post pode ser acessado neste link: <http://liberdade.digital.com.br/2009/04/29/colaboracao-blogueiros-mapeiam-trechos-com-buracos-em-fortaleza/>

⁵⁶ O vídeo pode ser acessado no link: <http://www.youtube.com/watch?v=zT2MQ1J63CQ>



Figura 14: Logomarca Operação Tapa Buracos

O relato acima é uma espécie de compilação entre várias informações que puderam ser coletadas através das entrevistas realizadas, das matérias publicadas e do próprio mapa, que legitima a ação, pois ainda está on-line e pode ser acessado e confirma números como visualizações e marcações.

No próximo tópico, tento, a partir das falas dos realizadores, traçar uma reflexão sobre a ação #BuracosFortaleza, os caminhos da apropriação, o estabelecimento ou não de uma rede, e como a ação abre questões para pensar estas apropriações em rede com a dinâmica das cidades.

4.5 Reflexões sobre as falas dos blogueiros

O tópico que segue trata de um olhar reflexivo sobre a apropriação #BuracosFortaleza no site de rede social *Twitter*. Não é meu intuito aqui realizar um estudo de recepção da ferramenta *Twitter* junto aos seis realizadores entrevistados; ou elaborar uma análise dos vários sentidos dados ao mapa através dos textos lá postados e uma possível análise do discurso e até mesmo refletir sobre o agendamento da mídia pelas ações e práticas dos usuários na web, hoje tão presentes nas matérias e pautas dos veículos ditos tradicionais (televisão, rádio e publicações impressas).

Entendo que a mesma ação gera objetos diferentes, mas aqui o olhar volta-se para o “tornar próprio” a plataforma de rede social *Twitter* por seis usuários, pelo menos durante a ação. Que percurso traçaram até enxergar na ferramenta uma brecha, a possibilidade de utilizá-la para além do uso posto? Como alterar este objeto (a plataforma) e seus códigos fez com que esses realizadores, por exemplo, se reapropriassem também do espaço urbano? Como a ação realizada por eles pode ser interpretada como uma “apropriação em rede” já que, de algum modo, ao pôr em prática

a ação, os realizadores acabaram reinventando o próprio cotidiano e o cotidiano dos usuários que participaram dela? Aliás, trata-se de uma ação em rede? Trata-se de um caso de apropriação? É possível pensar este caso como uma ação com relação estreita com o espaço urbano? E se sim, que relações são essas? Que elementos de reflexão podem ser pensados de uma ação que coloca em jogo apropriações, redes sociais, espaço urbano, a cidade e as competências multiculturais de quem vive nela?

Para tentar responder a essas questões, foi elaborado um questionário com 44 perguntas.⁵⁷ O roteiro foi dividido em três partes. A primeira tratava das relações iniciais dos usuários com os computadores. A ideia era de que essas informações contribuíssem no “entender” o percurso por eles traçado para chegar até a prática apropriativa. A segunda parte falava de suas relações atuais com o computador, com a internet, com os sites de redes sociais e com a cidade. A intenção foi de tentar compreender como os próprios usuários estabeleciam as relações com esses elementos e se, de fato, estabeleciam. Por fim, a terceira parte da entrevista contemplava especificamente os pormenores da ação #BuracosFortaleza, forçando os entrevistados a revisitar detalhes de como a ação começou, a repercussão e sua análise da ação, hoje, mais de dois anos após sua realização. Abaixo, segue uma descrição literal de alguns pontos da entrevista, mas a abordagem reflexiva a seguir obedece mais a uma discussão por temas, e não pelo cronograma das 44 perguntas seguidas em sua ordem. A ideia é refletir sobre esses pontos em consonância com as abordagens teóricas até agora estudadas.

Um dos primeiros questionamentos das entrevistas, após o relato do perfil de cada blogueiro, tratava das primeiras relações dos personagens com o computador. Por uma questão contextual, todos os blogueiros só passaram a ter contatos com os computadores após os dez anos de idade. Mas mesmo neste caso, alguns contatos começaram bem cedo. A maioria relata ter tido experiências informáticas já entre 12 e 13 anos e com as primeiras versões de computadores que chegaram no Brasil (os chamados Windows 3.1). A relação se dava por meio dos pais que compraram as máquinas ou por meio dos cursos de informática que, no início da década de 1990, começavam a se proliferar no Brasil.

Naquela época, segundo relatos dos blogueiros, o que mais se fazia com os computadores era “mexer”. Rafael Galdino, por exemplo, diz que achava fascinante

⁵⁷ O questionário segue nos anexos do trabalho.

ficar brincando em jogos como “paciência “ e “campo minado”, embora não tivesse vocação para abrir máquinas, tentar descobrir seu funcionamento. Natanel Pantoja foi mais além, quando ganhou seu primeiro computador, tratou logo de ir adicionando e instalando os chamados kits multimídias, novas placas.

Blogueiros como Emílio Moreno, Christiano Milfont e Mário Aragão disseram ter passado pelos cursos iniciais que tinham mais a função de profissionalizar para o mercado de trabalho. “Naquela época, era para isso, você entrava em curso de informática para buscar perspectivas profissionais melhores.” (Emilio Moreno, entrevista, 2011). Interessante notar que os três blogueiros acima dos 30 anos relataram esses cursos, os blogueiros mais jovens entre 26 e 28 anos já relatavam seus primeiros contatos como uma máquina que ganharam mas que já tinham um contexto técnico/funcional/tecnológico importante no sentido relacional. “Quando minha mãe comprou o computador eu passei a mexer muito. Chegava em casa do colégio e passava a tarde, a noite mexendo, meus pais brigavam comigo...” (RAFAEL CARNEIRO, 2011).

Porém, todos os blogueiros observaram também que, naquela época, a principal tecnologia da informação era ainda a televisão, mesmo com a recente chegada dos computadores. Emílio Moreno, o único jornalista do grupo, assume por exemplo que nem era um adolescente interessado em jogos, tecnologias, sempre foi muito mais ligado em televisão e rádio. “Cai nesse mundo há cerca de três, quatro anos, na verdade” (EMÍLIO MORENO, 2011). De lá para cá, Emílio, por exemplo, tem buscado se qualificar através de cursos que abordem temas como *social media*, marketing digital, jornalismo on-line e outros. Os outros blogueiros já demonstram mais intimidade com a chamada área de Tecnologias da Informação, até mesmo pela escolha profissional que, em muitos, se deu exatamente por essa vivência junto à recente chegada dos computadores.

Sobre a Internet, todos afirmaram que o uso da web passou a ser feito pouco tempo depois dos primeiros contatos com o computador. Na época, com a chamada internet discada ligada a uma linha telefônica, os acessos eram limitados e os próprios usos também. Natanael Pantoja, Rafael Carneiro e Rafael Galdino, por exemplo, diziam que usavam mais como entretenimento e para “entrar” nas salas de bate-papo. Natanael e Galdino relatam por exemplo a entrada “no antigo VP, Vídeo Papo da Teleceará”. Porém, nessa época, mesmo nas entradas em bate-papo, alguns deles como Natanael Pantoja e Mário Aragão, assumiram que já ocupavam alguns postos de liderança em

canais (salas de bate papo) como o MIRC, onde atuavam na função de OPs – Operadores de canais. Natanael, por exemplo, confessa que fazer parte desses canais dava a eles, pelo menos no colégio, alguma popularidade.

Desde aquela época eu já gostava de fazer as coisas crescerem. A gente era conhecido no colégio. Olha lá os OPS do canal tal. Isso aí dava ibope. Na verdade a gente procurava mais ibope do público do que ganhar alguma coisa na internet. Descobri como baixar mp3 pelo MIRC. Era uma ação em rede. (NATANEL PANTOJA, Entrevista, 2011).

Natanael Pantoja, Mário Aragão e Rafael Galdino sustentam, por exemplo, que a participação nesses fóruns de discussão, troca de informações e até mesmo o aspecto colaborativo já traziam um pouco características da ação em rede. Mário, por exemplo, relata que seu contato com a internet se deu através de um emprego. Na empresa onde atuava, (empresa de planejamento e produção de cozinhas industriais), aos 18 anos, havia uma carência de profissionais que tivessem conhecimentos técnicos em um software de diagramação de imagens. Mário topou assumir o cargo no sentido de aprender o manuseio do software e para isso precisou instalar a internet no seu computador. A ideia era, como não havia profissionais em Fortaleza que tivessem aquele conhecimento específico, conversar e participar de fóruns com outros profissionais espalhados pelo Brasil para ter acesso a informações técnicas. Para Mário, esse aspecto colaborativo da rede, sempre foi o que lhe chamou a atenção. “Em 1997, eu já começava com esse lance da colaboração... Era muito legal” (MÁRIO ARAGÃO, Entrevista, 2011).

Para blogueiros como Emílio, que disse que só veio ter acesso à rede mesmo na chamada fase adulta, e Christiano Milfont, os usos iniciais da internet até incluíam bate-papo. Porém, ambos creditam seus acessos mais a questões informacionais. Enquanto Emílio gostava e sempre gostou de acessar conteúdos, portais, Milfont já qualificava seu acesso como moderado, “eu era o perfil do nerd” (CHRISTIANO MILFONT, Entrevista, 2011), usando o termo para caracterizar um uso mais contido, avesso até aos chamados bate-papos.

Esse momento da conversa se mostrou bastante rico. A partir dessas informações, foi possível localizar os realizadores da ação dentro de um corte geracional. Oliveira (2010) aponta que, com a ascensão de áreas como a microeletrônica, informática e telecomunicações, foi possível visualizar o nascimento

de uma nova geração com foco em ambientes de tecnologias e comunicação instantânea. Formada por indivíduos que nasceram em meados dos anos 1980 até o final dos anos 1990, esse corte ficou conhecido como Geração Y. Estes jovens apresentam como principais características a curiosidade e o questionamento, são extremamente informados, criativos, buscam novas experiências, têm uma necessidade constante de conhecimento, são focados nos relacionamentos e na busca por conexões, necessitam de comunicação incessante, desenvolvem projetos curtos e imediatos e possuem uma alta rotatividade de empregos. De fato, os realizadores fazem parte deste corte: metade dos entrevistados nasceram próximo dessa faixa etária e todos, pelos relatos, apresentam muitas dessas características.

Os sites de redes sociais só viriam a fazer parte da rotina de acessos dos usuários, lógico, com a chegada deles. Como toda novidade, os blogueiros rapidamente aderiram às chamadas redes sociais on-line. Rafael Galdino, lembra, que quando ouviu falar do *Orkut* achou a ideia fenomenal, aliás, foi o site *Orkut* que apareceu como o mais citado entre os blogueiros como o primeiro a ser acessado, embora nomes como Mário Aragão e Rafael Carneiro citem que canais como MIRC e ICQ, se fossem considerados como redes sociais, essas seriam então as suas primeiras redes acessadas.

Atualmente, os blogueiros possuem perfis em vários sites de rede sociais. “Tenho um perfil para cada site de acordo com o meu interesse, uso o *Facebook* para relacionamentos e divulgação de produtos, *YouTube* como ferramenta de vídeo e divulgação da empresa, *Linkdein* para o perfil profissional e o *Twitter* para trocas e buscas de informações (RAFAEL GALDINO, Entrevista, 2011).

Milfont declara que no ano de 2008 chegou a trabalhar no desenvolvimento de uma rede social que se assemelha hoje aos projetos de sites de compras coletivas. Neste mesmo ano, trabalhou com o desenvolvimento de aplicativos para redes sociais digitais já existentes e que, por este motivo, passou a estudar mais a fundo o próprio conceito de redes sociais e ler livros de estudiosos da área. Em determinados momentos da entrevistas, Milfont, por exemplo, citava algumas teorias como a de “seis graus de separação”, aqui já explicitada no primeiro capítulo e usava termos bem específicos da área, como “pares”, para falar dos relacionamentos entre usuários na web. Milfont, devido aos estudos voltados para a área acabou se cadastrando em vários sites de rede sociais do mundo. “Tenho conta até em rede social da China, eu queria ver como era o funcionamento dessas redes” (CHRISTIANO MILFONT, Entrevista, 2011). Hoje, muitos desses perfis estão sem uso. Milfont também relata que para cada site de rede

social cadastrado e com uso ativo, ele destina uma função. “O *Last.fm* uso para ouvir músicas, rock clássico; o *Twitter* para seguir pessoas da profissão e porque é um canal rápido” (CHRISTIANO MILFONT, Entrevista, 2011). Já sites como *Orkut*, Milfont declara que já usou bastante, mas que o site hoje virou “terra sem lei, principalmente por causa dos spams... o *Orkut* morreu!” (CHRISTIANO MILFONT, Entrevista, 2011).

Esta fala dos realizadores vai ao encontro do que aqui já foi explicitado no primeiro capítulo quando recorro à Raquel Recuero (2009). A autora explica que um dos elementos importantes para a compreensão dos usos nos sites de redes sociais está na percepção de que as diversas plataformas de redes não necessariamente representam redes independentes entre si. Na prática, isto significa que um mesmo usuário utiliza diversos tipos de redes sociais com diferentes objetivos, isto é, o uso dessas ferramentas não são complementares, servem para propósitos diferentes. Outro ponto observado pela autora é que o uso de uma mesma ferramenta pode variar de acordo com o grupo observado, e isso é importante também na compreensão dos usos das plataformas de redes. “A apropriação pode variar de acordo com o grupo que está utilizando o site”. (RECUERO, 2009, p.106).

É interessante essa “flexibilidade” e percepção em relação a estes usos, se pensarmos, por exemplo, no caso dos sete realizadores: Recuero e Zago (2009), avaliam os usos dado à ferramenta *Twitter* pelos brasileiros. As autoras concluem que duas apropriações predominantes são feitas na ferramenta: conversacional e informacional. Assim, um dos valores observados no uso da plataforma está no acesso à informação que depende das conexões que são feitas no sistema. “*Tweets* que trazem informações são especialmente úteis à rede social. Eles permitem o acesso a novas informações, a novas discussões e, por isso, auxiliam na construção do conhecimento” (RECUERO e ZAGO, 2009, p. 86).

O trabalho sugere então que o *Twitter* é uma ferramenta na qual se busca e se repassa informação. Quanto ao uso conversacional, o segundo maior uso observado pela autora, isto é, o uso do *Twitter* para conversar diretamente com outros usuários, Recuero e Zago (2009) ressalta que este valor está diretamente ligado a valores relacionais, serve para aprofundar os laços sociais presentes na plataforma.

Esses valores também estão conectados com a expressão pessoal no sentido de que esta proporciona aos atores o aumento da intensidade e da intimidade dos laços sociais, bem como influencia a reputação e a visibilidade pelo conteúdo de frequência de postagens. Finalmente, as conexões que são obtidas e mantidas por meio da conversação

também podem agregar reputação, acesso à informação e conhecimento aos atores sociais, pois se proporciona um espaço de discussão (RECUERO e ZAGO, 2009: 87).

Este é um ponto de reflexão interessante em relação à apropriação realizada pelos tuiteiros. Em um momento da entrevista, questionei aos seis entrevistados qual o uso que eles davam a mais à ferramenta *Twitter*. Atualmente, todos responderam, perceber e utilizar o *Twitter* majoritariamente com o uso informacional, isto é, como espaço onde há intenso fluxo de informações e onde trocam informações mais que conversam com outros atores. Porém, pode-se concluir, por exemplo, que foi o uso conversacional feito por eles inicialmente que permitiu a troca de ideias, o debate, transformou o *Twitter* em uma esfera de discussão e proporcionou o início da ação #BuracosFortaleza. O que confirma que os tuiteiros creditam à ferramenta pelo menos esses dois valores. E, quanto à afirmação de que grupos diferentes fazem usos diversos de uma mesma ferramenta, creio não haver dúvidas, afinal, a própria definição de apropriação aqui pensada no primeiro capítulo contempla o fato de que uma plataforma é apropriada quando passa a fazer sentido para determinado grupo/coletivo e estes sentidos podem variar de grupo para grupo/ de rede social para rede social. Sobre os laços que se estabelecem na rede, mais à frente abordo o tema ligado à questão das apropriações.

Em outro determinado momento da entrevista foi perguntado aos personagens o que eles entendiam por cibercultura. Aquele era o gancho para começar a falar mais a fundo sobre apropriações na rede, questionar os atores sobre uma fala que por eles não é institucionalizada, afinal, eles não se propagam como pesquisadores e/ou especialistas na área, embora, alguns deles, em alguns momentos, se transportavam do lugar de sujeito da ação para o de um analítico do contexto cultural e digital que estamos vivendo, mais especificamente voltados para ferramentas da web. Porém, creio nem ser possível afirmar que eles não o sejam, as respostas a esse questionamento mostrou-se um dos momentos mais interessantes das entrevistas.

Cibercultura... (pausa)... Inclusive tem um livro que fala disso e eu acho que eu tenho esse livro, só que eu nunca li... (pausa). Eu tenho algo a falar sobre isso... (pausa) Seguinte, recentemente eu fui indagado por uma psicóloga sobre... Ela fez a seguinte pergunta: Natanael, eu sou muita tua amiga não sou? É! Se eu entro no msn ou tu me vê on-line no *Facebook* ali, e eu não digo nada contigo, passo o dia lá, eu e tu, e a gente não se fala, tu fica com raiva de mim? Eu disse: não, não fico. E por que algumas pessoas ficam? Eu disse assim... Porque a cultura dos relacionamentos estão totalmente mudadas já, esta cultura já está

mudando... Então se você passa na rua e não me cumprimenta eu me sinto mal, certo? Se você passa na internet e não me cumprimenta, eu tb me sinto mal, certo? Só que é o seguinte, para mim - eu trabalhei isso na minha cabeça - eu não posso me sentir mal porque o cara não falou comigo na internet. Para mim, cibercultura é exatamente isso: é você trazer para o mundo real, algo que é virtual. É quando você tenta transformar o seu mundo real baseado no virtual. Hoje em dia, as pessoas, até o linguajar (sic) tem mudado. Ninguém pede mais telefone, é: me dá teu *Facebook*. É mais fácil você achar o cara no *Twitter*, no celular conectado a todos as redes sociais que achar o cara na rua. Então cibercultura para mim é isso. É trazer do virtual para o real e tentar transformar de uma forma que você acha interessante (NATANAEL PANTOJA, Entrevista, 2011).

Em outra resposta, também esclarecedora, Mário Aragão relatou:

Pessoal acha muito que existe duas realidades neh (sic)... uma virtual e uma real. Eu não costumo separar. Acho que o que você faz lá no computador é só uma extensão do real. Então, não existe uma divisão das duas, é uma só com um acesso diferente... Lá o que você tem é uma capacidade ampla de comunicação. Ir para outro país do lugar. (MÁRIO ARAGÃO, Entrevista, 2011).

Já Emílio Moreno preferiu dar ênfase a elementos como conexões e colaboração.

Não vou saber definir em um termo acadêmico... Mas penso que é toda essa interconexão que estamos vivendo, de você ter uma coisa em transformação o tempo inteiro. Sou fascinado por essa questão de redes, dessa coisa de você se conectar com várias pessoas. Sou de uma época que você só podia falar com amigos de outro país através de cartas, hoje você pega o iphone e já fala... Percebo a cibercultura como essa coisa interconectada. Essa experiência de você dividir os seus momentos, suas informações. É você está conectado (EMÍLIO MORENO, Entrevista, 2011).

O interessante nas falas dos realizadores é que mesmo sem a definição acadêmica literal que já vimos aqui através de autores como Pierre Lévy e André Lemos (2010), e pegos de surpresa (esse era o momento da entrevista em que eles mais se surpreendiam – “agora você me pegou” (CHRISTIANO MILFONT, 2011)) eles conseguem retirar características fundamentais das definições dos estudiosos da área: nas falas de Natanel e Mário fica claro, por exemplo, o reconhecimento de que há uma transformação cultural em curso, mas que não é apenas fruto de uma cultura isolada que se encerra por si só na própria internet, isto é, a cibercultura é resultado dessa configuração da cultura oriunda dessas novas conexões. “Sempre que podemos emitir livremente e nos conectar a outros, cria-se uma potência política, social e cultural: a potência da reconfiguração e da transformação” (Lemos e Lévy, 2010: 27). De acordo

com Lemos e Lévy (2010), é essa potência da transformação ligada à da conexão e da emissão que permite fazer com estes usuários pensem de maneira mais colaborativa, plural e aberta. Ainda sobre suas falas, há também a ênfase nas características como as conexões (elemento fundamental de um site de rede social – Recuero, 2009 e uma das três potências da cibercultura – Lemos e Lévy, 2010) e as redes (aqui, vista nas falas de autores como Castells, 1999 e Raquel Recuero, 2009). É interessante notar que a noção dos blogueiros – acertada - da ideia de cibercultura, acaba sendo trazida por sua própria vivência cotidiana e relacional com as plataformas digitais e a internet e não pelas leituras de artigos e livros oriundos da área. Mesmo sem o conhecimento acadêmico, quando indagados, eles conseguem construir um raciocínio que vai ao encontro de autores referência para a área, e essa ideia é elaborada a partir da experiência.

A partir de então, nas entrevistas começava a explorar mais a fundo as questões que envolveram diretamente a ação #BuracosFortaleza. Uma das primeiras tratava-se da apropriação do *Twitter*, isto é, tentar entender como eles conseguiram enxergar a “brecha” deixada pela ferramenta e desviar seu uso voltando-a especificamente para os interesses da ação.

E, logo de início, aqui se desfaz uma das primeiras hipóteses que norteou esse trabalho. Talvez por ter me utilizado de autores que ao longo da pesquisa mesmo já reconheci assumirem um tom otimista em suas análises, caso de Michel de Certeau (2008) e sua teoria das apropriações e até mesmo de Pierre Lévy (1999) que tem seus estudos ainda muito dentro da fase de pesquisas da web com o olhar voltado para o futuro, para o que a internet vai ser, apesar de não descartar em suas análise, o atual estado da web (seu último livro, por exemplo, chama-se *O Futuro da Internet* – 2010), é possível que tenha me contagiado por este tom.

Ao partir para o campo (as entrevistas), pensei que a apropriação traia o tom do imprevisto, do espontâneo e astucioso de De Certeau (2008) e que para reconhecer assim a prática apropriativa, por trás da ação encontraria sim jovens criativos, inseridos neste chamado processo rápido de circulação das informações, focados nas conexões, nos fluxos, na produção colaborativa. Mas, pelo próprio teor da ação #BuracosFortaleza que, inicialmente para mim, tinha uma característica forte do inusitado, pensei que também me depararia com personagens, usuários ainda próximos do que De Certeau (2008), com base em Freud, chama de “homem ordinário”, o “herói comum”, que tem muito da “criação anônima”, da “inventividade do mais fraco” que nasce da prática, do desvio do uso desses produtos. Ficou claro que é possível sim encontrar nestes

personagens e nesta ação características desta “arte de fazer”, de quem abre caminho nos usos dos produtos impostos, de quem reinventa o cotidiano, de quem altera códigos, de quem se reapropria do espaço e do uso do seu jeito. (DE CERTEAU, 2008). Mas, não cabe deixar de lado que os personagens apresentam características muito mais fortes desta chamada Geração Y, ativa, com excedente informativo, que pensa suas ações focadas no coletivo e na colaboração, que se centra nos relacionamentos e nas conexões.

Foi possível perceber esses elementos e como a hipótese saiu para “a rua” ainda calcada no otimismo, através de falas como a de Rafael Galdino que, ao ser indagado sobre como descobriram a potência (outras possibilidades) do site de rede social *Twitter*, relatou: “A gente queria que quanto mais pessoas acessassem o #Buracos melhor, então a gente usou de todos os meios possíveis e cabíveis para divulgar a ação” (RAFAEL GALDINO, Entrevista, 2011). Rafael Carneiro completa: “Chegamos a enviar para alguns jornalistas.. fizemos com que alguns tuiteiros famosos da cidade retuitassem a ação” (RAFAEL CARNEIRO, Entrevista, 2011). Nas falas, começava a ficar claro que os realizadores não tinham a consciência do quanto a ação repercutiria na época, Emílio Moreno, por exemplo diz que o movimento foi espontâneo, despretensioso, chega a qualificar até como “ingênuo”, mas, tem a ciência que utilizaram seus blogs como ponto de partida para repercutir o movimento o ao máximo e que sabiam da potência da plataforma *Twitter* em “viralizar” a ação, por isso o investimento em tags e retuites. Contudo, pelas falas também ficou claro que à medida que o movimento crescia e os realizadores sentiam o “contágio do vírus”, eles investiam mais na repercussão via *Twitter* e blogs da ação.

Natanael Pantoja, por exemplo, assume que sua função na ação, basicamente, foi trabalhar nessa repercussão, pelo menos nas ferramentas: “O Milfont entrou em contato comigo através de e-mail... aí eu divulguei no blog, divulguei no *Twitter*. Retuitava cada ‘buraco’ que vinha, retuitava, retuitava, retuitava... Meu trabalho no #BuracosFortaleza foi isso” (NATANAEL PANTOJA, Entrevista, 2011). Se o trabalho em divulgar em blogs e em seus perfis no *Twitter* era consenso, contudo, o fato de ter havido uma divulgação direta para a imprensa não ficou claro. Enquanto Rafael Carneiro, Rafael Galdino e até Christiano Milfont confirmaram ter havido um contato e disparo de releases para agências, Emílio diz nunca ter enviado diretamente e por iniciativa própria materiais para os jornais. O que houve, segundo ele, era que, pelo fato de ser da área, havia sim um contato mais próximo com os jornalistas e ficou a cargo dele fazer essa espécie de assessoria.

Aliás, outro ponto interessante é que, o fato de o grupo nunca ter se encontrado (todos os sete até hoje nunca se reuniram, mesmo morando na mesma cidade) fez com que as motivações e o próprio entendimento da ação para alguns realizadores variassem bastante.

Na época o intuito era ser um guia para a gente, ah se a gente fosse para uma avenida tal que a gente não conhece era só entrar no mapa e ah, bem ali tem um buraco grande, onde as pessoas descreviam o tamanho do buraco, então tinha como saber se aquilo tinha como causar um dano alto para o carro. Então aquilo ali era mais como um guia para os condutores da cidade (RAFAEL CARNEIRO, Entrevista, 2011).

Porém, para Natanael Pantoja, a ideia tinha outro sentido:

Para quem que aquilo ia servir? Para mim não ia servir de nada. Como motorista não. Para Prefeitura sim que tinha agora os buracos mapeados. Servia para mim se o mapa fosse ligado a um GPS e quando eu estivesse próximo a um buraco ele avisasse: atenção, um buraco! (NATANAEL PANTOJA, Entrevista, 2011).

Esse foi um dos pontos em comum em quase todos os realizadores quando indagados sobre o que gostariam de ter feito na ação e que não foi possível ser realizado na época. Talvez, segundo eles, se tivessem investido em aplicativos móveis, um iste específico explicando sobre a ação (o principal site usado com este fim foi o blog de Emílio Moreno). Mas, eles mesmo reconhecem um problema contextual. É que o mapa permite aplicações como adições de imagens e fotos, “mas à época aparelhos como smartphones, tablets ainda não eram tão populares por aqui” (RAFAEL GALDINO, 2011). Indagados se com esta tecnologia disponível hoje a ação repercutiria mais, Milfont responde: “Talvez não, hoje os mapas colaborativos não são mais novidade assim e o *Twitter* estava em plena ascensão no Brasil naquela época” (CHRISTIANO MILFONT, Entrevista, 2011).⁵⁸

Pelos dados colhidos e relatados acima, aqui se assume um pouco da modificação da hipótese de partida do trabalho. Os realizadores da ação, claro carregavam consigo elementos próximos e semelhantes aos do “homem ordinário” do De Certeau (2008), principalmente no que concerne a características como a

⁵⁸ Milfont tinha razão. Matéria publicada pela Revista Info da editora Abril, em outubro de 2009, demonstrava o quanto os sites *Twitter* e *Facebook* estavam crescendo no Brasil e tornando-se cada vez mais populares. <http://info.abril.com.br/noticias/blogs/info/revista-info/Twitter-Facebook-ou-Orkut/>

espontaneidade da ação, a surpresa na repercussão e a descoberta da potência da apropriação realizada na prática, no fazer! Mas, não há como negar que esses mesmos jovens também tinham conhecimento pleno do que estavam fazendo e das potências das ferramentas utilizadas, embora, às vezes, tivessem dificuldades até de manuseá-las. “Eu nem sabia mexer no mapa, tive que aprender (EMÍLIO MORENO, Entrevista, 2011)”.

Se estes jovens realizadores traziam consigo muito da chamada Geração Y, calcada na criatividade, na colaboração, nas conexões e na informação, mas também não deixavam de trazer algumas características do ordinário, do desvio, dos golpes, das astúcias, do inventivo do De Certeau (2008), onde poderíamos então localizá-los? Em uma espécie de Limbo entre a “arte de fazer” (DE CERTEAU, 2008) e o “excessivo conhecimento” (OLIVEIRA, 2010). O fato é que esta ida ao campo (as entrevistas, os relatos) e a identificação destes realizadores - “o homem ordinário do hoje?” - me fez reconhecer alguns atributos da própria ação como: não entendê-la totalmente como imprevista, há pontos sim de espontaneidade, mas há momentos também de ações propositivas, planejadas; há sim o desvio da ferramenta, o encontro da brecha, mas este já era de conhecimento pelo menos inicial dos realizadores que, ao “fazer” a ação, se surpreenderam até onde ela conseguiu chegar, o que implica na descoberta da potência na prática; mas há também uma alteração de objetos, de códigos, dos modos de se apropriar.

Mas, faço aqui uma indagação: é possível pensarmos que no momento em que os sete realizadores apropriam-se da ferramenta *Twitter* para além do que lhes foram dado - isto é, como uma ferramenta - chave parte de uma ação de manifestação contra um problema estrutural da cidade – e conseguiram fazer com que outros usuários também realizassem a mesma apropriação – marcarem no mapa buracos encontrados na Capital, e depois, postar no *Twitter* sua participação e além disso adicionar a tag #BuracosFortaleza para demonstrar que estava fazendo parte da ‘rede’ e assim, contribuir para sua ampliação; é possível pensar que este grupo, como em uma espécie de contágio, através de suas conexões iniciais tenham feito os outros usuários se apropriarem (pelo menos enquanto estavam participando da ação), do *Twitter* da mesma forma? É possível pensar então em uma chamada “apropriação em rede” proporcionada pelo caráter P2P da ferramenta? Ou, estaríamos falando apenas de um grupo, e não de uma rede social, que ao integrar mais pessoas a este coletivo fez com que estas pessoas acabassem realizando a mesma ação quase que por repetição?

A questão inicial é que, como foi visto no primeiro capítulo, há sim uma diferença entre rede e grupo. Um grupo, como afirmam Christakis e Fowler (2010), pode ser definido por um atributo, uma característica (mulheres, homens, advogados) ou por uma “coleção” de sujeitos nos quais podemos apontar e encontrar um elemento em comum (algumas pessoas esperando para entrar no banco constituem um grupo). Já uma rede social é totalmente diferente, como o grupo, é sim uma coleção de pessoas, mas inclui algo que um grupo pode não apresentar (e mesmo assim não deixar de ser grupo): um padrão específico nas conexões. São esses laços e o padrão específico deles que permitem a uma rede social fazer coisas que um grupo não faz.

Sobre os laços que se constituem na internet, Recuero (2009) explica que, muitas vezes, são laços que também são mantidos no espaço offline, o que demonstra o potencial da internet de aprofundar essas conexões através da interação mediada, mas a própria internet oferece uma variedade de lugares onde é possível estabelecer novos laços. Porém, os laços, formados pela interação social entre os atores, são o que constituem as conexões. Não é possível mais aqui perceber, por exemplo, o padrão específico dos laços estabelecidos pelos atores no momento da ação #BuracosFortaleza no *Twitter*. Os motivos seriam os mesmos, dados pela impossibilidade da realização de uma etnografia (o momento da ação já passou e não há memória no site). Mas, é preciso entender que a ação ocorreu em um site de rede social que, como bem lembra Recuero (2009), é exatamente composto de atores e conexões, logo, de laços. E, portanto, estamos sim diante de uma rede, aliás, a ação (entendendo que a plataforma de rede *Twitter* foi a mais importante para o seu desenvolvimento) deve muito de sua realização à natureza da ferramenta ou o que ela proporciona: redes. Uma pergunta feita durante o questionário exemplifica um pouco como esses laços podem ter sido aprofundados ou criados pelo menos na relação “usuário que tomou conhecimento da ação – realizador da ação”. Indaguei aos realizadores se o número de seguidores deles aumentaram. Emílio Moreno, Christiano Milfont, Mário Aragaão e Rafael Galdino disseram que sim, porém, Milfont fez algumas ressalvas: “Aumentou daquele jeito, ganhei cinquenta seguidores, mas um mês depois perdi. Talvez porque meu perfil seja muito específico” (CHRISTIANO MILFONT, Entrevista, 2011), explica o entrevistado fazendo alusão ao fato de postar cotidianamente em seu perfil no *Twitter* assuntos relacionados à tecnologias. Já Rafael Carneiro foi econômico, porém direto em sua resposta: “não, não aumentou não” (RAFAEL CARNEIRO, Entrevista, 2011).

Sobre as apropriações, fazendo uso das observações de Thompson (1995), já foi dito aqui no primeiro capítulo que, enquanto processo comunicacional, essa prática contempla os contextos sócio-históricos no qual está inserida, está ligada à presença de competências, é uma prática situada, mas é também um processo de interpretação e incorporação diária que estabelece uma “virtual comunidade de ouvintes”. Além disso, a ideia de “imitação” já está prevista dentro do próprio conceito de apropriação como vimos em Burke (2003). Se, dentro da lógica de redes, das conexões é possível a reação em cadeia, a ideia do contágio (CHRISTAKIS E FOWLER, 2010) e se dentro da Teoria Ator Rede, trazida no primeiro capítulo, a apropriação é, para além do processo comunicacional, parte fundamental da trama, por que ela não poderia ser também viralizada? Eu defendo que sim.

Por fim, abordo aqui outro ponto de partida presente neste trabalho, a relação da apropriação do objeto de estudo com a cidade de Fortaleza. Por uma questão da “natureza” da própria ação, outra “hipótese” que também norteou minhas pesquisas e não chamaria propriamente de hipótese, mas de um elemento componente da ação era de que o fato de expressar e ser uma manifestação, mesmo que temporária, contra o que a cidade enfrentava fazia com que a prática apropriativa em estudo trouxesse um dos elementos que compõe a apropriação na visão de Thompson (1995) quando diz que a ação apropriativa é uma prática situada e está imbricada com o lugar do qual faz parte, isto é, a prática em análise trazia consigo uma estreita relação com a cidade, com o espaço urbano e com seus problemas de urbanização.

Por se tratar de uma ação que reclamava a quantidade de buracos na cidade de Fortaleza, era natural que a apropriação realizada estivesse associada aos problemas de urbanidade e, ao mesmo tempo, deflagrasse a relação desses usuários de insatisfação com o atual momento em que a cidade se encontrava. Mas, o que gostaria de abordar neste momento era até que ponto esta relação de insatisfação, até de frustração com a cidade de fato motivava a apropriação, se outros elementos, presentes e característicos nos “atores” dos sites de redes sociais e, especificamente no *Twitter*, como popularidade e reputação, como visto aqui no primeiro capítulo (RECUERO, 2009), também não estariam presentes na ação.

Para isso, algumas perguntas como a relação que os realizadores tinham com a cidade, com a própria rua, como enxergavam Fortaleza foram feitas. A maioria das respostas foram baseadas em uma relação com a cidade atualmente marcada pela frieza. Logo na primeira entrevista, com Emilio Moreno, essa associação ficou clara.

Eu tenho uma frustração de fortaleza de não ocupar a rua como eu vejo outras pessoas fazendo isso por exemplo no Rio de Janeiro... cidade onde nasci... Como ando muito a pé, não só na zona nobre, ando a pé em todo o lugar... É impressionante como você não vê as pessoas caminhando andando na rua (EMILIO MORENO, Entrevista, 2011).

Foi na entrevista com Emílio que me deparei que esse elemento (relação com a cidade) poderia também ser evidenciado ao questionar dos realizadores da ação a relação deles com a noção de rua, já que os buracos, para serem marcados, precisavam ser identificados através, exatamente, das ruas onde se encontravam.

“Rua para mim hoje é passagem” (RAFAEL GALDINO, Entrevista, 2011). “Andava muito pouco na rua em Fortaleza” (NATANEL PANTOJA, Entrevista, 2011), revela o entrevistado sobre o período da ação em que ainda residia na cidade. Natanael também falou que basicamente andava em pontos muitos específicos de Fortaleza. “Era casa, trabalho, alguns bares com amigos... sempre nos mesmos lugares” (NATANAEL PANTOJA, 2011). Essa afirmação lembra a fala de Martín-Barbero (2004) para quem a cidade, com a chegada das novas tecnologias, parece pequena por nos dar a sensação de trafegar sempre nos mesmos lugares, já que as conexões de fato são feitas através dessas tecnologias. Quando indagados se eles redescobriram um pouco de Fortaleza com a ação, Galdino revela que “sim, mas não me fez voltar a ter uma relação com Fortaleza mais próxima, o problema continua não é” (RAFAEL GALDINO, Entrevista, 2011).

As falas dos realizadores demonstravam uma relação com a cidade próxima mesmo a de que Martín-Barbero (2004) revela em seu *Ofício do Cartógrafo*, relações mais pautadas nas conexões que nos encontros; numa cidade que lhes parecem menor que de fato é. Porém, não há dúvidas que no momento em que a ação foi realizada, os realizadores de fato se reencontraram com a cidade, com o espaço público, com as ruas, mesmo que momentaneamente, mesmo que no factual. Mas, há entre os realizadores, além de Emilio que revela seu flunar pelas ruas, aquele que conseguiu trazer, posteriormente à ação, o reencontro com o espaço público ou pelo menos repensá-lo como seu:

Eu acho que hoje eu estou mais próximo da rua e do bairro do que antes, que antigamente... A história dos buracos me fez olhar mais as ruas de fortaleza, com certeza... Hoje eu participo do movimento de bicicleta, saio a noite de bicicleta e você contempla a cidade, você realmente vê as ruas da cidade (MÁRIO ARAGÃO, entrevista, 2011).

Revelou Mário Aragão, o publicitário, hoje analista de sistemas, que sempre gostou de espacializar os dados.

4.6 Como termina a história... O fim do percurso?

A Prefeitura, segundo relatos dos realizadores, chegou a ir na imprensa e reconhecer a existência do mapa (não há matérias em jornais com esta fala oficial), embora no blog de Emílio Moreno haja uma citação de um contato de uma das regionais da Prefeitura dizendo ter conhecimento do mapa e que estava monitorando esses mapeamentos.

No final de 2009, a Prefeitura de Fortaleza publicou um relatório onde no ítem questões urbanas registrava os detalhes da ‘Operação tapa-buracos’⁵⁹: 73 equipes trabalharam durante cerca de sete meses, foram gastos R\$ 22 milhões de reais dos R\$ 23 milhões anunciados em coletiva no início do ano; foram realizadas mais de duas mil intervenções e utilizados 16 mil toneladas de asfalto.

A ação não teve continuidade, no sentido dos realizadores se esforçarem, como na época, para a participação e adesão de outros usuários. Segundo eles, várias foram as motivações, desde a noção de que ao realizar a manifestação o objetivo que era gerar indignação e chamar atenção para o problema foi cumprido, até à falta de tempo e dispersão dos realizadores.

A minha frustração hoje já disse isso recentemente é que a gente está vivendo o mesmo cenário de 2009, e aí eu nem sei por que também as pessoas não se apropriam mais do mapa, até hoje ele é marcado, mas eu não sei assim, ninguém... Talvez nem a gente tomou para si divulgar o mapa de novo, mas a minha frustração maior hoje é ver que está se repetindo e que não houve na época e nem hoje nenhuma apropriação do poder público... O poder público poderia ter se apropriado do mapa para apontar os lugares onde estavam todos os buracos tapados... Uma questão de satisfação ao público, uma satisfação do trabalho que está sendo feito. (EMILIO MORENO, Entrevista, 2011).

Atingimos um pico muito grande de audiência... Mas beleza, chegamos naquele ponto e cada um tocou sua própria vida, ninguém nem mais tocou no assunto, ninguém provocou mais nada... Nós não tomamos uma ação de orquestrar a ação depois, ficamos esperando, talvez, que as outras pessoas iam abraçar... (CHRISTIANO MILFONT, Entrevista, 2011).

⁵⁹ O balanço pode ser encontrado neste link: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/images/arquivos/balanco-2009.pdf>

Eu, bom, eu tenho que ter algum incentivo para continuar a ação... Por que eu não continuei mapeando os buracos, porque eu não vi retorno, você não vê satisfação, prestação de contas.... Eu parei... Isso aqui já deu o que tinha que dar. (NATANAEEL PANTOJA, Entrevista, 2011).

Na realidade a gente deixou na mão da população, não continuou mais divulgando... Talvez, pela correria do dia a dia, mas que a ação foi feita foi, o burquinho que eu acho que a gente queria gerar, gerou e acho que até foi mais que achei que geraria, a ponto da Prefeitura se incomodar e ir na mídia falar que tomaria providências... na minha opinião, já estive entregue o serviço à população e que eles poderiam coordenar a partir dali (MÁRIO ARAGÃO, Entrevista, 2011).

Mais de dois anos depois, Fortaleza enfrenta os mesmos problemas relativos aos buracos. Em matéria recente publicada pelo jornal O Povo ⁶⁰, em fevereiro deste ano, a publicação percorreu quatro grandes avenidas da cidade e, assim como em 2009, constatou inúmeras “intervenções”. “Foram identificados 210 buracos só nas principais vias” (210 BURACOS EM QUATRO GRANDES VIAS, O POVO, 2011).

O mapa continua on-line e sendo atualizado. Já conta com mais de 250 mil visualizações, mas não há atualizações com a frequência e atividade da época da ação, além disso, não é mais citado como em 2009, nem mesmo pela imprensa local. Em busca no “search”, canal de buscas do *Twitter*, ao procurar menções pela tag #BuracosFortaleza, a ferramenta acusa nenhum resultado encontrado.

⁶⁰ A matéria pode ser acessada neste link:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/02/08/noticiapoliticajournal.2099440/210-buracos-em-quatro-grandes-vias.shtml>



Figura 15: Print atual do Mapa na ferramenta Google Maps – Imagem retirada em 15 de agosto de 2011

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o princípio desta pesquisa, mesmo ainda sem um objeto (caso) definido, uma premissa sempre norteou este trabalho: ele se trataria de um estudo sobre apropriações, sobre a prática apropriativa. Não era sobre os sujeitos, os usuários e o modo como recebiam, entendiam o ato de usar as ferramentas; não era sobre a cidade e nem sobre as relações que ela impunha a esses sujeitos, era sobre a prática, sobre a ação. O que sempre me motivou a estudar especificamente o caso #BuracosFortaleza foi o olhar inicial de que ali, naquela apropriação havia elementos que me instigavam a lançar um outro olhar sobre ela. Ao mesmo tempo que considerava a manifestação uma ação imprevista, inusitada, astuciosa via nela a cidade, a rede, os sujeitos mas de modo transversal, como elementos que unidos davam a esta apropriação um tom singular.

Talvez por esta “empolgação” inicial, confesso, posso ter ido a “campo” infectado um pouco por essas convicções, mas não deixava de ser a minha “hipótese”.

Isto é, parti para a coleta de dados levantando a idéia de que a apropriação #BuracosFortaleza apresentava esses elementos já citados: a cidade, a rede mas era, prioritariamente, uma ação marcada pelo imprevisto, pelo inusitado e que os usuários por trás dela eram como os “homens ordinários” de De Certeau (2008), o mais fraco contra o mais forte, àquele que encontrava a brecha e fazia do espaço do outro, o que dava ainda mais uma matiz astuciosa à ação.

Como estratégia metodológica escolhida e até solicitada pelo objeto (o site Twitter, ferramenta considerada pelos realizadores fundamental para a ação, não guarda memória), a forma encontrada de reconstruir a prática apropriativa, de ter acesso à apropriação no principal campo de realização era através da memória de seus desenvolvedores. Através deles, de seus relatos revisitava a história, e ao entender um pouco a própria trajetória de usos e apropriações desses usuários, poderia compreender mais ainda a ação.

Depois das entrevistas, vieram as reflexões... E pensando o caso #BuracosFortaleza, creio ter sim se tratado de uma ação criativa, inusitada, imprevista para o contexto que estava se vivendo e de certo modo, ativou um status de alerta do poder público que no “time” do contra tinha a chamada oposição e as matérias recorrentes dos veículos ditos tradicionais. A manifestação caiu como uma espécie de oxigênio para dar mais “frescor” à discussão, para reativá-la de um modo não previsível, para afetar o cotidiano dessas forças organizativas.

Para a ferramenta Twitter também foi um uso imprevisto, não pensado anteriormente pela plataforma. Utilizar a ferramenta para contagiar ainda mais usuários e fazê-los aderir à campanha, foi bem para além do que o site propunha os usuários a fazer na época: postar o que estava fazendo, se bem que, comunicar sua participação na ação e viralizá-la, de algum modo, era também responder a esta pergunta. O fato é que a brecha tinha sido usada, porém, ela não foi “descoberta”. As entrevistas com os usuários permitiram compreender que eles já sabiam dessas outras potencialidades e competências da ferramenta, o que não confere à ação o caráter “ordinário”, quase no sentido de “puro”, ao qual eu pensei em encontrar. Um pouco de ingenuidade da minha parte, afinal, ao partir para o estudo onde as práticas apropriativas são realizadas por jovens sedentos por informação, produtores diários de conteúdos, com intenso potencial crítico e político (por quê não?), era de se esperar que eles apresentassem muito mais da

Geração Y de Oliveira (2010) que do “homem ordinário” de De Certeau (2008), o que não impediu de encontrar nestes realizadores nuances deste último. Afinal, como desconsiderar a surpresa que eles tiveram ao perceber que a ação estava repercutindo muito mais rápido do que eles tinham imaginado? Como deixar de lado o fato de que naquele momento, ao tocar a mobilização, aqueles sete jovens estavam sim alterando códigos, plantando resistências, ocupando o lugar do outro, re-apropriando-se do seu próprio espaço, da sua cidade, reencontrando-se com a rua?

Aliás, a cidade, que na ação aparece em todo o momento, na fala desses realizadores ela surge relatada como há dois anos, com os mesmos problemas, os mesmos dilemas, o que não faz esses jovens pensarem que a ação por eles desenvolvidas não tenha dado resultados. Oliveira (2010) relata em sua obra que para esta geração os projetos são imediatos, rápidos, breves e que repercussão também é resposta, é produto gerado.

E se a ação teve como campo uma plataforma de rede (Twitter) espaço de debate, que permite mais que encontros, mas também conexões; a “rede” por eles criada, surgiu quase que naturalmente. Entre eles no formato da colaboração, onde cada um contribuía com a sua competência; a por eles gerada a grande rede que culminou na ação. Cada um fez sua parte, seja postando mensagens, marcando buracos no mapa e ampliando ainda mais a rede colaborativa.

Não penso ser frustrante que a ação tenha um caráter eminentemente factual, temporário, sem características, por exemplo, de um movimento social de caráter mais permanente e coletivo. E não credito às apropriações no campo do ciberespaço, especificamente nestas plataformas como efêmeras. Afinal, como ressaltado durante o terceiro capítulo, a prática estudada não tinha status de amostragem.

Penso que as “apropriações em rede” e, aqui, especificamente nos sites de rede sociais, onde os usuários tem em mãos as esferas dos dois pólos (percepção e produção), pode nos levar a pensar que o que antes estava “restrito” a uma produção de sentido que “respingava” na tessitura do cotidiano, hoje infecta, como uma espécie de “vírus” as ferramentas. A própria Teoria, Ator Rede, explorada no primeiro capítulo, está aí para tentar mostrar que essa junção entre humano e máquina, fortalecida pela lógica de redes, está ainda mais estreita, sem grandes demarcações, quase orgânica e

que as apropriações, neste cenário, podem vir a se estabelecer como condição para o fortalecimento desses laços. Que encontremos ainda mais brechas...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, A. M. M., CARLEIAL, A. N., **O Processo de metropolização em Fortaleza uma interpretação pela migração.** III Coloquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2001. *Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2001, v.n.94, p.73-88.

BARABÁSI, A-L. **Linked: a nova ciência dos networks.** São Paulo: Leopardo, 2009.

BARREIRA, Irllys Firmo Alencar. **O Reverso das Vitrines**, conflitos urbanos e cultura política em construção. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992

BRIGNOL, Liliane. Migrações Transnacionais e usos sociais da internet. Identidades e cidadania na diáspora latino-americana. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2010.

BURKE, P. Hibridismo cultural. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

CANCLINI. **Culturas híbridas. Estratégias para entrar y salir de La modernidad.** Buenos Aires, Paidós, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3a Edição, 1999.

COSTA, Maria Clélia. **Urbanização da sociedade fortalezense.** Revista do Instituto do Ceará. 2008

CHRISTAKIS, Nicholas e FOWLER, James. **O poder das conexões: a importância do networking e como ele molda nossas vidas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Da cidade à metropole: (trans)formações urbanas em Fortaleza.** Eustógio Wanderley Correia Dantas, José Borzacchiolo da Silva e Maria Clélia Lustosa Costa – Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano: Artes de Fazer.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade. In Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio. São Paulo: Atlas, 2005.

FRAGOSO, Suely, RECUERO, Raquel, AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para a internet.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANCO, Augusto. **Escola de Redes: novas visões sobre a sociedade, o desenvolvimento, a Internet, a política e mundo glocalizado.** Curitiba: Escola de Redes, 2008.

FERREIRA, Zoraia Nunes Dutra Ferreira. *Do Espetáculo à Mídia Radical: análise das ações comunicativas do Movimento pela Revitalização do Pólo de Lazer da Sargento Hermínio*. Monografia. Faculdade Evolutivo (FACE), 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. *In: Anais do V Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR*, v. 3, 2001. Disponível em <http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf>. Acessado em 20 jun 2009.

HINE, Christine. *Etnografia virtual*. Barcelona, Editorial UOC, 2004.

LE MOS, André. **Cibercultura**. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2008.

_____. **Apropriação, desvio e despesa na cibercultura**. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, Brasil, v. 1, n. 15, 2006. Disponível em <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/282/214>>. Acessado em 20 jun. 2009.

_____. **Ciberespaço e Tecnologias Móveis: Processos de Territorialização e Desterritorialização na Cibercultura**. COMPÓS, 2006b. Disponível em <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/territorio.pdf>>. Acessado em 20 jun 2009a

LE MOS, André e LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia**. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

MAGNANI, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (Orgs.) **Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana**. QUANDO O CAMPO É A CIDADE: FAZENDO ANTROPOLOGIA NA METRÓPOLE. São Paulo: EDUSP, 1996.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. **Ofício do Cartógrafo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

MARTINHO, Cássio e COSTA, Larissa (coord.) **Redes: Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. WWF-Brasil. 2003. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/et000023.pdf>> Acesso em outubro de 2009.

MELUCCI, Alberto. (Org.). **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 25-42.

MUNIZ, Maria. **O Plano Diretor Como Instrumento de Gestão da Cidade: o caso da cidade de Fortaleza/Ce**. 2006. Disponível em:

<http://bdtd.bczm.ufrn.br/tedesimplificado/tde_arquivos/22/TDE-2007-11-09T015253Z-912/Publico/MariaAguedaPCM.pdf> Acessado em: 23/10/2011

OLIVEIRA, S. **Geração Y: O Nascimento de uma nova versão de líderes**. São Paulo: Editora Integre, 2010.

POUPART, J. **A Entrevista de Tipo Qualitativo: Considerações Epistemológicas, Teóricas e Metodológicas**. Em: POUPART, J. e colaboradores. *A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008, p.215-253.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, Raquel e ZAGO, Gabriela. **Em busca das "Redes que importam": Redes Sociais e Capital Social no Twitter**. XVIII Congresso da Compós, PUC/MG, Belo Horizonte, 2009.

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. **Redes Sociais Digitais: a cognição do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: ED USP, 2009

SILVERSTONE, Roger. **Por que Estudar a Mídia**. São Paulo, Ed: Edições Loyola, 2005.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

WATTS, Duncan. **Seis graus de separação: a evolução da ciência de redes em uma era conectada**. São Paulo: Leopardo, 2009.

ANEXOS

Roteiro

Entrevista – Blogueiros

Nome

Idade

Onde mora

Formação/cursos que fez

Em que já trabalhou

Profissão atual –

História de iniciação com a Informática e o computador

Fala um pouco como foi tuas primeiras relações com o computador? A primeira vez que usou? Para que?

Como foi desenvolvendo esse uso? O que te proporcionou isso?

Que usos passou a dar ao computador?

O que a internet significou nesse processo?

Fez parte de grupos de ação em rede? Porque? Como isso começou?

Fala um pouco de tua entrada nas redes sociais? Como começou? O que usava? Como Usava? Porque usava?

O que gosta nas redes sociais?

O que critica?

O que acha da idéia de cibercultura? O que é isso pra você? Como definiria a cibercultura?

Se considera um ciberAtor? Porque?

Que domínios tem da rede hoje?

O que você considera dificuldade na rede?

O que acha do modo como a maioria usa as redes sociais?

Porque esse uso acontece para a maioria?

O que poderia mudar esse uso mais comum?

O que você acha que as pessoas poderiam fazer a mais nas redes? Exemplos?

Que ferramentas na rede mais te interessam? Por quê?

Ação Buracos de Fortaleza

:: Você lembra o motivo por ter entrado/aderido à ferramenta Twitter? Ou Por quê você resolveu entrar no twitter?

:: Assim que entrou, como você usava a ferramenta? (Conversacional, informacional ou uso normativo)

:: E Hoje, como você entende/qualifica seu uso? (Conversacional, informacional ou uso normativo)

:: Lembra/Pode citar algumas ações marcantes de mobilização que você presenciou e que ocorreu tendo o Twitter como ferramenta envolvida?

:: E a ação Buracos Fortaleza... como surgiu a idéia? Porque nesse tema?

:: Você já tinham presenciado/tinha conhecimento de outros mapas colaborativos? Quais ? Como conheceram?

:: Por quê usar um mapa colaborativo? De quem partiu a idéia?

:: Você já tinha participado de um mapa colaborativo antes? E utilizado o Google Maps?

:: Você já tinha utilizado o twitter para participar de outras mobilizações?

:: Por quê utilizar o twitter como ferramenta para auxiliar na ação?

:: Falando da ação buracos de Fortaleza como um todo, me diz como foi somar o uso da soma de ferramentas que usaram? Em que cada uma colaborou? Cada ferramenta tinha uma função? Alguma pesou mais?

:: O que vocês gostariam de ter feito que não fizeram na operação? Por quê?

:: Lembra da repercussão na época? (Número de seguidores aumentou, por exemplo?)

:: Por quê utilizar ferramentas virtuais para resolver/chamar atenção para um problema estrutural da cidade?

:: E por quê se importou com o problema?

:: Você tem carro? Usa ônibus? Como é a sua relação com a rua? Você usa a rua? Frequenta a rua ou apenas lugares de sociabilidade? Então porque a preocupação com a rua?

:: O que é a rua para ti? O que significa a rua hoje? É passagem?

:: Na época, vocês achavam que a ação iria repercutir?

:: Vocês trabalharam propositadamente para a repercussão? E quando vocês perceberam que estavam repercutindo, o que fizeram?

:: Quem você acha que contribuiu para esta repercussão? (O twitter, as mídias tradicionais com sua cobertura)?

:: Você já tinha tido conhecimento de outra ação nesse sentido em Fortaleza, que se voltasse para a questão da malha viária, principalmente dos buracos na cidade?

Como você avalia a ação hoje?

O que poderiam ter feito?

O que ela resultou na sua opinião?

Que ação na rede mais chamou sua atenção até hoje? Por quê?

O que você acha das ações de cunho mobilizado5r na rede?

Vocês acham que ainda é possível surpreender na rede? Por quê? Como?

Que grupos chamam sua atenção hoje na rede? Por quê?

Q que seria fazer um só diferente das ferramentas na rede pra você?

Porque fazer esse uso?

De alguma forma se importa com esse uso diferente? Faz alguma coisa na sociedade para colaborar com novos usos?

Já participou de algum movimento social ou cultural? Por quê?

